

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CAMPUS DE FRANCA  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**JAQUELINE SILVA AYELLO**

**TINHA QUE SER PRETA! : Mulheres pretas, identidades e movimentos nas Periferias  
de Franca (SP)**

**FRANCA  
2023**

**JAQUELINE SILVA AYELLO**

**TINHA QUE SER PRETA! : Mulheres pretas, identidades e movimentos nas Periferias de Franca (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Serviço Social, área de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca (SP), como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Co-orientadora: Profa. Ma. Débora Oliveira Ramos - Obirin Odara

**FRANCA  
2023**

A976t

AYELLO, JAQUELINE SILVA

TINHA QUE SER PRETA! : : TINHA QUE SER PRETA! : Mulheres pretas, identidades e movimentos nas Periferias de Franca (SP) / JAQUELINE SILVA AYELLO. -- Franca, 2023

108 p. : tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) -  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Coorientadora: Profa. Ma. Debora Oliveira Ramos

1. Mulheres pretas. 2. Periferias. 3. Movimentos. 4. Franca (SP). I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**JAQUELINE SILVA AYELLO**

**TINHA QUE SER PRETA!:** mulheres pretas, identidades e movimentos nas Periferias de Franca (SP)

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Serviço Social, área de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca (SP), como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Serviço Social.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Profº. Dr. Dagoberto José Fonseca**

**1º Examinadora:** \_\_\_\_\_

**Profª M. Marley de Fátima Morais Borges**

**2ª Examinadora:** \_\_\_\_\_

**Profª. Dr. Ayni Estevão de Araujo**

**Franca, 28 de Julho de 2023.**



Dedico este trabalho a José Geraldo Silva (*In memoriam*), Tia Nega, Tia Ivonete, Joyce Canto Mariano e Lígia Canto Silva.

O evoluir é voltar às raízes!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ancestralidade, nas pessoas que conheci e naquelas que não, por me forjar uma mulher preta viva, saudável e em movimento, mesmo quando silenciosa.

Agradeço a Odé pela saúde, abundância e prosperidade em minha existência, e peço que meus caminhos sejam sempre abençoados com boas trocas e fartura na mesa. Quem cultua a Odé, nunca passa fome. Okê Arô!

Agradeço a Barroca, solo sagrado de que eu parto, que me ensinou os valores éticos e políticos que me forjaram como uma mulher preta que caminha sem medo. Só sabe sair, quem sabe chegar!

Agradeço a minha família de sangue, em especial as minhas mais velhas e ao meu mais velho, Tia Nega e Tia Ivonete e ao meu Avô José Geraldo Silva, quem eu herdo não só a pele preta, mas a sede por tranquilidade, saúde e alegria (bença, Vô!).

Também agradeço a minha mãe, Lígia Canto Silva, por me parir como sua filha, e igualmente me permitir pari-la como mãe, pela segunda vez. Agradeço pelo motivação e cuidado com minha cabeça para que eu não caísse, e caso o fizesse, não me esquecesse jamais de minha força e logo me levantasse (o descanso também é importante). Eu te amo!

Agradeço igualmente aos meus irmãos, Natália Silva Ayello, João Victor Silva Ayello, Isabelly Silva Ayello e João Guilherme Silva Ayello, pelo amor, acolhida e incentivo nas palavras. Agradeço também a Maria Heloisa “Lolo” por me honrar e me parir como sua tia.

Agradeço a minha Tia, Irmã e melhor amiga Joy por não me deixar desistir, e me lembrar que sou capaz de tudo aquilo que eu quiser. Agradeço também aos meus primos pelo amor e carinho de cada abraço e cada mensagem trocada. Há muito o que se aprender com as crianças!

Agradeço às minhas amigas/irmãs de Guarulhos (SP), Maria Gabriela, Larissa Gabrielly, Danielle e Gabrielly pelo carinho, incentivo e amor, mesmo que de longe. Vocês são a minha família!

Agradeço a família que Franca me deu, em especial a Anny Ribeiro, minha confidente e companheira que muito me ensina sobre reciprocidade, amor e cuidado. Sango abençoe sempre seu Orí! E ao Gabriel, o ancestral do futuro que nos aponta todos os dias caminhos para a mudança que queremos no interior de nossas famílias.

Aos meus maiores aliados, Maria Lorrana (Lorrana D’ Oxum), que me ensina sobre aconchego, paciência e denço como caminhos necessários para a nossa continuidade. Ao meu

grande irmão Felipe Takahashi por me ensinar a importância de caminhar com tranquilidade e amor para seguir saudável. Para além de sobreviver, nós também ousamos sonhar!

Agradeço a Moradia Estudantil, em especial ao Terceiro andar e agregados, por serem meu lar durante esses cinco anos de graduação. Sempre serei uma Terceiroandarencel!

A Marley Moraes, Rosicler Lemos, Brendon Diogo, Ellen Mendes, Pamela Oliveira, e Amanda Karoline, por serem inspirações de conduta e coragem para os meus dias. Sejam sempre pontes!

Agradeço ao GT Luana Barbosa Franca (SP) por me ensinarem a importância da organização, estratégia e horizontalidade para chegarmos onde queremos de fato. Devagar também é tempo!

Agradeço ao grupo Escurecendo a Rua, Iluminando os Acessos, em especial ao Professor Hélio, por me enxergar como potência e possibilidade para fazer pesquisa, ao lado de pessoas pretas maravilhosas. Oxossi te abençoe sempre!

Igualmente agradeço as/aos jovens da República Jovem por serem também a minha família neste processo e me ensinarem que o afeto é a melhor das estratégias para se seguir firme na luta. Vocês estão em meu coração!

Agradeço a Obirin Odara e ao grupo de ORientação Afetiva por me ensinarem que nós, pessoas africanas, produzimos com o corpo todo. Vocês são referências para mim!

Agradeço a Família Acadêmica por ser amor, incentivo e me mostrarem caminhos múltiplos para seguirmos sendo Baobá!

Agradeço a Dagoberto José Fonseca, meu Pai Acadêmico, por acreditar em mim e me abrir caminhos para seguir sem ressentimento, e principalmente, utilizando de nossas próprias armas para derrubar a Casa Grande. Que seus caminhos sejam sempre cheios de saúde, fartura e prosperidade!

Por fim, agradeço às minhas grandes irmãs de caminhada e também sujeitas deste estudo, Walquiria Castro, Rosicler Lemos, Jéssica Cintra, Paula Gualberto e Anny Ribeiro, por me confiarem suas histórias para este trabalho e me cobrirem de incentivos durante todo o processo. Que nossos corpos permaneçam valentes e em movimento!

Tenho dito e gosto de afirmar que a minha história é uma história perigosa. Como é a história de quem sai das classes populares, de uma subalternidade, e consegue galgar outros espaços.

(Conceição Evaristo)

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, tem por objetivo compreender as influências das Periferias nos processos de construção das identidades e dos movimentos de cinco mulheres pretas na cidade de Franca (SP). Logo, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de campo, com entrevistas de caráter semi-estruturado. Apoia-se também em fontes bibliográficas, bem como, utiliza-se dos conteúdos resultantes das cinco entrevistas como referências de interpretação. Apoia-se nas metodologias da Oralidade e da Afrocentricidade como caminhos teórico-metodológicos férteis para se compreender os movimentos das sujeitas, bem como o da pesquisadora, que também é uma mulher preta vinda da Periferia.

O trabalho se torna relevante à medida que coloca a categoria de Assistentes Sociais, estudantes e docentes, a necessidade do rompimento com narrativas racistas e higienistas que retratam nossos corpos pretos como inertes e passivos, quando não violentos. Também, por se propor a apresentar caminhos outros para as produções do Serviço Social, e não só, que busquem não mais retratar as Periferias, a partir de visão unilateral, que insiste em aprisioná-la no lugar da ausência, assim como quem ali se constrói,

Assim, são traçados os caminhos, há muito construídos, que nos levaram como povo preto nas cidades, a ocupar tais territórios, bem como, refletir sobre as Agências políticas de mulheres pretas na cidade de Franca (SP), e suas relações com seus territórios de morada.

**Palavras-chave: Mulheres pretas; Periferias; Movimentos; Franca (SP)**

## ABSTRACT

The present Completion of Course Work in Social Service, aims to understand the influences of the Peripheries in the processes of construction of identities and movements of five black women in the city of Franca (SP), Therefore, it is a research approach qualitative and field, with semi-structured interviews. It also relies on bibliographic sources, as well as using the contents resulting from the five interviews as references for interpretation. It relies on the methodologies of Orality and Afrocentricity as fertile theoretical-methodological paths to understand the movements of the subjects, as well as that of the researcher, who is also a black woman from the Periphery.

The work becomes relevant as it places the category of Social Workers, students and teachers, the need to break with racist and hygienist narratives that portray our black bodies as inert and passive, when not violent. Also, for proposing to present other ways for the productions of Social Work, and not only, that seek to no longer portray the Peripheries, from a unilateral vision, which insists on imprisoning it in the place of absence, as well as those who live there builds,

Thus, the paths, built a long time ago, that led us as black people in the cities to occupy such territories, are traced, as well as, to reflect on the political agencies of black women in the city of Franca (SP), and their relations with their home territories.

**Keywords:** Black women; Movements; Peripheries; Franca (SP)

## **LISTA DE IMAGENS:**

**Imagem 1: Mapa da cidade de Franca (SP).**

**Imagem 2: “*Bom, eu fui uma desbravadora assim, lá do bairro né*”.**

**Imagem 3: Anny Ribeiro.**

**Imagem 4: Jéssica Cintra.**

**Imagem 5: Rosicler Lemos.**

**Imagem 6: Monumento em Franca (SP).**

**Imagem 7: Paula Gualberto.**

**Imagem 8: Walquiria Castro.**

**Imagem 9: Jaqueline Silva Ayello.**

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO.....16**

**METODOLOGIA.....21**

### **CAPÍTULO I - A AFROCENTRICIDADE E ORALIDADE COMO CAMINHOS FÉRTEIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.**

1.1 Afrocentricidade e Agência política de pessoas africanas.....24

1.1.2 Tradição Oral enquanto fonte motriz da/para partilha de saberes.....27

1.1.3 Apresentação das Agentes: Entre as diferenças e semelhanças.....31

### **CAPÍTULO II - O CONSTRUTO DAS PERIFERIAS NO BRASIL: UM TRAJETO HÁ MUITO CONSTRUÍDO.**

2.1 "*A Periferia é uma mulher preta*": As Periferias e a força Matricomunitária.....39

2.2 A cidade de Franca (SP).....45

2.3 "Periferia-Território Vivo": Entre a multiplicidade dos conceitos e entendimentos.....54

2.3.1 Das possibilidades: "*Pra mim, a Periferia é como se fossem pequenos Quilombos*" .....60

2.3.2 Das ausências: "*Eu acho que as informações elas são muito vaga para o bairro periférico*" .....65

### **CAPÍTULO III - IDENTIDADES E TERRITÓRIO.**

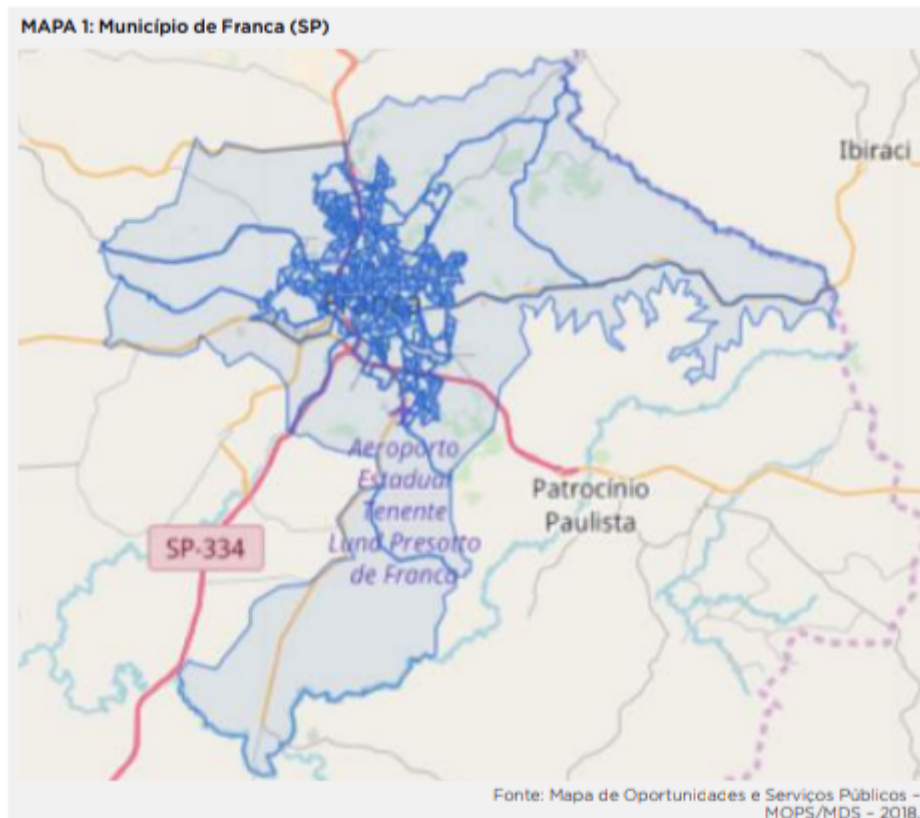
3.1. "Ser mulher preta e periférica nesse lugar...".....73

3.2 Deslocamentos: entre se sentir a Outra e ter um nome: "*Lá eu sou a Rosicler, a "Rosi", né? Agora na área central ninguém me conhece!*" .....81

## **CAPÍTULO IV - SEMPRE EM TRÂNSITO: MEMÓRIA E MOVIMENTOS DE MULHERES PRETAS**

4.1.1 A política para além da palavra, a prática: “ <i>Para mim, não existe nada pior do que o não fazer</i> ”.....	<b>88</b>
4.1.2 Memória e Ancestralidade: “ <i>(...) Saber que a minha presença, não sou só eu, eu trago toda uma comunidade negra comigo.</i> ”.....	<b>94</b>
<b>CONCLUSÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>112</b>

**Imagem 1: Mapa da região Municipal de Franca (SP):**



**Imagem 1.** Imagem disponível no Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018-2021).

**Localização geográfica das sujeitas na cidade de Franca (SP):**

Walquiria Castro: Jardim Vera Cruz; Luiza II, Zona Norte.

Rosicler Lemos: Jardim Paulistano II, Zona Leste.

Jéssica Cintra: Jardim Aeroporto I, Zona Sul.

Paula Gualberto: Jardim Paulista, Zona Leste.

Anny Ribeiro: Vila Aparecida, Jd. Seminário, Zona Leste.

Jaqueline Silva Ayello: Jardim Veneza, Zona Sul.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a compreender, interpretar e refletir sobre as relações e influências das Periferias nos processos de construção das identidades e dos fazeres políticos de 5 mulheres pretas e periféricas, na cidade de Franca (SP), a saber: Walquiria Castro, Rosicler Lemos da Silva, Jessica Cintra, Paula Gualberto e Anny Ribeiro. Sujeitas estas que a partir de seus movimentos me provocam a buscar caminhos que complexificam o que inicialmente era a pretensão deste trabalho, a discussão do Direito à cidade, e dada as aproximações feitas a partir da entrevista, convivência e aprofundamento teórico, consigo vislumbrar como algo mais amplo, ou seja, uma retomada aos ensinamentos do solo sagrado que todas nós partimos, às Periferias.<sup>1</sup>

Assim, é fundamental que se coloque aqui que este estudo é escrito por uma mulher preta e igualmente vinda das últimas ruas de Guarulhos (SP), e é a partir de meu ingresso na Universidade Pública, neste caso a UNESP-Franca, que passei a buscar caminhos que venham romper com práticas e discursos racistas, sejam estes falados e/ou escritos, presentes no modo de produção de saberes euro-brancocêntricos impregnados na formação do curso de graduação em Serviço Social. Destaco que esse modo de produção de conhecimento atravessa toda a estrutura do sistema educacional brasileiro, que podemos evidenciar a partir da forma como apontam as Periferias como territórios de ausências, apenas, bem como construindo a imagem de que quem vem de lá (ou daqui, de onde falo) é um povo pobre de tudo, logo violento, desorganizado, conseqüentemente sem história, sem voz, sem identidade, sem movimentos e sem "Agência" (ASANTE, 2009).

Escrever este trabalho é responder as perguntas que me foram feitas em meu primeiro ano de graduação, quando era constantemente interpelada pela branquitude acadêmica sobre as supostas e muitas vezes imaginárias ausências da Barroca<sup>2</sup>, bairro periférico que parto, na ousadia de tomar (não sozinha) aquilo que é meu, e que é nosso, do povo preto e periférico, por direito.

---

<sup>1</sup> Escrevo Periferias em plural e em letra maiúscula no decorrer do trabalho pois compreendo que, muito embora trate-se de um conceito, este comporta multiplicidade e autonomia, pois cada um destes territórios apresenta sua auto-organização e protagonismo de luta.

<sup>2</sup> Barroca é como é chamado o bairro periférico de onde venho, na cidade de Guarulhos (SP), onde fui nascida e criada, bem como meus pais e meus irmãos. Segundo minha mãe, chama-se Barroca devido às ruas que, antes de serem asfaltadas, eram todas feitas de barro.

O fato de nossos movimentos<sup>3</sup> nas Periferias não serem retratados nos livros didáticos escolares, ou mesmo naqueles escritos pelas/pelos teóricos clássicos do Serviço Social não significa que estes não existam, e não sejam carregados de reflexão, organização política e motivações legítimas.

Nós mulheres pretas, em grande maioria, chefes das famílias nos bairros pretos e pobres, assim como nas filas de requerimento de benefícios de transferência de renda, somos responsáveis por tais movimentos, na busca por garantia de direitos, lutando por melhores condições de ensino para nossas/es/os filhas/filhos/filhos, melhores condições de trabalho para si e para nossas/nossos companheiras/companheiros, saúde pública e de qualidade para nossas/nossos mais velhas/velhos e mais novas/novos, forjando laços de solidariedade em meio a tantas faltas, quando o Estado se faz presente através de seu braço armado.

Foi vendo minha mãe Dona Lígia Canto Silva, funcionária pública do setor da educação, cuidando das crianças do bairro, se articulando com as demais mães para que eu, meus irmãos e minhas/meus vizinhas/vizinhos soubéssemos da existência de escolas técnicas públicas e, conseqüentemente, das Universidades Públicas e a possibilidade de ingresso a partir do pedido de isenção na inacessível taxa de inscrição de seus vestibulares. Foi a partir destas mulheres pretas que a escrita deste estudo se tornou possível.

Neste sentido, justifico também a escolha do título do presente estudo, a partir do acesso a uma memória durante o ano de 2019, quando me recorde de meu avô materno José Geraldo Silva, homem preto, que durante a minha infância visitava-nos aos fins de semana vestido de uma camiseta que levava os escritos “Tinha que ser Preto!”, e nela eram estampados os rostos de diversos homens pretos militantes, protagonistas de importantes movimentações políticas dentro e fora do Movimento Negro brasileiro, partindo do princípio de suas multiplicidades de fazeres. José Geraldo, meu avô, fazia movimento "afrocêntrico" (ASANTE, 2009), pois me contava sobre o protagonismo preto na história da humanidade, diferentemente das falas de minhas professoras brancas das escolas públicas em que estudei,

---

<sup>3</sup>Ao tratar dos “movimentos” de mulheres pretas neste estudo, compreendo que estes não se restringem às nossas participações nos Movimentos Sociais, mas as ações coletivas e individuais, que não necessariamente obtêm como centralidade as categorias de Gênero e/ou Raça. Logo, são estes, ações, dotadas de reflexão, organização e estratégia, como pontuado por Araújo:

(...) Não se pode compreender a ação política de mulheres negras somente pelos movimentos cujas pautas centrais sejam o gênero e a raça. Em outras palavras, é relevante pensar para além de movimentos de mulheres negras, mulheres negras em movimento. Tendo essas sujeitas deixado suas marcas em diversos movimentos sociais, contribuindo de forma decisiva nos processos de luta e transformação social, é pertinente observar quais são seus caminhos, estratégias e disputas no interior de e em relação a movimentos nos quais historicamente formam um grande contingente, bem como quais são as contradições dessa presença muitas vezes rasurada (2021, p.82).

que diziam a mim e às/aos minhas/meus colegas de turma, igualmente pretas/pretos e vindas/vindos da Barroca, que nossos destinos eram nas latas de lixo da cidade, quando não nas valas do cemitério público.

Meu avô, assim como minhas tias avós Ivanete e Ivonete de Carvalho, mulheres pretas que muito me ensinaram sobre a construção e a positivação de minha identidade preta, são fundamentos epistêmicos para este estudo, pois ensinaram-me que a produção e a difusão de saberes, sejam estes falados, escritos e ademais, é coisa de preta/preto, sim; e que nunca estivemos passivos na história, mas sempre lutando e resistindo ao projeto racista que funda este país. Estas e este, ensinaram-me aquilo que anos depois, pude ler e refletir, em contato com as produções de Fonseca (2020, p.9), quando nos diz:

O nosso método de construir conhecimento científico é malemolente, dinâmico, flácido, plástico e elástico, como nós andamos, como nós jogamos à capoeira, dançamos o samba, o jongo, a umbigada ao som do tambor, ao som da batida do coração. Nosso método é baseado na justiça semântica sendo rigoroso e ao mesmo tempo alegre e vivo, pois tem na palavra falada, na oralidade, mais do que na escrita o seu fundamento.

Justifico igualmente a escolha pela cidade de Franca (SP) como universo deste estudo pois é a cidade em que me encontro e resido, obtendo a Moradia Estudantil da UNESP-Franca, localizada próxima ao centro comercial da cidade, como ponto fundamental para o desenvolvimento deste estudo e os desvelamentos das contradições que regem o funcionamento e organização dos bairros em que circulava. No Jardim Veneza, bairro onde a Moradia está localizada, a porcentagem de moradoras/es/os negras/es/os é evidentemente inferior se comparado aos bairros mais afastados desta região, levando em consideração que a população negra na cidade corresponde a 29,81 das/es/os habitantes. (OBSERVATÓRIO DE DESIGUALDADES DE FRANCA, 2021). Morar no centro, portanto, me fez experimentar uma relação outra com a cidade, onde as dificuldades de acesso aos bens e serviços não era pauta cotidiana, assim como é ao tratarmos das margens. Logo, as relações comunitárias, e atividades, ações e movimentos de caráter social, cultural e político não existiam por aqui (para além por muros da Moradia), as demandas e preocupações das pessoas residentes no centro, muitas vezes não dialogam com as minhas e de minhas/meus colegas pretas/es/os, o mesmo quando nos deslocamos até as margens.

Portanto, durante meus movimentos de compreender o centro e, conseqüentemente, as construções das Periferias em Franca (SP), que muito se divergiam daquela que parto em Guarulhos (SP), entrei em contato com cada uma das cinco protagonistas deste estudo, cada

uma delas em um contexto e tempo diferente, mas todas envolvidas em pautas em comum: as condições de manutenção da vida da população negra no espaço urbano.

A primeira sujeita que entro em contato é Rosicler Lemos da Silva, a primeira Assistente Social negra que conheci, ainda em meu segundo ano de graduação em Serviço Social, durante uma visita em seu antigo espaço sócio-ocupacional de atuação, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado na região Leste. Através dela, conheci e hoje atuo junto ao Grupo de Estudos e Trabalho Luana Barbosa<sup>4</sup>, coletivo que se pretende discutir as relações étnico-raciais na cidade de Franca (SP).

Já quanto a Paula Gualberto, eu a conheci assim como projeto de título Horta de Cuidados<sup>5</sup>, com um vídeo onde recitava poesia de sua própria autoria para seu canal no Youtube. Pouco tempo depois, descobri que Paula era ingressante no curso de Serviço Social na UNESP-Franca, e logo passamos a frequentar espaços em comum, um deles é o Projeto de título Escurecendo a Rua Iluminando os Acessos, onde junto a um grupo de estudantes pretas/pretos/pretes, discutimos o Direito à cidade junto aos jovens egressos do Serviço de Acolhimento em República Jovem<sup>6</sup> durante todo o ano de 2022.

A Anny Ribeiro, por sua vez, conheci durante uma oficina mediada por Paula Gualberto, onde o intuito era a construção de poesias junto às mulheres assistidas pelo Centro Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO-POP). Mais tarde, me aproximei de seu trabalho no Grupo Corpo Negro, grupo de teatro negro que trata das temáticas relacionadas a negritude na cidade de Franca (SP).

Já Walquiria de Castro, a conheci através de sua filha, Ana Júlia, que juntamente a mim e Paula, também compõe o projeto Escurecendo a Rua Iluminando os Acessos. Em uma conversa informal, após uma reunião do projeto na Moradia Estudantil, Ana me falou sobre os movimentos de sua mãe, atualmente conselheira tutelar e militante no (Conselho Municipal

---

<sup>4</sup> O nome Luana Barbosa foi decidido como forma de manter viva a memória e também como ato de resistência diante ao genocídio da população preta. Luana era mulher, negra, lésbica, periférica da cidade de Ribeirão Preto (SP), que foi assassinada por policiais simplesmente pelo fato de reivindicar seu direito de ser revistada por uma policial. Os encontros do GT acontecem mensalmente, para outras informações entrar em contato através do e-mail [grupodeestudoluanabarbosa@gmail.com](mailto:grupodeestudoluanabarbosa@gmail.com) ou nos CRAS Leste (16) 3725-2001 e CRAS Centro (16) 3721-0209 (FRANCA, 2022, s/p).

<sup>5</sup> O Projeto Horta de Cuidados criado por Paula Gualberto na horta de sua casa visa, onde a mesma mescla e partilha as tecnologias das propriedades das plantas e ervas, com as jornadas e trabalhos de poetisas negras de referência. Mais detalhes do projeto estão disponíveis em seu canal no Youtube: <https://www.youtube.com/@paulagualberto5523>

<sup>6</sup> A República Jovem é um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, voltada para jovens dos 18 anos aos 21, egressos do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICA). Seu principal objetivo é “Promover autonomia, protagonismo, autogestão, autossustentação e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social” (ADEFI, 2021).

do Desenvolvimento da Comunidade Negra) em Franca (SP), que aceitou participar do estudo e muito contribuiu.

E Jéssica Cintra, pude conhecer através de um amigo em comum que compõe a cena da cultura Hip-Hop na cidade, a partir de sua atuação aos coletivos de solidariedade nos bairros do Jardim Aeroporto I e III durante a Pandemia da COVID-19, bem como, ao seu trabalho carregado de compromisso como trancista e como catadora de materiais de reciclagem.

O fato de nossos movimentos nas Periferias não serem retratados nos livros didáticos escolares não significa que estes não existam e não sejam carregados de reflexão, organização política e motivações legítimas. As mulheres pretas, em grande maioria chefes das famílias nos bairros pretos e pobres, são responsáveis por tais movimentos, na busca por melhores condições de ensino para seus filhos, melhores condições de trabalho para si e para seus companheiros, forjando laços de solidariedade em meio a tantas faltas, quando o Estado se faz presente através de seu braço armado.

É fundamental evidenciar que, apesar dos caminhos múltiplos que cada uma das sujeitas deste estudo percorra na cidade, seus movimentos se colidem, pois todas elas assim como eu, buscam respostas dentro e fora de seus territórios, a partir de suas ações políticas (que são todas), caminhos para o bem viver da população negra em Franca (SP), a partir da garantia e ampliação de seus direitos, bem como o seu reconhecimento na história da cidade, seu direito à Memória e a história.

Assim, as perguntas sudeadoras<sup>7</sup> realizadas para que se alcançasse a estruturação deste estudo foram: O que é a periferia em Franca? O que é ser mulher preta e Periférica nesta cidade? Qual a relação das mulheres pretas com o espaço onde vivem atualmente? Qual a relação que estas mulheres pretas constituem com as áreas centrais da cidade? Como as Periferias têm influência em seus movimentos políticos na cidade?

Por fim, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, a saber: I. onde discuto e aponto a Oralidade e a Afrocentricidade enquanto caminhos férteis, bem como, os métodos científicos utilizados neste estudo; II. Faço breve, mas necessário resgate sobre os processos de construção das Periferias no Brasil, abrindo caminhos para apresentar a cidade de Franca (SP); III. Abordo a categoria Identidades e Territórios compreendendo suas relações a partir das vivências cotidianas e IV. Fechamos a discussão a partir da abordagem da Memória e Ancestralidade enquanto categorias fundantes na interpretação dos movimentos de mulheres

---

<sup>7</sup> Este estudo preza por valorizar a utilização de termos e conceitos comprometidos com o combate do racismo epistêmico presente nas produções teóricas assentadas no euro-brancocentrismo.

negras nas Periferias e não só. Além da pesquisa qualitativa semi-estruturada com as 5 entrevistadas, conto com a utilização de fontes bibliográficas, entretanto, valorizando e utilizando as falas das sujeitas igualmente como referência. O método de pesquisa se apoia na Afrocentricidade e na Oralidade, bem como, na História Oral para interpretação das entrevistas.

Tenho como pretensão ampliar o debate para a categoria profissional de Assistentes Sociais, mas não só, que estejam dentro e fora do espaço acadêmico, sobre a importância em se romper com as narrativas que permanecem nos violentando e nos retratando como inertes. Bem como, apontar caminhos para aquilo que já nos é óbvio, (quando se vive nas Periferias das cidades), nós mulheres pretas, também elaboramos e executamos políticas públicas, mas com as próprias mãos!

## METODOLOGIA

“As ferramentas do senhor nunca derrubarão a Casa-Grande” (LORDE, 2019, p.135).<sup>8</sup>

A metodologia escolhida para este estudo toma forma mediante a diversos incômodos, provocações e reflexões, sendo as últimas imbuídas pelas/pelos minhas/meus mais velhas/velhos e mais novas/novos, ao passo que propõem em suas produções, e me incitam a fazer o mesmo, a possibilidade do movimento na busca por outros caminhos e instrumentos que de fato deem conta de compreender, interpretar, sistematizar e teorizar sobre as nossas experiências enquanto população Africana, ou seja, população preta<sup>9</sup> na sexta região de África, o Brasil. Partindo da compreensão das diversas Áfricas existentes no globo porém indivisíveis, como nos ensina Fonseca (2020) em suas obras, e da mesma maneira, me ensinam também as cinco mulheres pretas protagonistas desta pesquisa.

Assim, relembro as palavras de Audre Lorde, que me provoca desde meu contato com seus primeiros escritos, a romper com o modo de produção científico euro-brancocêntrico, responsável por justificar as violências coloniais ao decorrer da história, a partir dos escravismos, bem como, ao atribuir a/ao africana/africano o lugar de coisa, de objeto, sem história, sem memória, sem identidade, logo, o lugar de "desagência" (ASANTE, 2009).

Desse modo, chego às considerações que não me cabe neste estudo permanecer utilizando os remos do Método Materialista-Histórico-Dialético de Marx, ainda que este seja o referencial teórico e metodológico utilizado pela categoria profissional de assistentes sociais desde o seu suposto movimento de ruptura com o conservadorismo, pois este é forjado a partir da racionalidade racista, euro-brancocêntrica, ensimesmada, que não se abre para construção de diálogos com outras formas de saber, pois coloca-se como única, em contraposição àquelas

---

<sup>8</sup> Título da fala feita por Audre Lorde na mesa-redonda “The Personal and the Political” na Second Sex, Conference, realizada em Nova York, em 29 de setembro de 1979, e posteriormente publicado em seu livro de título *Sister Outsider* traduzido e publicado em 2019 pela editora Autêntica.

<sup>9</sup> Aqui se compreende a população africana como sendo a população preta, sendo esta dentro ou fora do continente, partindo da teorização de Asante (2009), ao nos apontar o que é ser africano:

[...] uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. Por vezes pode ter participado sem saber o que fazia, mas é aí que entra a conscientização. Só quem é conscientemente africano - que valoriza a necessidade de resistir à aniquilação cultural, política e econômica está corretamente na arena da afrocentricidade.(...) ser afrocentrista é reivindicar o parentesco com a luta e perseguir a ética da justiça contra todas as formas de opressão humana. Em outro nível, falamos dos africanos como indivíduos que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos. Há uma conexão africana interna, assim como uma conexão externa. Os que vivem hoje no continente constituem a conexão interna; os que vivem fora dele, a conexão externa. Os brancos do continente africano, que nunca participaram da resistência à opressão, dominação ou hegemonia branca, são, com efeito, 76 não-africanos. O fato de residir na África, por si só, não torna alguém africano (ASANTE, 2009, p.102- 103).

produzidas pelas comunidades originárias, leia-se pretas e demais comunidades de Abya Yala.<sup>10</sup> Isto posto, trago as reflexões de Dove (1995) que a partir da lente afrocentrada, tece contribuições relevantes sobre Marx e o Marxismo como caminho único na produção de saber científico:

Marx destacou-se do sofrimento humano Africano. Ele acreditava que o capitalismo, uma construção europeia, foi o mais alto estágio de evolução social humana. Segue-se que ele via europeus como a forma mais elevada da chamada evolução humana. Ele foi incapaz de dar a dinâmica racistas das relações de poder racializadas, envolvidas no desenvolvimento social capitalista, proeminência como um recurso crítico do capitalismo. Em vez disso, as relações de poder da classe econômica se tornam centrais para o funcionamento e organização do sistema social. Em sua análise, ele não conseguiu lidar com a força de trabalho Africana com a mesma sensibilidade que ele mostrou para com a força de trabalho europeia. Embora ele universalizasse o conceito de trabalhadores, sua lealdade estava com os trabalhadores brancos. (DOVE, 1995, p.8)

Isto posto, conseguimos compreender que Marx, assim como diversos outros teóricos eurocêntricos antigos e modernos, sequer consideravam a humanidade das pessoas africanas, pois estas se tratava de seres não-humanos, a-históricos, sem agência, movimentos, voz ou perspectivas, eram meras coisas, os "Outros" (CARNEIRO, 2005). Assim sendo não existe interesse em seguir neste caminho, muito embora este se coloque como narrativa única no curso de Serviço Social e tantos outros, assim, dificultando ou mesmo impossibilitando que as demais categorias que compõem o *Ser Social*, para além da classe social, sejam estas Raça e etnia, Gênero, Sexualidade, Idade, Origem, Identidade, Memória e ademais. Não se trata de questões transversais, como muito ouvi ao decorrer de minha graduação, mas pontos centrais e determinantes para o ser, estar e experienciar a humanidade ou a não humanidade nas relações sociais que se estabelecem neste mundo.

Aqui, assumo minha responsabilidade com a multiplicidade do Saber-fazer-saber (FONSECA, 2020) e dos caminhos que me guiaram e me guiarão neste estudo. Neste momento opto pela Oralidade e pela Afrocentricidade (ASANTE, 2009) como categorias para seguir em movimento pelo grande Atlântico que é o conhecimento, apoiada nas palavras de Fonseca (2020, p.10), quando este chama-nos atenção para o fazer científico e o conhecimento africano.

---

<sup>10</sup> Abya Yala, é conceito mítico-cultural presente vocábulo provindo da língua Kuna – “onde significa terra de vida, terra madura – nação indígena que atualmente vive no litoral do Panamá. Zona geopolítica emblemática onde os primeiros genocídios se instalaram, América Central e Caribe hoje é lugar de fortes relações entre europeus, índios, negros e asiáticos, de intensas fermentações de convivialidade pós-colonial, multitudinária” (LISBOA, 2014, p.516).

O que alguns podem chamar de práxis, não é senão o caminho da construção da ciência que o Homo sapiens sapiens originário da África elaborou e reelaborou ao longo de milênios, sem que houvesse essa categoria e conceito, mas ele já fazia esse procedimento, pois ali existia um método e uma metodologia, bem como uma teoria formulada a partir das vivências e das experiências.

Ou seja, nossas formas de produção de conhecimento são das mais diversas e estão em constantes movimentos, logo, ainda estão sendo compreendidas, sistematizadas e difundidas em espaços dos mais diversos, seja com Jéssica Cintra em seu trabalho como trancista no bairro do Jardim Aeroporto I, Paula Gualberto na poesia e na horta de cuidados, Anny Ribeiro quando produz teoria com o corpo no teatro, todas de Franca - SP, e tantas outras/outres/outros que estão no “corre”, ou seja, produzindo teorias dentro e fora/fora e dentro das salas de aula. Cada uma das cinco mulheres pretas protagonistas, com as quais irei construir a narrativa crítica e teórica deste estudo me mostram caminhos férteis para a execução deste estudo, que não anulam aqueles que inicialmente foram pensados e ainda se mantêm, ou seja, a Afrocentricidade, a partir do conceito de Agência e localização e a Oralidade.

## **CAPÍTULO I**

### **1.1 A Afrocentricidade e Oralidade como caminhos férteis na produção científica**

O presente capítulo visa apresentar os conceitos de Afrocentricidade (ASANTE, 2009) e Oralidade (BÂ, 2010), enquanto caminhos teórico-metodológicos e filosóficos para a produção científica, sobretudo para este estudo. Levando em consideração suas contribuições fundamentais para o Serviço Social no Brasil, onde o Marxismo é posto como trajeto único e mais requintado para se analisar a Questão Social e suas expressões na realidade.

Assim, no tópico 1.1.1 conceitos como Agência (ASANTE, 2009) e Agência política de mulheres negras (ARAÚJO, 2021), serão igualmente adensados a partir da Afrocentricidade, com vias a relacionar com os fazeres e movimentos das mulheres pretas protagonistas deste estudo, nas Periferias urbanas da cidade de Franca (SP).

Já no tópico 1.1.2 a Oralidade, enquanto metodologia necessária para a produção científica, sobretudo para o Serviço Social, será abordada a partir da movimentação das produções de Bâ (2010), Santos (2022) e Obirin Odara (2022). É fundamental que se evidencie aqui que tratar da Oralidade neste estudo, com a devida coerência, pede a mobilização não só de textos sobre a temática, mas das palavras trocadas comigo, seja a partir das entrevistas com as cinco mulheres pretas, seja nas salas de aula, encontros e demais movimentos de pessoas pretas em que me envolvi até tal elaboração. Toda palavra trocada, mastigada, engolida e vomitada é de extrema importância para a constituição desta pesquisa.

A finalizar, o tópico 1.1.3 relacionaremos a Afrocentricidade, a Oralidade e a escolha política de utilizar das entrevistas enquanto referências teóricas para este estudo, não se restringindo as produções existentes sobre Periferias no Serviço Social e demais áreas das ciências humanas e sociais. Logo, contará com a apresentação das cinco protagonistas do estudo e suas devidas contribuições para este.

#### **1.1.1. Da Afrocentricidade**

A Afrocentricidade me aparece como uma das possibilidades teórico-metodológicas a medida que me aproximo e envolvo com a temática deste estudo, compreendendo as contradições e incômodos que carrego quanto ao lugar de Margem (marginal) que a história Eurobranca nos coloca, sobretudo ao tratarmos do espaço das Periferias (para além da periferia urbana). Chego a Afrocentricidade mediante a reflexão: O que é ser/estar Periférica? O que determina o centro? Que centro é esse que estamos buscando? Quais caminhos

podemos percorrer para chegarmos lá? Assim, o conceito de Localização, tecido por Asante (2009), nos é igualmente fundamental.

Isto posto, a Afrocentricidade paradigma teórico-metodológico proposto por Molefi Kete Asante (2009) filósofo norte-americano, que muito influenciado pelo Quilombismo de Abdias Nascimento (2009), pensa o método afrocêntrico como possibilidade de se compreender o lugar ocupado por nós, pessoas africanas, frente aos fenômenos históricos e sociais em que estivemos e permanecemos envolvidas/es/os. Levando em consideração a presença do eurocentrismo, responsável por promover discursos que nos deslocam do centro da história, para as margens.

Portanto, este deslocamento se dá igualmente do ponto de vista filosófico, científico, linguístico, geográfico, cultural, político, econômico, estético e conseqüentemente psicológico. Também sendo responsável por atribuir aos acontecimentos o título de atividades reais ou não, bem como quem está às margens e quem está no centro (ASANTE, 2009).

Segundo o autor, é a partir da consciência do lugar e conseqüentemente da Agência política africana, que conseguimos enquanto povo caminhar em direção a observação, sistematização e interpretação de nossas experiências em todo o globo, e de lá obtermos nossos próprios métodos para se produzir caminhos de libertação, individual e coletiva, psicológica e cultural da condição de escravizada/e/o. A conscientização da Agência africana é condição fundamental para que a voz da/o/e/colonizadora/e/o, seja silenciada de nossas mentes, bem como, para que o espelho que nos é dado e nada nos reflete, seja quebrado. Assim, ele nos aponta:

Um agente, em nossos termos, é um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses. Já a agência, é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana (ASANTE, 2009, p.94).

Para o mesmo, é importante observar o conceito de Agência em oposição de desagência, ou seja, encontra-se em desagência aquela/aquele africana/e/o que é retirada/e/o do lugar de protagonismo e centralidade dentro de sua própria existência, pois o discurso é contado pela/e/pelo outra/e/outro<sup>11</sup>, ou seja, aquela/aquele que se encontra no centro, como no caso da sociedade brasileira, que organiza-se a partir dos racismos e cishetero-patriarcado, são os homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e cristãos. Estes, colocam-se neste centro,

---

<sup>11</sup> O outro, iniciado com letra minúscula, se refere a identidade norma, padrão, instituída pelo branco europeu. O Outro, por sua vez, com letra maiúscula, refere-se aos sujeitos colonizados, cuja identidade foi insistentemente definida pelo racismo colonial do branco europeu.

atribuindo o lugar de Outridade (KILOMBA, 2020), às/aos demais, uma vez que compreende sua existência como universal.

A retomada ao centro da história se dá mediante a conscientização da Agência Africana, o que torna possível a defesa dos elementos culturais africanos, o refinamento léxico e o compromisso com uma nova narrativa da história de África, movimentos que, segundo Asante (2009) são necessários para se capitalizar o exercício afrocêntrico não apenas como método, mas como prática política cotidiana.

Assim, mobilizo o conceito de Agência para referir-me aos movimentos das sujeitas deste estudo, uma vez que compreendo suas ações sejam elas dentro e/ou fora de seus respectivos territórios, ações que se apoiam em suas capacidades de organização, mobilização e sobretudo reflexão, individual e coletiva, para que sejam alcançados seus interesses comuns, a liberdade de sua comunidade, pois como disse Walquiria de Castro durante nossa entrevista “Saber que a minha presença não sou só eu, eu trago toda uma comunidade negra comigo” (Entrevista concedida em 30/08/2022).

Ainda que suas histórias e movimentos não sejam reconhecidos por aquelas e aqueles que desde o processo de invasão e tráfico escravista estejam no suposto centro, o lugar de passividade, vitimização e silêncio nunca nos/lhes foi uma realidade. Logo, mobilizo o conceito de "Ensurdecimento" desenvolvido por Araújo (2021), pois compreendemos que as nossas vozes jamais foram caladas, silenciadas, mas abafadas, ou melhor, ensurdecidas, o que não impediu que permanecêssemos a falar, gritar se fosse preciso, e/ou mesmo teorizar no silêncio, com o corpo no teatro, como faz Anny Ribeiro e Jessica Cintra, em seu trabalho como trancista, Paula Gualberto em sua horta de cuidados e tantas de nós em meio as encruzadas.

Nós, mulheres africanas<sup>12</sup> sempre estivemos em movimentos, em comunicação, articulação e organização. A prática de observação, sistematização, teorização e difusão de nossas estratégias de luta e resistência é fundamento para que hoje estejamos em pé enquanto povo, bem como, é o que torna possível a existência deste e tantos outros estudos que discutam seus inúmeros legados, dentro e fora dos espaços institucionais de educação.

Por fim, a Afrocentricidade torna possível refletir sobre as questões postas inicialmente, que ao longo do estudo serão respondidas. O lugar de centro que se busca em

---

<sup>12</sup> A partir das reflexões de Fonseca (2021), nos direcionamos a pensar uma África múltipla e indivisível, que não se dispersa e fragmenta. Logo, é apenas uma em diversas regiões do globo. O que nos conduz a pensar o Brasil, como sexta região de África e não como uma Diáspora ou território Afro-Diaspórico. Tal compreensão, nos conduz a tratar as pessoas que se autodeclaram como pretas/negras como africanas, movimento que fazemos neste estudo, quando referirmo-nos às mulheres pretas, como africanas e vice-versa. Porém, é fundamental escurecermos a importância das mesmas, se enxergarem, dentro de suas múltiplas experiências, neste lugar.

relação ao lugar em que se está na periferia da história, não é correspondente ao ocupado hoje pela branquitude que se entende como única referência para ser e estar no mundo, mas parte do princípio da horizontalidade, justiça e partilha de saberes a partir da palavra escrita, mas necessariamente a palavra falada, uma vez que a Oralidade é matriz de organização e perpetuação dos valores civilizatórios africanos. É a partir dela, fonte teórica e metodológica deste trabalho, que se torna possível movimentar a teoria da Afrocentricidade.

### 1.1.2 A Oralidade enquanto fonte motriz na partilha de saberes

“Quando eu morder a palavra, por favor,  
não me apressem, quero mascar, rasgar  
entre os dentes, a pele, os ossos, o  
tutano do verbo, para assim versejar o  
âmago das coisas”  
(EVARISTO, 2017, p.123).

Para tratar da Oralidade e conseqüentemente do compromisso que nós, pessoas africanas, possuímos com a Palavra, peço licença a Exu, Orixá dono de todos os caminhos, da comunicação e das trocas recíprocas, para seguir adiante. Peço que ele cuide de minhas palavras e me proporcione sabedoria para ser sempre flecha certa e manuseá-las a partir daquilo que a Ancestralidade me ensina, ser continuidade. Laroyê!<sup>13</sup>

Assento-me nas produções de Hampaté Bâ (2010), Dagoberto José Fonseca (1994), Maria Lorrana Melquiades dos Santos (2022), Obirin Odara (2022) e as cinco sujeitas entrevistadas neste estudo, para tratar da Oralidade enquanto método científico possível naquilo que aqui me proponho. Mas sobretudo, como fonte motriz de partilha e manutenção de nossas tecnologias ancestrais, responsáveis pela manutenção de nossa existência em todas as Áfricas, como apontada por Fonseca (2021) que embora seja múltipla, é indivisível.

Segundo Santos (2022), a colonialidade é a violência responsável por proporcionar a desconexão com a palavra falada, uma vez que a partir do surgimento da escrita, em razão a valorização dos títulos universitários adquiridos mediante ingresso em espaços de ensino superior pouco acessível à pessoas negras na diáspora, e conseqüentemente aos conhecimentos livrescos, a Oralidade é atribuída ao posto de saber duvidoso, popular, anti-científico e portanto, facilmente descartável ou de *status* inferior, para a branquitude acadêmica, principalmente.

---

<sup>13</sup> Laroye ou Laroiê é expressão utilizada dentro das Comunidades Tradicionais de Terreiro, para saudar o Orixá Esú, ou Exu, Senhor de todos os caminhos, das boas trocas e da dialética.

Segundo Bá (2010), a palavra é responsável pela circulação e manutenção das memórias e ensinamentos de nossos ancestrais, pois é carregada de compromisso com a continuidade de nossa comunidade, pois seu princípio organizativo é o Asé, a energia vital, Santos (2022, p.24).

A palavra ao ser ecoada é carregada da energia vital africana, o "asè" segundo os iorubás. O movimento de desconsiderar tudo que não está nos livros é racista e logo colonial. Afinal, os ensinamentos são repassados através da oralidade nas tradições africanas. Entendendo que temos o compromisso com ela e com o que a mesma pode causar, devemos ter responsabilidade com a palavra. Pois ela diz muito sobre quem somos e sobre nossa comunidade também.

Isto posto, a palavra falada, ou melhor, a Oralidade enquanto método de partilha e difusão de saberes nada mais é que a continuidade daquilo que aquelas e aqueles que vieram antes já faziam, de forma a que fosse possível que hoje possamos dar continuidade dentro de nossas tradições e também fora delas, como é o caso do espaço acadêmico, que ao se concentrar nas análises daquilo que está preso aos livros, pouco contempla nosso saber-fazer-saber (FONSECA, 2021).

A Oralidade enquanto método científico possível para este estudo se dá, à medida que compreendemos que as narrativas das sujeitas deste estudo não constam nos livros, em artigo científicos ou mesmo na suposta “história oficial” da cidade de Franca (SP), porque estas trocam suas experiências, vivências e estratégias de luta quando movimentam saliva umas com as outras, nos diálogos cotidianos, ao se “trombarem” entre suas ações nos bairros e ademais. A Oralidade já é ferramenta de luta e continuidade destas mulheres pretas.

Nas palavras de uma delas:

Então eu nunca me incomodei de... de ensinar o que eu sabia. Apesar que hoje em dia aqui em Franca é... o pessoal não gosta de ensinar né?! O pessoal, o que eles aprende, eles não gosta de repassar, principalmente o público branco né, o negro nem tanto, mas os branco não passa o conhecimento que eles tem. Então eu acho que é isso (Jéssica Cintra, entrevista concedida em 05/09/2022).

A palavra já estava sendo trocada, à medida que se entende que naquilo que se escreve, a depender de quem escreve, sobretudo, nós, mulheres pretas e vindas das periferias, somos retratadas em desagência. Logo, ou somos apontadas como passivas, por exemplo, sendo aquelas que requererem benefícios de transferência de renda nas filas dos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), desacompanhadas de suas/seus

companheiras/es/os ou tidas como raivosas, quando organizam movimentos de bairro sob exigência de melhoria da saúde pública e pelo ampliamto das vagas nas creches. O binarismo de narrativas, entre as “vitimistas” ou “loucas” é algo presente nas falas da categoria profissional de Assistentes Sociais, mas não algo exclusivo só desta categoria, indicando-nos que o fazer político de mulheres pretas é criminalizado, relativizado e descredibilizado pelo grupo hegemônico. Porém, esse mesmo fazer, é visceral, pois é inerente a nossa existência, pois literalmente, é o que nos mantém vivas/es/os como corpo individual e coletivo.

Assim, é fundamental que igualmente se aponte que a palavra está inteiramente ligada ao poder, seja ela falada ou escrita, uma vez que, nas sociedades racistas e patriarcais como o caso do Brasil, o homem branco, cis e heterossexual, cristão e por vezes rico, detém poder de fala, assim como de difusão de sua cosmovisão, que atribui as populações originárias e as mulheres, o lugar de inferiorização, o lugar de “Outro” (FONSECA, 1994), de recorte.

O recorte, termo mobilizado pelas Ciências Humanas e Sociais, refere-se às categorias tidas como específicas, marginais, se comparadas àquilo que se coloca em centralidade no movimento de análise da realidade, que há muito tem sido a classe social. Porém, a classe social, como fenômeno experienciado pela população branca, sobretudo homens, cis, heterossexuais, cristãos e vindos da Europa.

A classe, ao obter lugar de centralidade, joga para “escanteio” tudo aquilo que não lhe corresponde, como é o caso da Raça e Etnia, Gênero, Sexualidade, Origem, e demais aspectos que comportam a complexidade do Ser Social. Referir-se a grupos tidos como “minoritários”, como é o caso da população negra neste país, correspondente a 54% da população brasileira, é nos colocar em desagência, lugar específico dentro da história.

Portanto, ao nos recentrarmos nas narrativas que buscam nos “recortar”, como se não fossemos inteiras/es/os e atuantes fundamentais para a transformação da realidade, assentando-nos em nossos próprios métodos, sendo a Oralidade um deles, o lugar do recorte, daquilo que é específico, subjetivo e a-histórico, é esvaziado, restando a possibilidade de uma ciência que de fato nos abarque.

Por fim, Fonseca (1994) alerta sobre as armadilhas que corremos, enquanto pertencentes aos grupos citados, ao buscarmos o rompimento com os conceitos fundados pelo “dominador”, pois corremos o risco de permanecer presas/es/os aos seus “formatos lexicais e gramaticais, que nada dizem respeito sobre nossas histórias, nossas preocupações e esperanças” (FONSECA, 1994, p. 99).

Aquilo que está escrito por vezes não dá conta de nos retratar a partir de todas as nossas complexidades, seja quem escreve ou quem lê. Logo, a possibilidade da Oralidade enquanto caminho, método científico, se ancora na proposta de que não existe formato único de produção científica, seja ela dentro e fora das salas de aula, até porque, como me ensina Obirin Odara, nosso povo é capaz de fazer samba numa caixinha de fósforos, por isso, somos tomadas/es/os pela possibilidade de inúmeros caminhos, sem que se perca de vista o compromisso com os ensinamentos de quem veio antes e de quem virá depois, afinal, nesta perspectiva da palavra falada, devemos considerar também que “ o conhecimento se produz com o corpo todo”.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Frase dita por Obirin Odara durante uma de nossas reuniões de ORientação Afetiva em 2022.

### 1.1.3 Apresentação das Agentes: entre as diferenças e semelhanças

“A minha ciência é a ciência dos vivos”  
(NOGUEIRA, 2022, p.20).

Considerando o adensar dos conceitos trabalhados até aqui, apresentaremos as cinco agentes deste estudo, de maneira sensível, buscando romper com as máximas que retratam nossas experiências enquanto mulheres pretas como experiências únicas e, portanto, óbvias, sobretudo ao nos atermos às Periferias. Assim, compreendendo as múltiplas possibilidades de ser mulher preta e periférica de maneira geral e especificamente em Franca (SP), nos pede que os pontos que as unem e as divergem sejam evidenciados.

Inicialmente é importante pontuarmos que as cinco mulheres pretas com quem estive em contato e pude realizar a entrevista para este trabalho são mulheres que minimamente acessaram e acessam instituições de ensino, sejam estas de caráter técnico e/ou universitário, o que as condicionam a obterem determinadas possibilidades de acesso que não se fazem comuns ao analisarmos as condições de manutenção da vida, daquelas que não acessaram a política de educação em sua integralidade. Mas vale evidenciar que este acesso, quando comparado a idade média de ingresso nos aparatos de educação no Brasil, se dá mais tardiamente.

Segundo a pesquisa desenvolvida pela UFU- Universidade Federal de Uberlândia<sup>15</sup> em 2019, ao analisar a idade média de ingressantes no ensino superior cruzando com o quesito Raça/Cor, Sexualidade, modalidade de ensino advindo, é possível visualizar que, ingressantes no ensino superior entre 18 a 24 anos correspondem a 73,03% e de 25 anos para mais, são 24,58% (FONAPRACE- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS, 2018).

Levando em consideração a modalidade de ingresso, seja a partir das cotas raciais ou ampla concorrência, ou seja, a partir da modalidade de ensino anterior, público ou particular, vemos que a população autodeclarada branca corresponde a 54,95%, a parda 30,83%, a preta 7,71% e amarela 1,90%. Destes, 63,2% são estudantes egressos de escolas públicas, enquanto 36,8% de escolas particulares. Já quanto à sexualidade, 77,8% se autodeclaram

---

<sup>15</sup> Foram utilizados os dados da pesquisa realizada na Universidade Federal de Uberlândia, por não haver pesquisa na cidade de Franca (SP) na mesma temática. É possível acessá-la na íntegra, a partir do link que se segue: <https://comunica.ufu.br/noticia/2019/05/pesquisa-revela-perfil-do-estudante-universitario-brasileiro>

heterossexuais, 8,8% homossexuais (não especificando se gays ou lésbicas), 7,3% bissexuais e 0,8% Panssexuais.

Neste sentido, podemos visualizar que homens brancos, cis e heterossexuais, mesmo quanto egressos das escolas públicas brasileiras ingressam no ensino universitário, sobretudo público, entre os 18 a 24 anos. Enquanto, ao adentrarmos as realidades das mulheres pretas, sobretudo as cinco deste estudo, a realidade é distinta, ainda que estas estejam presentes no espaço da educação formal, seus ingressos se dão marcados por outra temporalidade.

São diversas as motivações que nos levam a acessar as políticas educacionais mais tardiamente, elementos que justificam tal temporalidade se relacionam com o racismo e seus desvelamentos em nossas trajetórias, sobretudo nas Periferias, onde as necessidades urgentes que lá se colocam, condicionam o estudo a tornar-se um lugar de distanciamento.

É a partir disto que cá nos movimentamos a partir das diversas perspectivas possíveis de mulheres pretas, considerando suas regionalidades, identidades de gênero, sexualidade, faixa etária e demais elementos, capazes de nos indicarem outras inúmeras demandas articuladas a sua localização geoespacial. Porém, é a partir destas cinco mulheres, que construo este estudo e narrativa, sem a pretensão de silenciar ou anular outras múltiplas experiências de mulheres pretas, mas evidenciar as perspectivas singulares e coletivas, que destoam daquilo que a universidade como um todo, e principalmente o Serviço Social produz sobre as identidades, e os fazeres políticos de mulheres pretas nas Periferias.

Outro ponto importante a se trazer é que, foi a partir dos meus movimentos pela cidade de Franca (SP), sejam estes dentro ou fora da universidade, responsáveis pelo cruzamento de meus caminhos com as sujeitas. Em seus movimentos, embora múltiplos, obtém a Raça como marcador importante para a sua continuidade, e igualmente para a promoção da ampliação das demais pautas que lhes são caras. Apresentemos então as protagonistas deste estudo, sendo: Walquiria de Castro, Rosicler Lemos, Jéssica Cintra, Paula Gualberto e Anny Ribeiro.

Walquiria Ester Gonçalves da Silva de Castro, é uma mulher cisgênero, autodeclarada preta, heterossexual, evangélica, com 50 anos. É casada e mãe de cinco adultos igualmente autodeclarados pretos, sendo três mulheres cis e dois homens também cisgêneros. Dona Walquiria, como me refiro carinhosamente, é assistente social de formação, e está como Conselheira Tutelar na cidade de Franca. Curiosamente, Walquiria é natural de Jaú, viveu em São Paulo e Ourinhos. A partir de seus movimentos, junto de sua família, foi para o interior de São Paulo, onde conheceu seu companheiro, homem preto e francano, Cézar. É a partir de seu companheiro, que ela conhece a cidade que acaba por se tornar a sua morada.

Segundo ela, sua família é uma das desbravadoras do Jardim Vera Cruz/Luiza II, localizado na Região Norte da cidade. É lá que constrói seus primeiros movimentos, antigamente com as mães, que assim como ela, aguardavam a saída das/dos filhas/ filhos na Escola Estadual Professor Florestan Fernandes, e atualmente, ainda conjuntamente com as famílias pretas do bairro, continua articulando seu trabalho como Conselheira Tutelar, Conselheira no COMDECON (Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra) e membra do Grupo Mulheres do Brasil, no Grupo de Trabalho Igualdade Racial, no qual Jéssica Cinta também participa.



**Figura 2:** *“Bom, eu fui uma desbravadora assim, lá do bairro né”*. Imagem do arquivo pessoal da sujeita. É possível a partir da imagem visualizar o bairro Jardim Vera Cruz/ Luiza II, localizado na Região Norte de Franca (SP), ainda em construção.

Importante igualmente evidenciar que o fazer político de Dona Walquiria, assim como das mulheres pretas de forma geral e específica deste estudo, também se dá no exercício de sua religião, onde os enfrentamentos ao racismo e o racismo religioso, são constantes. Como dito pela mesma: “(...) Porque assim ó, lá na escola dominical é só os meus meninos que são os negros, no círculo de oração sou só eu então assim ó, vamos nos informar!” (Entrevista, concedida em 30/08/2022). Tal fala, nos evidencia que, os múltiplos formatos de construção de relação com o sagrado, são igualmente políticos, tanto quanto o trabalho executado na

esfera pública e/ou privada. Narrativa esta que é igualmente compartilhada na entrevista com Rosicler Lemos Silva.

Rosicler Lemos Silva é mulher cis, preta, tem 39 anos de idade, heterossexual, casada, mãe da Pietra e católica não praticante. É assistente social de formação, e atualmente está coordenadora do CRAS-Centro de Referência da Assistência Social, na região centro da cidade, porém, anteriormente a ser designada ao cargo de coordenadora, era técnica de referência no CRAS Leste. Também é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, onde desenvolve sua pesquisa sobre Memórias, Histórias, Lutas e Resistências de Negras e Negros na cidade de Franca (SP). Sua pesquisa é de completa relevância, pois abre caminhos para que estudos como este se façam cada vez mais presentes entre as produções na área do Serviço Social, mas não só.

Por residir no Jardim Paulistano II, localizado na Região Leste de Franca (SP) desde os seus 3 anos de idade, considera que seus movimentos políticos, que passam igualmente pela escolha do curso da graduação, nascem ali, juntamente aos seus pais e irmãs/irmãos, nas Comunidades Eclesiais de Base. As lutas e articulações políticas, que permeiam desde o abaixo-assinado para cimentar as ruas, até as rodas de conversa para escolha da vereança que contemplasse as famílias “da Leste”, foram o chão que a construíram politicamente. Não à toa, sua jornada é marcada por sua participação e protagonismo nos movimentos sociais na cidade e na universidade, sendo uma das fundadoras e participante ativa do GT Luana Barbosa, grupo que, à sua maneira, é comum em minha trajetória e das sujeitas deste estudo, e conselheira no COMDECON, assim como Walquiria.

“Rosi”, como me refiro carinhosamente, abre caminhos não só por sua pesquisa no doutorado, mas principalmente por ser a primeira assistente social preta que conheci na cidade, em meu primeiro ano de graduação em 2018. O fato de participarmos de movimentos, dos mais diversos, juntas, evidencia que, seja no espaço público e/ou privado, nossos fazeres são contaminados por nossa condição de mulher negras<sup>16</sup>, como dito por Evaristo (2017). O trabalho como assistente social no CRAS, o exercício da maternidade com Pietra até a construção da tese de seu doutorado, constroem-se a partir deste lugar, o lugar da mulher preta. Como dito por ela mesma:

(...) Eu sou uma pessoa extremamente política. Que dialoga, que cobra, que reivindica, que luta pelos direitos, que articula com as outras pessoas, traz

---

<sup>16</sup> “Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”, foi uma frase dita por Conceição Evaristo durante entrevista para a revista Nexo, no ano de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%99minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99> Acesso em: 15 jun. 2023

para o debate, que traz para conversar né. E isso não é só no meu exercício profissional, que tem também muita influência, assim como a quebrada que me influenciou politicamente falando, mas o meu exercício profissional, ter feito o curso de serviço social foi algo que também me fez começar a olhar diferente para as minhas relações (Rosicler Lemos, entrevista concedida em 10/08/2022).

Paula Cristina Gualberto é mulher cis, preta, tem 35 anos de idade, bissexual, solteira, mãe, e sem uma religião definida, segundo esta, embora busque em seus movimentos se aproximar das Comunidades Tradicionais de Terreiro.<sup>17</sup> É poetisa e estudante de Serviço Social na UNESP-Franca, e mãe em tempo integral. Vive em Franca (SP) desde os seus 10 anos, e na região Leste, junto a seus dois irmãos, e na mesma rua, no Jardim Paulista, há 30 anos. É assistida pelas Política de Assistência Social, e pela Política de Permanência Estudantil Universitária, o que a impulsiona a estar presente nas discussões e ações que ocorrem em seu território, bem como, participar ativamente do desenvolvimento das atividades socioeducativas propostas pelo CRAS, tendo a horta de sua casa, como um desses espaços, a partir de seu projeto de nome Horta de Cuidados.<sup>18</sup> Também é membra do COMSEA/Franca- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Paula, neste sentido, discute e reflete sobre as políticas públicas e sociais, “de dentro”, uma vez que é assistida por estas, e a partir do curso de graduação em Serviço Social, se instrumentaliza de maneira teórica para a compreensão das complexidades da organização e funcionamento do Estado Brasileiro. Entretanto, é a partir de sua poesia periférica que se forja na “cena” francana, utilizando da palavra, seja escrita e/ou falada, para retratar sua experiência como mulher preta, a partir de perspectiva que não é única.

*Dar nome às mulheres que são invisibilizadas  
No curso traçado das ruas as mulheres que são faixas de pedestre  
Mulheres que se sentam na calçada incomodam  
Mulheres que se situam no lugar do vazio de existir, na ausência de pão.  
Mulheres que arrastam cobertores.  
Que afagam crianças  
Mulheres que cobrem o mundo de vergonha  
Uma imensa vergonha  
Por resistir*

---

<sup>17</sup> Segundo o Babalorixá Sidney Barretos Nogueira em seu livro "Intolerância Religiosa", adota-se o termo Comunidade Tradicional de Terreiro “Como uma denominação aglutinadora de todas as práticas afro-brasileiras também chamadas Religiões de Matriz Africana ou tradições afro-brasileiras, como Umbanda, Candomblé, Xambá, Nagô-egbá, Batuque, Tambor de Mina, Jurema e aparentados”. (NOGUEIRA, 2021, p. 71).

<sup>18</sup> O Projeto Horta de Cuidados criado por Paula Gualberto na horta de sua casa visa, onde a mesma mescla e partilha as tecnologias das propriedades das plantas e ervas, com as jornadas e trabalhos de poetisas negras de referência. Mais detalhes do projeto estão disponíveis em seu canal no Youtube: <https://www.youtube.com/@paulagualberto5523>

(GUALBERTO, 2023, em fase de elaboração).<sup>19</sup>

Jéssica Aparecida Ferreira Cintra Vital, é uma mulher cis, preta, tem 33 anos de idade, heterossexual, casada, mãe, evangélica, natural da cidade de Franca (SP), e residente do Jardim Aeroporto I. Desenvolve trabalho com coleta de materiais recicláveis, ao lado de seu companheiro, além de ser tranquista, desenvolvendo cursos de formação para outras meninas pretas, para que estas possam, assim como ela mesma, gerar renda para manter a família. Assim como Walquiria, também compõe o Grupo Mulheres do Brasil em Franca (SP), no GT Igualdade Racial.

Os movimentos de Jéssica nas Periferias em Franca (SP) se dão a partir de sua disposição em trocar saberes com as pessoas pretas que lhe cercam. O aprender para ensinar é muito presente como estratégia de sobrevivência em sua jornada. Foi preciso aprender com suas irmãs no bairro Leporace, quando estas trançavam os cabelos dos “meninos do Hip-Hop”, para que posteriormente, pudesse ser uma das tranquistas mais qualificadas da cidade em seu *Salão Black Afro*, e fornecer cursos para ensinar o que aprendeu as outras mulheres pretas e periféricas, sendo possível que estas façam o mesmo.

(...) Eu quis trazer pra cá, não só pra mim né. Eu quis incentivar outras meninas né, da época, a aprender também para ganhar uma grana, né. Não só eu né, porque eu sei que a dificuldade ela é pra mim, mas também era pra todas, né (Jessica Cintra, entrevista concedida em 05/09/2022).

Esta relação se estende igualmente ao seu trabalho com a coleta de materiais recicláveis, com a coleta a domicílio, que se inicia a partir da pandemia da COVID-19, em 2020. É a partir das vulnerabilidades vivenciadas por sua e as demais famílias do bairro, que se envolve em projetos e movimentos que visam atender suas demandas urgentes, uma vez que os equipamentos públicos já não davam mais conta de assisti-las. É novamente junto a outras mulheres que Jéssica, para além da coleta de materiais, se articula com as famílias para pensar o racismo ambiental, sustentabilidade e reciclagem de maneira acessível.

É nas relações comunitárias que Jéssica traz a discussão da reciclagem e sustentabilidade para espaços como o Grupo Mulheres do Brasil, a partir do GT Igualdade Racial, o que lhe expande a conhecer e tratar desta realidade, dentro de espaços que lhe são de distanciamento, como as universidades existentes na cidade, ainda que, a universidade privada seja ainda mais acessível de circular, do que quando comparado a UNESP. Jéssica e Anny

---

<sup>19</sup> A presente poesia, “A mulher invisível”, de Paula Gualberto, me foi encaminhada pessoalmente, para ser utilizada neste trabalho, logo, até o momento presente, a mesma ainda não pode ser encontrada em publicações outras, que não a partir da própria autora.

circulam em espaços universitários de maneira diversa que as demais mulheres citadas acima, o que não significa ausência de anseios e capacidades para tal, mas que por vezes estes mesmos espaços, são brutais para nossos corpos, desde a privação de sabermos que existem, e que podemos estar ali. Seus movimentos e práticas, que têm a educação como um de seus pilares, se dão de forma prática, mas também com reflexão, organização e propósitos.

Anny Ribeiro, é preta, tem 27 anos, lésbica, está em uma relação, e é mãe/tia de Gabriel e filha de Sango. Vive na cidade de Franca (SP), no Jardim Seminário, desde o seu nascimento. Sua família, assim como as demais, localizadas no bairro, são originárias do Paraná, vindas devido a popularidade da cidade no setor calçadista. Como está localizada no território desde sempre, ponto comum entre as sujeitas, traz consigo a narrativa das transformações sofridas no bairro, e que influenciam diretamente em suas memórias ali, como dito por ela mesma:

(...)Bom, eu não consigo me recordar, porque... Eu ainda não consegui armazenar memórias do bairro, porque o bairro se transformou assim, rapidamente. E assim, a gente acaba se perdendo um pouco a memória, principalmente de construção de casas, né. Casas que hoje não existem mais, hoje é fábrica de sapato, são barracão né, e isso acaba se perdendo até um pouco a questão da imagem de alguns lugares e até de ruas assim (Anny Ribeiro, entrevista concedida em 21/08/2022).

Além de construir seus movimentos desde a infância ali no Jardim Seminário, Anny é uma mulher preta que convida em seus movimentos, o corpo para construir o pensar junto a cabeça, na capoeira, como atriz no Grupo Corpo Negro<sup>20</sup> e estudante do curso técnico em Massoterapia. O acesso às memórias dos ensinamentos de suas e seus mais velhas/velhos é o que amplia e ampara seus movimentos no teatro, mas igualmente na massoterapia, quando se concentra em resgatar as práticas milenares utilizadas por nossas/nossos ancestrais para o exercício do cuidado com o Orí.<sup>21</sup>

Anny teoriza com o corpo, e, portanto, compreende que a validação de seus movimentos e intelectualidade, não se faz unicamente por via dos espaços universitários/acadêmicos, que estão presos à máxima que para se existir, é preciso pensar. O viver para esta não se trata de um exercício exclusivamente mental. É convidando o corpo para a ginga, que se constrói e partilha saberes, e sobretudo, se pensa e constrói saúde para a população negra.

---

<sup>20</sup> O Grupo Corpo Negro é um grupo de Teatro e Pesquisa, composto apenas por pessoas pretas e que se concentra em trabalhar temáticas relacionadas a negritude na cidade de Franca (SP). Com trabalho como “Um Cisco no Peito: É muito mais que fazer barulho” e “O Mundo Começa na Cabeça”.

<sup>21</sup> Orí, é uma palavra de origem Yorubá, que significa Cabeça.

É na poesia de Paula Gualberto, na cabeça trançada e no Orí protegido por Jéssica, no abraço caloroso e acolhedor de Walquiria, na militância de Rosicler e na ginga de Anny que este trabalho se apoia. As compreendendo como referenciais teóricas-metodológicas primárias para as reflexões aqui tecidas, pois compreendemos que a produção científica não possa se dar a partir da unilateralidade e na ausência de movimento dos conceitos.

Como posto por Fonseca (2020), o modo de produção científico euro-ocidental, sobretudo nas ciências humanas e sociais, que é de onde estamos construindo este estudo, perdeu a capacidade de renovar-se pois está preso a um caminho único de produção de saberes. Portanto, por vezes é violento, pois não reconhece a pluralidade dos formatos de produção e partilha de saberes, que não ancorados em autoras/es brancas/es vindos da Europa como igualmente sofisticados e necessariamente científicos.

Este estudo não tem a pretensão de equiparar as vivências e experiências multifacetadas das mulheres pretas em Franca, aquilo que é valorizado é interpretado como ciência validada pela acadêmica branca que por vezes não nos considera, mas evidenciar que dentro e/ou fora dos muros institucionais universitários ou não, somos produtoras e portadoras dos mais diversos saberes, métodos e técnicas para difundi-los entre as/es/os nossos. Não à toa, é graças a nossa inerência ao saber, que nós mantemos vivas, nutrimos nossa comunidade e a matrigestamos.

## CAPÍTULO II

### 2.1 O construto das Periferias no Brasil: um trajeto há muito construído

*“Às vezes eu acho que todo preto como eu  
Só quer um terreno no mato, só seu  
Sem luxo, descalço, nadar num riacho  
Sem fome, pegando as frutas no cacho (...)”  
(Racionais MC’S, “Vida Loka Part. II”,  
2002)*

Que é a Periferia? Quais as influências sofridas por nós, população preta, para que correspondamos historicamente a maioria residente neste território?

Ainda que nossas mãos pretas e pertencentes as comunidades Abya Yala sejam responsáveis pela construção, no sentido literal da palavra, das cidades brasileiras, nada ou muito pouco, nos rememora de nossa fundamental participação no processo de urbanização deste país. Pelo contrário, vivenciamos cotidianamente estratégias das mais brutais exercidas pelo Estado e sociedade, para que nossos corpos não circulem muito longe nos Quartos de Despejo<sup>22</sup> das chamadas áreas urbanas.

Para que compreendamos afinal o que são o que chamamos aqui de Periferia e os caminhos que percorremos para que estejamos lá de forma majoritária, mobilizo a reflexão de Adão (2017), quando indica-nos que o processo de nossa periferização à la brasileira trata-se de “um caminho construído”. Segundo a autora, mesmo anteriormente à abolição do regime escravista, já estavam sendo construídos por parte da Coroa portuguesa que aqui encontrava-se, ações e mecanismos de privações ao nosso acesso à terra, e conseqüentemente a tudo o que dela adviesse. Segundo a autora:

Até meados do século XIX, a concessão de terras no Brasil era realizada pela Coroa - as sesmarias- ou simplesmente ocupada. Com a Lei de Terras de 1850, o Estado, que antes concedia terras, cria uma medida que congela a estrutura fundiária nas mãos dos antigos senhores de escravos. A terra, antes concedida, passa a pertencer aos que já a ocupavam, os antigos senhores de escravos poderiam no futuro arrendar as suas terras aos imigrantes europeus, que chegariam ao Brasil a partir da Política Imigrantista de 1875 (ADÃO, p.16, 2017).

Como consequência da execução da Lei de Terras e indicativo da total ausência de quaisquer políticas de caráter reparatório aos mais de trezentos anos de exploração e violência racial executada pela Coroa Portuguesa, nós, população recém-liberta parafraseando Moura (1977) passamos “de bons escravizados a maus cidadãos”. Ou seja, o corpo preto, responsável

<sup>22</sup> Faz menção ao livro de mesmo título da autora Carolina Maria de Jesus, publicado em 1960.

pela constituição da economia brasileira, e conseqüentemente da possibilidade de sua inserção no Sistema Capitalista de Produção, não era compreendido como parte fundamental no alcance do suposto desenvolvimento do país, como nos aponta Fonseca (2009, p. 89):

Os negros eram as mãos e os pés dos escravistas. Quando, a partir de 1830, o modo de produção brasileiro sofreu alterações, decidiu-se que a população de africanos (e seus descendentes) deveria desaparecer do cenário brasileiro sem qualquer indenização financeira, agrária ou outras medidas políticas que lhes permitissem participar da sociedade em igualdade de condições.

O que observamos na Primeira República é a prevalência dos interesses da elite exportadora de café e demais produtos naturais capazes de estabelecer relação de vendas com o exterior, em detrimento de nossa exclusão e privação de nossa participação na economia como trabalhadoras/es livres e assalariados, o que coloca em prática e evidencia a não superação do racismo enquanto projeto e norma no funcionamento do Estado e sociedade, a exemplo disto, trazemos o Código Penal Brasileiro, de 1890, e as Políticas de Incentivo Brasileiro, responsável pela continuidade do genocídio das comunidades pretas no país.

As diversas tentativas operadas durante o governo da Primeira República para que não fossem vistas/es/os nas cidades, ruas, vilas e demais, foram inúmeras, caminham desde a queima de cortiços e casarões onde estávamos localizadas/es/os (SILVA, 2006), até os chamados Códigos de Postura, que atribuía a imagem do corpo preto em movimento, ao “vadio”<sup>23</sup>, ao perigoso e responsável pela violência das ruas. O que o conduzia à privação de liberdade, devido às condições que este mesmo Estado o colocou. Segundo Borges (2020), diversas foram as ações expressas sobretudo no Código Penal Brasileiro de 1890, que criminalizam a cultura afro-brasileira como o samba e os batuques, as religiões, as reuniões musicais e a capoeira.

Já quanto às políticas de incentivo imigrantistas, colocadas em prática também durante este período, consistiam em garantir terra, trabalho livre e assalariado (e tudo o que disso advier), a imigrantes vindos da Europa ocidental sobretudo de países como França e Itália (FONSECA, 2009). É a partir de justificativas racistas, como a intelectualização e qualificação da força de trabalho branca e europeia para o desenvolvimento do Brasil, em

---

<sup>23</sup> O Decreto nº145, de 1893, qual autorizava a criação da Colônia Correccional na Fazenda Boa Vista, no Rio de Janeiro, descrevia o chamado “Vadio” da seguinte maneira:

§ 1º Os individuos de qualquer sexo e qualquer idade que, não estando sujeitos ao poder paterno ou sob a direcção de tutores ou curadores, sem meios de subsistencia, por fortuna própria, ou profissão, arte, officio occupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade na ociosidade (BRASIL, 1893).

detrimento das pessoas pretas, que se coloca em prática, como pano de fundo, o projeto miscigenador e branqueador da população preta. Assim, o autor continua:

Durante a República Velha, sociedade e governo articulam diversas medidas para acelerar o processo de apagamento e silenciamento da população negra no país após a Abolição. Tanto que os deputados federais Andrade Bezerra e Cincinato Braga apresentaram o Projeto de Lei n.209, de 1921, que visava proibir o ingresso de imigrantes negros no Brasil, independentemente de sua nacionalidade. Entretanto, tal projeto não foi acatado; se o fosse, o Brasil admitiria ser um país racista, o que não era desejável para o Estado (FONSECA, 2009, p. 77).

A tentativa de nosso embranquecimento e higienização se dá não apenas com a vinda de imigrantes da Europa Ocidental para o país, mas como projeto político que se renova com o tempo, pois utiliza-se das diversas estratégias de desvalorização e tentativas de apagamento das memórias, lutas e resistências de pretas/es/os no país, bem como, a demonização de sua cultura, em sua multiplicidade, como colocado anteriormente, com o Código Penal de 1890, consequentemente, interferindo externo e internamente na construção de uma identidade negra positivada, o que é pauta presente nos movimentos negros pelo país, quando mobilizam o Direito a Memória, a História, e a Ancestralidade.

Outra brecha aberta por este projeto é o chamado Mito da Democracia Racial, que consistia na construção de um imaginário, mobilizado por diversos campos acadêmicos, sendo a literatura um deles, de um Brasil de relações harmônicas e democráticas, onde as raças aqui presentes, obtinham as mesmas condições de manutenção da vida, e convivam de forma amistosa. A exemplo disto, vemos a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933.

O Mito da Democracia Racial, denunciado pelos movimentos negros brasileiros de forma internacional, tem Abdias Nascimento como uma das personas fundamentais para seu desbancamento após sua fala durante I Congresso do Negro Brasileiro, em agosto de 1950, onde denuncia as verdadeiras condições de violência e desigualdade experienciada pelas famílias pretas desde a violência da colonização. O genocídio contra a população preta não se dá apenas através do braço armado do Estado, mas se trata de um projeto executado cotidianamente. A exemplo disto, temos as periferias urbanas e seu constante estado de violência.

As cidades, neste sentido, são organizadas pela lógica racista dos interesses da elite branca, que atribui aos nossos corpos pretos, e nordestinos (levando em consideração o alto índice de migrantes vindos do Nordeste e Minas Gerais para polos como São Paulo) (SOUZA,

2018), os lugares tidos como "indesejáveis" (SOUZA, 2018), enquanto que utiliza de recursos públicos para transformar as estruturas das cidades, com vias a deixa-las correspondentes ao padrão de desenvolvimento que se buscava (SILVA, 2006).

Assim, somos expulsas/es/os das áreas urbanas centrais, que representavam nosso maior local de circulação durante o período escravista, uma vez que era e ainda é, nas ruas que construímos nossos movimentos, articulações e organizações políticas, as trocas recíprocas e a consolidação das relações sociais. A exemplo disso temos as chamadas Quitadeiras, mulheres pretas, sobretudo nordestinas, comerciantes de quitutes e frutas, que desde o período escravista, foram responsáveis pela compra das alforrias de suas comunidades, bem como, responsáveis por partilhar informações que lhes fossem favoráveis para a sua manutenção no espaço urbano. A rua sempre foi um espaço comum de nossa circulação e ocupação.

A partir de tantas ações de expulsão, perseguição e criminalização do corpo preto em movimento, a periferização aparece como fenômeno resultante da ausência do Estado, que o empurra para onde as vistas das/es/os brancas/es/os não o vejam, mas suas políticas de caráter higienistas, como é a atuação da polícia, o alcancem, sem lhes sujar as mãos de sangue. Neste sentido, Silva (2006, p.76), refere-se a este contexto como a criação dos chamados territórios negros, que segundo ela:

Os ambientes ocupados pelos negros não são condizentes com a condição humana. Assim, o sistema de produção que tem como um dos elementos fundamentais a grande lavoura vai fornecendo diretrizes para a segregação espacial do negro no Brasil atual. A impossibilidade de, ainda que alforriado, adquirir, suceder ou usucapir propriedade vai deixando o negro à míngua do sistema de propriedades no Brasil e o empurrando para regiões insalubres e/ou de posse questionável.

Os chamados ambientes e territórios negros, posteriormente chamados de Periferia, resultam de uma série de fatores, a herança colonial do racismo, que reflete na divisão socioespacial, sendo uma delas. Entretanto, a não ação efetiva do Estado na efetivação de políticas de Bem-Estar Social, é uma determinante para tal. Este mesmo Estado, que apenas se faz presente através de seu braço armado, institui nas periferias urbanas, a violência do racismo enquanto norma, enquanto nós, "as/es/os do lado de cá" buscamos a partir de tantas ausências reterritorializar os valores civilizatórios de África, enquanto tecnologias de manutenção de nossa existência no espaço urbano, que evidentemente nos rejeita. Assim Silva (2006, p.19) pontua:

Os territórios negros eram locais de encontros e de sociabilidade do negro, pois ele era impedido de se expressar mais livremente em outros lugares. Eram também locais de resistência às manifestações de violência, como as expressões do racismo.

Sendo estes territórios negros, posteriormente chamados de Periferia, responsáveis por nossa manutenção na cidade, carregam em suas bases de sustentação os valores civilizatórios que trazemos de nosso território original a partir da memória familiar e ancestral, onde a comunidade é responsável por organizar-se politicamente em direção daquilo que o Estado brasileiro jamais nos garantiu, a busca pela cultura, humanidade e cidadania. Assim, como nos aponta Araújo, que nos chama atenção para o papel fundamental da comunidade na Periferia, que aqui a refere como Quebrada (2021, p.108):

Os laços de solidariedade na quebrada mesclam-se entre vínculos religiosos e fraternos. Não deixam de ser, em nenhum momento, vínculos políticos. A preocupação com os próprios filhos estende-se aos da vizinha. Se uma das mães da rua soubesse que uma escola era melhor do que a outra, avisava as outras. Assim, quando minha mãe decidiu que seria melhor que meu irmão tentasse entrar em uma escola técnica, ela chegou a essa conclusão junto às outras mães.

Isto posto, é importante ressaltarmos o fundamental papel exercido por nós mulheres pretas na reflexão, articulação e busca através de nossa massiva participação nos movimentos sociais e políticos, em direção ao alcance de nosso bem viver no espaço urbano, seja dentro ou fora das periferias. Trata-se justamente da Agência política milenar, a qual nos possibilitou transformar, longe de quaisquer romantizações que possam existir, a periferia, de território de ausências, a “território vivo” e sagrado, como ensina-nos Rosicler Lemos no decorrer de sua entrevista para este estudo.

Tal Agência política exercida nas periferias é igualmente possível, pois possui entre suas bases a força matricomunitária (RIBEIRO, 2020), responsabilidade ancestral assumida principalmente pelas mulheres pretas para o gerar, o gerir<sup>24</sup> e potencializar vidas e comunidades. Porém, é fundamental a participação de toda a comunidade preta conosco, logo, homens cis, pessoas trans e pessoas não binárias pretas/es/os.

A força matricomunitária assim, é princípio civilizatório que organiza as periferias, e conseqüentemente a Agência política ancestral de quem ali se encontra. O sentido de

---

<sup>24</sup> A ideia de gerir e gerar aqui mobilizados não tem relação com o exercício biológico de fazê-lo, esta tarefa é responsabilidade de toda a comunidade preta, logo, das mulheres cis e trans, os homens pretos, cis e transsexuais e pessoas pretas não binárias.

comunidade e coletividade presente neste território é o que possibilita que cheguemos à máxima de que é na periferia que se produz saberes, como muito bem-posto por Paula Gualberto durante nossa entrevista:

(...) Na periferia se produz muito conhecimento, muita sabedoria, e algumas vezes a gente fala que esse saber é empírico, esse saber foi passado pela minha avó. Porque eu aprendi muito, eu tive a Dona Dinha como vizinha, a dona Dinha era uma senhorinha que me ajudou a cuidar da minha filha sabe? eu não sabia fazer nada. E eu acho que é sempre esse lugar de uma estar sempre passando conhecimento para a outra né. E aí é outro tipo de conhecimento, outra hierarquia. Não é essa hierarquia de academicismo né, é uma coisa mesmo de coletividade, de se conectar com uma história real mesmo, tipo “Olha, eu já não tive isso, e me virei com isso”. Por isso que quando eu estou falando com outras mulheres periféricas, eu faço questão de falar para elas que as situações de vulnerabilidades que elas passam, são as que eu passo todo dia. A diferença é só o caminho né, e que eu acredito que passar esses conhecimentos e que eu sempre acredito que todas as mulheres que passam pela horta, pelas oficinas, ou por mim, elas têm um conhecimento para me passar, e eu tenho algo para passar para elas assim. (Paula Gualberto, entrevista concedida em 06/08/2022).

Nossas movimentações nas periferias urbanas em direção ao pensar e fazer política é necessariamente o que torna tal território igualmente político, pois as periferias, assim como me ensinaram as mulheres deste estudo, são as mulheres pretas. Compreenderemos tal relação adiante.

### 2.1.1 A Periferia é uma mulher preta<sup>25</sup>: As Periferias e a força Matricomunitária

*(...)Não fomos vencidas pela anulação social  
Sobrevivemos à ausência na novela e no comercial  
O Sistema pode até me transformar em empregada  
Mas não pode me fazer raciocinar como criada  
Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo  
As negras, duelam para vencer o machismo, o preconceito e o racismo  
Lutam para reverter o processo de aniquilação  
Que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão  
Não existe Lei Maria da Penha que nos proteja  
Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza  
De ler nos banheiros das faculdades Hitleristas  
“Fora Macacos Cotistas!”  
Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão  
Mas na lei dos justos, sou a personificação da determinação  
Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador  
Falharam na missão de me dar o complexo de inferior  
Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu  
Meu lugar não é nos calvários do Brasil  
E se um dia eu tiver que me alistar no tráfico do morro  
É porque a Lei Áurea, não passa de um texto morto  
Não precisa se esconder, segurança!  
Sei que “cê” tá me seguindo, pela minha feição,  
pela minha trança  
Sei que no seu curso de protetor de dono praia  
Ensinarão que as negras saem do mercado com produtos debaixo de saia!  
Não quero pote de manteiga ou de shampoo  
Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru  
Fazer meu povo entender que é inadmissível  
Se contentar com as bolsas estudantis do péssimo ensino  
Cansei de ver a minha gente nas estatísticas  
Das mães solteiras, detentas e diaristas*

---

<sup>25</sup> Carrega o título dado ao projeto e oficina realizado pelo Grupo de Estudos e Trabalho “Luana Barbosa” em Franca (SP), o qual a pesquisadora é atuante, onde visa-se refletir sobre o que é ser uma mulher preta e periférica. Discute-se sobre questão de gênero, raça-etnia e classe social, sobre os padrões de beleza socialmente impostos sobre a beleza da mulher negra. Posteriormente, seria realizado o projeto fotográfico, em que tais mulheres seriam fotografadas em seus espaços cotidianos para exposição em diversos locais e eventos da cidade, objetivando o fortalecimento da identidade da mulher negra. Disponível em: <https://franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/acao-social/gt-luana-barbosa>

*O aço das novas correntes não aprisiona minha mente, não  
Não me compra e não me faz mostrar os dentes (...)*  
(YZALÚ; TADDEO, 2019).

Que as periferias detém dimensões contraditórias, capazes de produzir, partilhar, difundir, torcer, distorcer e movimentar saberes, sejam estes populares, científicos, religiosos e ademais, já nos é uma máxima. Sem que nos permitamos esquecer que está, e quem ali constrói vida, experiência na mesma medida, o pôr em prática cotidiano do projeto de extermínio do corpo preto e periférico, que para o terror do Estado racista que promove os mais diversos dispositivos para nos "fazer morrer" e nos "deixar morrer" (RAMOS, 2019), encontra organização, reflexão e estratégia de quem denuncia as violências ali praticadas, bem como, constrói no asfalto, na barroca e no barraco, caminhos férteis (e nada românticos) para manter o corpo próprio e coletivo vivo.

Em continuidade, neste sentido, foi-nos pontuado anteriormente a força matricomunitária (RIBEIRO, 2020), enquanto princípio e valor civilizatório exercido por nós mulheres pretas, como responsável por reger a organização e funcionamento das Periferias, em perspectiva que supere aquela que a enquadra em território de ausências apenas, mas que se concentre nas estratégias e caminhos traçados por quem veio antes, para mantê-la em pé, organizada e em busca do bem viver, mediante a garantia e retomada de seus direitos.

Neste sentido, a autora nos chama atenção para que compreendamos que, tal responsabilidade ancestral, não se concentra apenas no gerir, gestar e potencializar vidas, direitos e comunidade, como posto anteriormente, mas igualmente o fazê-lo com as demais organizações ancestrais, econômicas e políticas de nosso povo (RIBEIRO, 2020, n/p). Segundo a autora:

(...) As mulheres foram fundamentais para desenhar novas formas de convivência e possibilidades de viver em sociedade, articulando formas de compreender as dinâmicas do escravismo. Aproveitando seu trânsito dentro das casas-grandes e senzalas, igrejas e ruas, para transmitir ideias revolucionárias para fora das estruturas pensantes escravocratas, elas foram fundamentais para a criação de planos de sobrevivência, rotas de fuga e a construção, por grupos de diferentes etnias, de espaços afastados das casas-grandes e senzalas: os terreiros e os quilombos, lugares que reelaboram a força subjetiva africana de organização e de humanização desses indivíduos.

Ela continua:

No Brasil, as lideranças femininas negras estão presentes até hoje, à frente de grandes comunidades tradicionais (quilombos e terreiros) e organizações comunitárias, como entidades sociais de mulheres negras, escolas de samba, empresas solidárias, associações e cooperativas. Os vínculos solidários e a matriz matrilinear são referenciais importantes de reorientação sagrada e constroem no universo social das lutas das mulheres negras as práticas sucessórias de relações de acolhimento, respeito e cumplicidade com as demais diferenças. (RIBEIRO, 2020, n/p).

Nossa massiva participação na fundação e nas bases dos movimentos e organizações políticas dentro e fora das periferias possui caráter milenar, ainda que não sejamos associadas a estes em diversos casos, o que não significa que não estejamos ali, mas que as narrativas racistas pretendem nos aprisionar em lugar específico: às margens, ou melhor, nas periferias, em suas diversas dimensões e sentidos.

Não à toa, somos constantemente apontadas nos dados estatísticos como maioria em situação de privação de acesso aos direitos mais básicos. Inúmeros são os estudos que nos indicam como maioria em situação de desemprego e/ou trabalho informal. No 1º trimestre de 2022, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional (40,1%), ou mesmo assistidas pela política de Assistência Social, (mulheres negras com renda mensal de R\$ 250,00 é maioria inscrita no Cadastro Único segundo levantamento realizado por Guilherme Hirata, a partir de informações dispostas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério da Cidadania, responsável pelo Cadastro Único). As mulheres negras também representam maioria como chefes de família residentes nas periferias, como indicam os dados do IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, atingindo o percentual de 35%.

Tais dados nos conduzem a compreender parcialmente a importância e fatores que levam à nossa participação nos movimentos políticos e sociais, pois trata-se principalmente de busca pela garantia básica de existência, onde resistir é uma ordem do dia em que a opção de não se mobilizar é quase impossível, sobretudo ao nos concentrarmos aqueles que nascem nas periferias, uma vez que ali correspondemos a maioria. Porém, sem que esqueçamos as reais motivações que dificultam nossa real superação da situação de vulnerabilidade em que nos encontramos, o que só pode ser feito mediante a efetivação de um modelo político que de fato nos contemple e nos reconheça, pois é construído por nossas mãos, é “coisa nossa”, “coisa de preta/e/o”, diferentemente deste que está posto.

## “A Periferia é uma Mulher Preta”



**Figura 2.** Foto de Fabricio Silva. Registro da oficina “A Periferia é Uma Mulher Negra”, realizada na Escola Estadual Prof. Michel Haber, localizada na Região Leste da cidade de Franca (SP) em 07/11/2019. Na imagem, é possível identificarmos Paula Gualberto (vestido preto), e Rosicler Lemos ao fundo, também vestindo preto.

Para dar início a tal tópico, é fundamental que se explicitie as intenções para tratar deste tema, bem como, relatar a minha experiência e atuação prática enquanto pesquisadora no Grupo de Estudos e Trabalho (GT) “Luana Barbosa”,<sup>26</sup> na cidade de Franca (SP), fonte fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento deste estudo.

O GT “Luana Barbosa”, aberto para toda a comunidade francana, possui intenção de aproximar-se e discutir as relações étnico-raciais na cidade, bem como, proporcionar, a partir dos acúmulos gerados nas reuniões de estudo e planejamento, atividades de formação para as/es/os trabalhadoras/es de todos os setores da Política de Assistência Social, uma vez que foi identificado pelas/es/os profissionais do Serviço Social, igualmente atuantes no GT e demais movimentos que discutem a temática, a importância de fazê-lo devido ao despreparo das/es/os mesmas/es/os ao tratar da temática ali, no cotidiano profissional. Tal despreparo se dá devido

<sup>26</sup> Luana Barbosa dos Reis, é mulher negra, lésbica, mãe e periférica, residente no município de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Luana foi brutalmente assassinada pela polícia, durante uma abordagem quando reivindicou seu direito de ser revistada por uma policial feminina. Seu nome foi decidido como meio de carregar seu nome, como meio de manter viva a memória e como ato de resistência diante o genocídio da população preta. Disponível em:

<https://franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/acao-social/gt-luana-barbosa>

não só, mas também, ao modelo eurocêntrico que organiza a educação brasileira, seja ele na escola ou universidade, tal como desvelado por Santos (2022, p.14):

(...) Vivenciando a realidade do curso de Serviço Social, que entende o trabalho como a centralidade das perspectivas para compreender a realidade brasileira. E que se embasa numa teoria ainda branca, que nos coloca enquanto africanos como um recorte. E logo também como um objeto de pesquisa e não agentes da realidade que vivenciamos. Num curso que nasce da caridade, da ideia de salvar o Outro (Carneiro, 2005) que seriam os povos africanos e que mesmo rompendo com muitos conceitos e práticas violentas. Ainda segue sendo extremamente violento e colonial, se utilizando de referências racistas e as defendendo. Se colocando num lugar distante da realidade dos povos africanos, numa ideia colonial de nos salvar. Onde somos colocados como um recorte da realidade, ou em uma falsa universalidade.

Dessa forma, O GT concentra-se, desde 2017, em promover estudos e formações que discutam as relações étnico-raciais em Franca (SP), como anteriormente posto. Dentre as temáticas abordadas, a oficina “A Periferia é Uma Mulher Negra”, é uma delas. Ministrada anteriormente na Escola Estadual Michel Haber, localizada na região Leste, a oficina inicialmente pretendia discutir o que é ser uma mulher negra e periférica. Porém, se tratando das diversas complexidades que envolvem ser negra, a periferia e ser mulher negra nesta periferia, diversas são as questões que endossaram a oficina.

Um ponto importante a ser trazido sobre tal oficina é que as mulheres sujeitas deste estudo, sendo elas, Rosicler Lemos, Paula Gualberto e Anny Ribeiro, passaram por esta oficina, seja na condição de oficinairas e/ou de participantes. Nos indicando que seus caminhos a partir do território em que se encontram, se cruzam pois suas pautas, a partir de seus respectivos lugares, movimentos e cosmopercepções<sup>27</sup>do mundo, obtém a periferia como ponto de partida para a sua construção de identidade negra, pois é aqui onde se aprende a *ser*.

Durante o mês de Julho de 2022, tive a oportunidade, ao lado de Rosicler Lemos e Júlia Barroco - estagiária no Cras Centro, de participar desta oficina, na condição de oficinaira, mas igualmente de participante, no CRAS Sul, localizado no Jardim Aeroporto II, na cidade de Franca. Foram realizados dois encontros com as mulheres da região do Aeroporto 2 e 3, que quando interpeladas seus territórios, reafirmaram com ênfase serem

---

<sup>27</sup> A partir de Oyëwùmí (2021) empreende-se o conceito de Cosmopercepção por compreender que trata-se de “uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais” (Oyëwùmí; 2022; p. 29), uma vez que mobiliza-se os demais sentidos, para além da visão, para se interpretar o mundo. Entretanto, vale ressaltar que ao utilizarmos o termo Cosmovisão, este fora empregado no sentido cultural ocidental, que privilegia dois cinco sentidos que obtemos, a visão como principal.

“Aeroportenses”, como posicionamento político de valorização do território e de pertencimento ao mesmo.

Após o momento de acolhida, iniciamos uma dinâmica que consistia em pensarmos sobre nossas relações com o território em que partíamos, a Periferia, e as discriminações que sofremos em diversos aspectos, como: a ausência de serviços públicos de qualidade, as dificuldades em acessar transporte desde o público aqueles requisitados através de aplicativo que não chegavam em seus bairros, até a estratégia de omitir o bairro em que real moravam para alcançar a admissão no mercado de trabalho. Todas as situações, senão todas foram vividas por nós.

Apesar de nos centrarmos nessa pesquisa em interpretar as relações étnico-raciais, é inegável a interferência da classe social na disposição das construções das Periferias e identidades. Logo, é na discussão sobre classe social que compreendemos parte das ausências e vulnerabilidades que compõem tais territórios. Quando questionadas sobre suas possibilidades de mobilidade social, ou seja, se já pensaram em mudar de bairro, as respostas negativas sobressaíram os poucos “sim” ditos, que foram justificados devido justamente às desigualdades sociais, raciais e demais que as acometem.

É incorreto dizer que estas não gostam dos territórios ou algo relacionado, mas o que as atravessa de fato é a provação do acesso aos seus direitos. Porém, aquelas que afirmaram não desejarem sair do bairro em que estão atualmente, se apoiam justamente nas relações de coletividade e nos movimentos sociais e políticos presentes na Periferia. A articulação e organização das mulheres negras nas periferias releva-se nos vínculos e laços, que os conduz a tornarem-se família. Pois como bem-posto por uma das participantes da oficina: “quando o filho dela sofre racismo na escola, não é sobre ela e o filho dela, mas sobre mim e o meu filho, porque eu sei que se meu filho sofrer racismo também, ela vai me ajudar”.

Já no próximo tópico, realizamos a mesma dinâmica, porém abordando Raça-Etnia e Gênero. Temas como a sobrecarga com os afazeres domésticos, situações de assédio e machismo dentro e fora do espaço doméstico foram compartilhadas por nós, nos conduzindo a tratar do machismo e do Patriarcado enquanto eixo que, juntamente ao racismo, estrutura a sociedade que experienciamos.

A ausência de médica/e/o ginecologista na UBS (Unidade Básica de Saúde), a não admissão nos trabalhos que exigem “boa aparência” leia-se mulheres brancas, qual lhes acometem a recorrerem a procedimentos de alisamento dos fios de cabelo, a frustração da ausência de maquiagens que de fato corresponda o tom de suas diversas peles ou mesmo em enxergar-se bonita com o corpo e os traços físicos que se tem, e as dificuldades em se

encontrar uma/um companheira/e/o para trocar, são apontadas e partilhadas, chamando-nos atenção para refletirmos sobre identidades, ancestralidade e memória.

Questionamentos relevantes neste sentido foram feitos para darmos continuidade à discussão, como: Como não almejar se parecer com a patroa, moradora do Jardim Veneza<sup>28</sup>, branca e com a condição financeira estável, se não tenho referências positivas do que é ser negra? E quando se tem tais referências de mulheres negras, estas não necessariamente as representam, pois são mulher negra com os traços menos marcados, cabelo não crespo e pele menos escura. Para iniciarmos esta discussão, foi transmitido o vídeo clipe da artista Doralyce “Miss Beleza Universal” :

“Mode on High Tech  
Modelo Ocidental  
Magra, Clara e Alta  
Miss Beleza Universal  
É ditadura!  
Quanta opressão  
Não basta ser mulher...  
Tem que estar dentro do padrão  
Miss Beleza, Miss Beleza Universal  
Foda-se o Padrão.”  
(DORALYCE, 2018, n/p).

A partir do videoclipe, dialogamos sobre as ausências desde o período escolar no que se refere às identidades negras positivas. A mesma escola que nos ensina que somos descendentes de escravos, não é a mesma que nos ensina sobre a Revolta do Haiti e Angola, Os Impérios Candace e Dahomey. Poucas foram as referências positivas não só midiáticos que mostrassem pessoas pretas como humanas, portanto, a Lei 10.639/2003, qual estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003), possui caráter fundamental para que passemos de descendentes de escravos/os para pessoas que foram violentamente retiradas de seus territórios em África, sem quaisquer políticas de caráter reparatórios nas regiões em que estiveram. Logo, descendemos de pessoas que foram escravizadas, mas que porém, existiam muito antes da violência colonial. A vida das pessoas pretas não deve se resumir ao terror dos escravismos, pois existimos para além dele.

É importante que se pontue a emergência da Lei e seu cumprimento enquanto política reparatória e necessária para o sistema de ensino racista brasileiro, porém, que é insuficiente para tratar dos diversos racismos que acompanham o ser/estar das comunidades negras no

---

<sup>28</sup> O Jardim Veneza está localizado na região Sul da cidade de Franca (SP). Mesmo bairro que comporta a Moradia Estudantil da UNESP.

país. É preciso que esta esteja articulada às demais políticas públicas e sociais, assim como os movimentos sociais, em direção ao pensar e efetivar caminhos férteis e possíveis para que caminhemos enquanto povo preto de forma saudável em termos integrais, do acesso ao alimento à uma subjetividade não flagelada pelo racismo.

A partir das diversas falas, pautadas em vivências individuais e coletivas, pudemos compreender as complexidades que estruturam as nossas identidades como mulheres pretas, pobres e vindas das periferias, para que nos vejamos como potências em meio as ausências presentes nos territórios em que estamos. É mediante ao movimento afrocêntrico de recentrar nossas experiências como negras e periféricas, que podemos enxergar-nos no centro das narrativas, e a Periferia assim se torna terra sagrada, fértil e que se movimenta politicamente de forma cotidiana em busca do bem viver na cidade, ou mesmo refletir sobre a cidade que se quer.

Assim é que se pensa sobre as Periferias serem Mulheres Negras, que a partir do legado ancestral da força comunitária, sermos capazes de “escorrer política” como ensina Ayni Estevão de Araújo durante as aulas. A Periferia é uma mulher negra pois a periferia é política, pois nós, mulheres negras e toda a comunidade negra, assim o somos. Em meio as ausências, é possível se criar caminhos, possibilidades, movimentos e resistências - outras possibilidades de existência, para não se padecer. Isso é nosso fazer político ancestral.

Nosso fazer político enquanto mulheres pretas e sobretudo nas periferias é inerente à nossa existência. É mediante a este entendimento, que a referência presa no espelho sujo que não nos reflete, mas reflete a patroa branca, é destruído, como nos ensina Obirin Odara em seus trabalhos na página nas redes sociais @naomecolonize, e assim passamos a construir um outro, que nos reflete por inteiro, individual e coletivamente, pois a minha *Escrevivência*<sup>29</sup>, se movimenta, mescla e mistura a da minha vizinha, irmã, companheira e aliada. Logo, o sonho não é mais se parecer com a patroa branca, residente do “apê” no centro, mas com a vizinha do lado.

(...) Eu acho que ser mulher negra da quebrada é cuidar, porque a gente cuida muito um do outro, uma da outra, é ser referência também. Então eu vejo que assim, "aí a Rosicler, assistente social, trabalha lá... e aí me procuram “Ô Rosi como faz isso? Como faz aquilo outro?” Então você tá sempre ali

---

<sup>29</sup> Escrevivência é o conceito desenvolvido por Conceição Evaristo, utilizado pela primeira vez pela autora em 1995, pauta-se na “escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria que escreve, e do seu povo”. Logo, é a junção de escrever e viver, escrever aquilo que se vive, concentrando-se nas vivências e histórias das populações afro-brasileiras, pois segundo a mesma “As nossas escrevivências não podem ser para adormecer os da Casa-Grande, mas para acordá-los de seus sonhos injustos”. Disponível em: <https://literarioafeto.medium.com/o-que-%C3%A9-escreviv%C3%Aancia-9580c9de9ee4>

trocando saberes e aquilo que você teve a oportunidade e outros não, né, que é de fazer uma faculdade, de estar inserida num serviço público. Então sempre que eu posso também ajudo as pessoas né, até mesmo financeiramente. Porque você fica sabendo, pô, a pessoa tá passando por alguma dificuldade. Então essas trocas mesmo, né (Rosicler Lemos, entrevista concedida em 10/08/2022).

Importante tratarmos a partir desta fala de Rosicler Lemos, a dimensão perversa do cuidado nas nossas jornadas enquanto mulheres pretas. Ao exercerem o cuidado como base de nossas relações, sejam estas afetivo-sexuais, comunitárias, no espaço doméstico e afins, nos atribuem justamente ao lugar injusto de quem apenas cuida, e não recebe este cuidado se não por nós mesmas, entre nós mesmas. A politização dos afetos e dos cuidados, quando não compartilhada nas relações, têm o potencial de desumanizar-nos.

Isto posto, continuaremos a tratar das Periferias e as relações destas com os fazeres políticos no próximo tópico, porém, a partir de uma visão de dentro-fora iniciando por refletir sobre os conceitos por elas mobilizados ao referir-se aos seus respectivos territórios, bem como suas vivências ali.

### 2.1.2 “Território Vivo”: As Periferias em Franca (SP), entre a multiplicidade dos conceitos e entendimentos

*“As três colinas tem um novo imperador e ele é Preto  
A Franca agora é do H-KING, mantenha o respeito  
Nos progresso, da city “né” questão de dinheiro  
Falo de união das “Quebra” e poder para o povo preto  
E, tudo que eu represento num se paga com dinheiro  
Lapidando diamante, é só diamante negro  
H-Dub fez o beat, cheguei daquele jeito  
Boto a cara, vou pra luta e solto um bumbo no seu peito  
Na city do sapateiro quer ver se levanta cedo  
Quer me ouvir? Paga o cachê, que divido com os verdadeiro  
Quer meu fim entra na fila, você não é o primeiro  
Quando vim na minha área, não chega de qualquer jeito  
Quando ouvir meu som no baile pode dançar do seu jeito  
Se for empoderar que seja as mina, os pobre, os preto  
Desencosta do meu carro, não toca no meu cabelo  
Se me jogar areia eu derreto e faço vidro  
Se me lançar um beat tem milagre do FH-KING  
pra elevar sua auto estima  
E te fazer sentir mais vivo, canta comigo  
Refrão  
Tem milagre todo dia  
Preto Rei, Preta Rainha  
Trabalhador e correria  
Tristeza, amor, tem alegria  
Tem bocas e butecos nas esquinas  
Tristeza, amor, tem alegria  
Noiz que é Periferia, tem milagre todo dia  
Tem quem leva a vida no improvisado  
Tem trabalhador, policia e bandido  
No campo da quinze, tem roda de rima e os freestyleiro se sente vivo  
Tem os bi-campeão do Varzeano  
Tem o meu som na festa  
E tem fica louco bem antes do bicho  
Tem vapor na esquina  
Tem também atleta, que venceu na vida  
Nossa disciplina e a nossa anarquia  
Nossos desenrolo e a nossa hierarquia  
O futuro eu vejo, lá na escolinha  
E o nosso hoje eu vivo agora nessa rima  
Já se foi o tempo e o cerol na linha*

*No pipa Kombat, mano é só linha chilena  
016 a minha city tá na cena  
Tamo preparado pro improvisado  
Porque aqui tem preto que hoje é advogado  
Só sabe sair, quem sabe chegar  
Tem rap do bom e samba pra sambar  
Tem milagre todo dia  
Preto Rei, Preta Rainha  
Trabalhador e correria  
Tristeza, amor, tem alegria  
Tem bocas e butecos nas esquinas  
Tristeza, amor, tem alegria  
Noiz que é Periferia, tem milagre todo dia”  
(MC FH-KING<sup>30</sup>, “Bocas e Butecos”<sup>31</sup>, 2021)*

Para que tratemos dos processos de configurações e construções das Periferias urbanas na cidade de Franca (SP), faz-se necessário escurecermos alguns pontos fundamentais para o melhor entendimento do que se propõe neste capítulo. Primeiramente, no ato de caracterizar a cidade, não nos apoiaremos unicamente em dados e informações expressas em fontes bibliográficas, ainda que estas sejam registros importantes que muito dizem respeito às configurações do município. Porém, contará igualmente com as fontes orais das entrevistas, movimentos e palavras trocadas com as populações pretas até aqui, entendendo-as como fontes igualmente primárias para melhor nos aproximarmos desta.

Em segundo ponto, como posto no título, trabalharemos sobre os diversos conceitos mobilizados pelas sujeitas, ao referirem-se aos territórios que vivem na cidade, levando em consideração que, inicialmente no título do trabalho, o termo “Periferia”<sup>32</sup> não era mobilizado, sendo aderido posteriormente a realização das entrevistas.

---

<sup>30</sup> MC FH-King é natural de Curvelo, Interior de Minas Gerais, ainda bem pequeno se mudou com seus pais para 7 Lagoas, região metropolitana de Belo Horizonte e lá conheceu a Cultura Hip Hop, e aos 13 anos de idade começou a compor suas primeiras letras de RAP. Já aos 15 anos se mudou para Franca (SP) para o bairro do Jardim Aeroporto, onde lançou a faixa “Complexo Aeroporto” conquistando a comunidade da zona Sul francana. Desde 2004 permanece firme na composição, pondo em destaque em suas composições o descaso do governo, o racismo, o preconceito e a intolerância, sempre lembrando que devemos respeitar as diversidades.

É considerado versátil por estilos como o Boom Bap, o Trap, o Funk e o Raga.

Já se apresentou em eventos culturais como: Amostra Musical Francana, Show da Virada Francana, Rádio Black Sampa em Guarulhos (SP), Encontro da Juventude em Ribeirão Preto (SP), Bate Bola com Dexter, Carna Glow Ribeirão Preto, Não Repare a Bagunça, De Família Pra Família em Franca, e dentre outros. (Biografia disponibilizada pelo próprio artista).

<sup>31</sup> A faixa título “Bocas e Butecos”, está presente no álbum U.A.I (União dos Artistas Independentes) de 2021, que conta com demais faixas compostas por outras/os artistas independentes da cidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4U-cDzkMkoQ>

<sup>32</sup> Inicialmente, o título deste estudo consistia em “TINHA QUE SER PRETA: Mulheres negras, identidades e movimentos nas Quebradas de Franca”, sofrendo alteração a partir da realização das entrevistas com as sujeitas.

Quanto ao terceiro e último ponto, iniciaremos a tratar sobre os processos de construção, configuração e organização das Periferias em Franca enquanto último ponto, sendo posteriormente adensados nos dois tópicos seguintes.

Seguimos.

A cidade de Franca está localizada na região nordeste do Estado de São Paulo, ao lado do município de Ribeirão Preto, sendo conhecida popularmente como terra do Basquete, Café e do Calçado, sendo o último setor responsável por sua economia (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA). Porém, como massivamente discutido e ressignificado pela comunidade negra francana, Franca também é terra de Abdias do Nascimento, foi passagem para Carolina Maria de Jesus, lar de Joana D'arc Félix, do griot Carlos Assumpção, e de tantas/es/tos outras/es/os pessoas pretas que aqui permanecem, buscando caminhos de (re)contar a partir de suas e outras perspectivas as histórias da cidade, que em seus livros e diversos registros, ignoram de forma proposital o protagonismo das/es/os que vieram antes da Franca ser “Do Imperador”<sup>33</sup>. E será que é?

Também é popularmente conhecida por ser “a cidade que não tem favelas”, (é o que dizem), construída a partir de perspectivas higienistas e conservadoras que se firmam desde as estátuas bem protegidas nas áreas centrais, em homenagens aos padres jesuítas e a violência da catequização, bem como, aos generais e militares que violentamente se apropriaram das ruas e do poder no período Ditadura Militar brasileira.

O dito que a cidade de Franca “não tem favelas”, foi fundamental para a existência deste estudo, uma vez que se contradiz com minhas vivências e aproximações com os movimentos, sejam estes as batalhas de rima no Bairro Leporace, no Hip Hop Park Jam nos Bairros do Jardim Aeroporto, nas oficinas de turbante e Abayomi na Região Leste. O que é informado, a partir do corpo capoeirista de Anny, da poesia marginal de Paula, dos Oris protegidos pelas tranças de Jéssica, é exatamente o contrário, a Franca pode não cultivar favelas, mas comporta periferias em suas quatro regiões.

Já quanto às características da população francana, ao tratarmos dos quesitos Raça/Cor, dados produzidos pelo Mapa das Desigualdades da Região Administrativa de Franca 2021, nos apontam que a população negra, ou seja, preta e parda, é correspondente a 29,81% na cidade. Enquanto que analisarmos aqueles expressos pelo Censo de 2010, ao tratarmos das autodeclarações, 1.840 se autodeclararam amarelas, 219.876 brancas, 388

---

<sup>33</sup> “Franca do Imperador” é o nome obtido como oficial da cidade, após a suspensão do antigo “Vila Franca Del Rey”. Seu atual nome faz homenagem ao Dom Pedro I, que segundo as histórias tidas como oficiais, foi o responsável pela independência do Brasil.

indígenas, 76.082 pardas e 20.020 pretas, contabilizando portanto, ao somar a população parda e preta 96.102 pessoas, ou seja, está próximo a metade da população francana, ainda naquele contexto, já correspondia a maioria na cidade.

Ainda analisando os dados expressos no Mapa das Desigualdades da Região Administrativa de Franca 2021, documento atualizado para aproximarmos das condições de manutenção da vida das famílias pretas e pardas na cidade, é possível notarmos que não nos são indicados com exatidão os índices de nossos acessos aos serviços públicos existentes na cidade. Sejam estes, Direitos Humanos, Urbanização, Mobilidade Urbana, Meio Ambiente, Saúde, Segurança, Educação, Cultura, Trabalho e Renda, e Assistência Social, chamaremos atenção apenas para a Saúde, compreendendo-a enquanto política pública transversal fundamental para apurarmos o funcionamento das demais.

Tais dados são fundamentais para a continuidade de nosso processo de caracterizar a cidade, sendo mais a frente complementados com as falas das sujeitas.

Ao analisarmos as condições de acesso à saúde da população negra e francana, iremos nos ater ao Índice de Idade Média ao Morrer, porém, partindo do entendimento de que a saúde e o acesso a esta não se basta por meios institucionais. Não é a Unidade Básica de Saúde, e/ou a possibilidade de ser assistida/e/o pelo Sistema Único de Saúde que integralmente proporciona o fazer-saúde, ou melhor, o fazer/potencializar-vidas saudáveis.

Compreendendo que, a saúde institucional assenta-se sob perspectivas e práticas racistas, cisheteronormativas, conservadoras e que por vezes nos afastam e privam da possibilidade de um atendimento de qualidade, satisfatório e participante, onde possamos juntamente ao profissional da saúde, decidirmos sobre caminhos que nos são favoráveis, apoiados nos saberes igualmente científicos, presentes e partilhados nas conversas com as/es/os mais velhas/e/os, presentes nos quintais, hortas, terreiros e na própria natureza.

É importante igualmente considerarmos que as dificuldades e por vezes impossibilidades de acessos às unidades de saúde, cruzando pessoas pretas e periféricas, o que obtemos como resultados são as diversas dificuldades de acesso, o sucateamento dos serviços públicos e das políticas sociais e casos de racismo institucional presentes nos atendimentos, que se dão desde o não toque no corpo adoecido, as diversas violências obstétricas até a escassez de informações e cuidado de médicas/es/os ginecologistas ao se tratar de nós, mulheres lésbicas, que apenas somos encaminhadas a diálogos sobre métodos preventivos as Infecções Sexualmente Transmissíveis, que são importantes, mas não únicas ao se tratar de nossa saúde ginecológica.

<b>Idade Média ao Morrer em Franca</b>	<b>Homens brancos</b>	<b>Homens negros</b>	<b>Mulheres brancas</b>	<b>Mulheres negras</b>
69 anos	68,1 anos	60,9 anos	72,7 anos	66,9 anos

Fonte: Mapa das Desigualdades da Região Administrativa de Franca 2021, página 48.

As informações presentes no quadro nos indicam que nós, comunidade negra em Franca, correspondemos a quem menos vive na cidade, resultado direto de uma herança escravista e violenta com nossos corpos, que nos nega o direito ao cuidado e políticas públicas e sociais que de fato nos garantam o bem viver.

Os homens negros segundo o quadro são os que menos vivem na Franca, seguido por mulheres negras. Já as mulheres brancas, mais assistidas e protegidas pelos equipamentos públicos e privados, são as que conseguem superar a idade média de 69 anos, estipulada pela pesquisa. Reflexo de uma perspectiva racista que desumaniza nossos corpos pretos e nos priva do direito ao cuidado e a uma existência sem dor e doenças, sejam elas de ordem física e/ou mental. Assim salienta Fonseca (2009, p.16-17):

Em todo o século XX, a população afro-brasileira foi relegada à condição de uma cidadania precária, em todo o tecido social este aspecto também esteve presente no sistema de atendimento à saúde. Mesmo com a luta do movimento negro brasileiro ao denunciar o desprezo, o abandono e a ausência de um melhor atendimento nos equipamentos públicos de saúde não fizeram com que houvesse uma mudança significativa neste quadro, tanto que a morbimortalidade e os índices de violência (morte) entre os afro-brasileiros é maior do que os demais contingentes populacionais, bem como estão situados nos piores índices sócio-econômicos do país, vivendo em ambientes ecológicos destituídos de qualidade de vida e de infraestrutura dignas.

O corpo preto que adoece jovem ou idoso na cidade, é resultado de um caminho construído, o mesmo que nos encaminhou até as periferias urbanas, longe e/ou expostas/es/os aos serviços públicos em sucateamento e insuficientes para o nosso fazer-viver. Não à toa, correspondemos a maioria nas estatísticas e indicadores sociais em situação de vulnerabilidade social (FONSECA, 2009). As cidades produzem doenças, sobretudo para o corpo preto, que busca, a partir de seus diversos movimentos, sobretudo no lócus em que estamos tratando, o fazer saúde. Assim continua o autor (2009, p.36):

A cidade tem sido um lugar de saúde precária para a população negra do país, seja por não ter equipamentos que possibilitem o atendimento de todos os residentes na cidade, seja porque os equipamentos públicos e privados de

melhor qualidade profissional e tecnológica estão situados nas áreas em que residem os mais endinheirados justamente para atender esses. Esse locus de precariedade no atendimento está explícito na cisão da cidade, cindida entre brancos e afro-brasileiros, entre pobres e ricos. Assim, se verifica que os equipamentos de saúde em diversas cidades brasileiras pela sua situação geográfica ditam a probabilidade de cura e de óbito.

A cidade nos gera os mais diversos adoecimentos, uma vez que se sustenta em desigualdades e as mais diversas violências. Não à toa, correspondemos a maioria em todas as pesquisas e indicadores sociais, em maior situação de vulnerabilidade (FONSECA, 2009) e logo, coloca-se como desafio aos nossos corpos pretos, a busca por refletir e praticar as tecnologias ancestrais, compartilhadas a partir da Oralidade e a partilha de memória, para buscarmos, caminhos para o fazer-viver de nossos corpos, com qualidade.

É a partir de tais meios que nós, mulheres pretas, correspondemos ao grupo majoritário nas áreas profissionais do cuidado, à saúde, educação, assistência social e demais. A partilha de técnicas e tecnologias de se fazer saúde de forma não institucional, que carregamos para nossos ambientes de pertença, são responsáveis por igualmente ocuparmos as bases dos movimentos e articulações em direção às construções de políticas públicas e sociais que se concretizem e de fato nos abarque enquanto centralidade.

Desta forma, a força matricomunitária é fazer político responsável igualmente por buscar e promover a saúde, sobretudo ao tratarmos das Comunidades Tradicionais de Terreiro<sup>34</sup> (NOGUEIRA, 2021), enquanto ambientes fundamentais para a garantia de nossa humanidade (CARNEIRO, 2008). Assim, indica-nos Araújo e Rocha (2020, p.58):

As práticas religiosas na Diáspora foram uma das formas de resistência da população negra à negação de sua humanidade. É necessário, assim, tomá-las para além do campo da religião, uma vez que o terreiro inseriu e ainda insere os indivíduos em relações alternativas àquelas impostas pela sociedade de classes, configurando-se como uma forma particular de organização social e política.

O mesmo pode ser dito ao abordarmos as Periferias urbanas enquanto territórios de cuidados e coletividade, que se dão apoiados em valores civilizatórios africanos que organizam seus funcionamentos, mesmo com tamanhas vulnerabilidades. Assim, as Periferias, como apontado por Anny Ribeiro, se tornam "Pequenos Quilombos"<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Segundo o Babalorixá Sidney Nogueira em seu livro "Intolerância Religiosa, adota-se o termo Comunidade Tradicional de Terreiro "Como uma denominação aglutinadora de todas as práticas afro-brasileiras também chamadas Religiões de Matriz Africana ou tradições afro-brasileiras, como Umbanda, Candomblé, Xambá, Nagô-egbá, Batuque, Tambor de Mina, Jurema e aparentados" (NOGUEIRA, 2021, p. 70).

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Anny Ribeiro em 21/08/2022

## **Dos termos diversos ao lugar comum: “Território Vivo”.**

Em continuidade a caracterização da cidade, tratemos enfim das Periferias em Franca (SP) e suas múltiplas configurações, afinal, não se trata de um fenômeno universal e hegemônico. Assim, torna-se importante pontuarmos que o presente estudo sofreu alterações em seu título posteriormente a realização das entrevistas, uma vez que as sujeitas, à partir de seus movimentos e entendimentos dentro de seus respectivos territórios, compreendem que tal termo não contempla a realidade da cidade, e portanto mobilizam outros para referi-la, sendo estes: Periferia, Quilombo, Margem, Bairro carente, Favela, o nome do próprio bairro ou mesmo a zona em que está localizado, por exemplo “Sou do Paulistano, lá na Leste”, dentre outras expressões que se variam a depender da geração, sexualidade, localidade e demais questões que se colocam. Porém, é necessário pontuar que, “Quebrada”, termo mobilizado anteriormente é tido, para algumas das sujeitas como termo utilizado pelas pessoas brancas que ali circulam, sobretudo aquelas que não são dali, enquanto forma de indicar proximidade com o território, mesmo que mínima.

Ainda que aqui não seja o intuito deste estudo, desenvolver reflexões acerca do papel da pessoa branca dentro das periferias, é importante que não deixemos de pontuar que de fato, existem famílias não negras nas periferias brasileiras, porém, estas correspondem ao grupo mais bem assistido e contemplado pelas políticas públicas e sociais, que lhes garantem maior repertório e possibilidade de saírem dali. O corpo branco na periferia não corresponde ao primeiro alvo do tiro da polícia.

Desta forma, trataremos a seguir de relacionar as Periferias de Franca (SP) de maneira específica, ainda que compreendamos que tal, possa ser aplicado de maneira geral, a configuração dos Quilombos, a partir da entrevista semiestruturada concedida por Anny Ribeiro, em 21/08/2022.

### ***2.1.3 Das possibilidades: “Pra mim, a Periferia é como se fossem pequenos Quilombos”.***

O que são os Quilombos na história do Brasil? Quais as suas relações com as Periferias urbanas em Franca (SP)? Por que esta relação se torna uma possibilidade para pensar em tais territórios como territórios vivos?

De início, vale evidenciar que este tópico não pretende se debruçar nas produções teóricas unicamente, ainda que considerando suas profundas relevâncias, para mobilizarmos as instituições Quilombos e suas relações de continuidade com as Periferias urbanas. Mas

justamente apreender elementos que constituem tal relação a partir das experiências, que não únicas e óbvias, entre as sujeitas deste estudo. Logo, abrindo caminhos férteis para pensarmos, a partir de seus movimentos cotidianos, as Periferias enquanto solos de possibilidades, e de continuidade dos Quilombos.

Os Quilombos são na história mundial, sobretudo ao se tratar dos países colonizados, nos atendo aqui ao Brasil, as instituições resultantes da reação de pessoas pretas escravizadas, as violências coloniais. Moura (2021) pontua que não são estes as únicas formas de resistência ao escravismo exercidas por africanas/os submetidas a este sistema. Assim, cita diversas estratégias adotadas que antecedem suas fugas, e evidencia que é o Quilombo a unidade de resistência da/e/o preta/e/o escravizada/e/o (MOURA, 2021).

Segundo Nascimento (2014), os Quilombos eram denominados nos documentos oficiais portugueses, como habitações responsáveis por abrigar 5 ou mais pessoas escravizadas fugitivas das Casas Grandes (NASCIMENTO, 2014, p.61). Suas organizações e funcionamentos se diversificaram a partir das demandas de suas respectivas regiões, que variavam entre articulação e organizações nas revoltas que ocorriam como é o caso dos Quilombos localizados sobretudo nas regiões do nordeste brasileiro, até a dedicação às práticas religiosas. Assim, a autora coloca:

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, de comportamento do africano e de seus descendentes e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, da atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra (NASCIMENTO, 2014, p. 69).

O Quilombo, neste sentido, se complexifica, pois transforma-se em um espaço habitacional de refúgio para as constantes fugas da população preta escravizada, para verbo, o Aquilombar-se e o Quilombismo (NASCIMENTO, 1980) como prática política cotidiana, que já não se concentra unicamente na busca pela sobrevivência, mas na efetivação, a partir da sistematização de nossos fazeres e experiências enquanto comunidade preta plural, em possibilidade de outras formas de ser e estar.

Tal relação também se faz presente quando ampliada para os meios de organização e funcionamento das Periferias do Brasil em geral e de Franca (SP) especificamente, obviamente que considerando suas construções plurais, pois carregam como ponto em comum a valorização das relações comunitárias cotidianas, que tornam possível a constituição e fortalecimento de movimentos que caminham em direção a luta pela garantia dos direitos de

quem ali se constrói. E para tal, são mobilizadas as mais diversas formas de resistência para se denunciar e igualmente produzir vida nestes territórios.

A exemplo disto, a fala de Anny Ribeiro nos elucida esta relação, quando interpelada sobre, constrói seus movimentos de maneira mais frequente, e esta, nos chama atenção para o fato de que, embora seja uma mulher preta periférica, estes não se fazem presentes unicamente nestes territórios, sobretudo aqueles que dizem respeito à ordem da sobrevivência, como o trabalho, por exemplo. Porém, os territórios periféricos são sempre o centro de suas ações, individuais e coletivas. Assim ela nos diz:

Bom, eu consigo mais ter acesso às periferias, do que a parte central. Porque a gente sempre tem um parceiro, né? Em cada cantinho da periferia, que acaba fazendo essa ponte para a gente poder chegar, passar a mensagem para a galera, principalmente para as crianças. E, eu assim, na minha visão assim, eu vejo que a gente tá conseguindo ter mais acesso às periferias, que é algo bom né, que a gente tá levando a nossa mensagem, e falando um pouco sobre a nossa negritude para a nossa galera (ANNY RIBEIRO, entrevista concedida em 21/08/2022).



**Figura 4.** Autor não identificado. Na imagem, Anny Ribeiro durante a performance do espetáculo “Um Cisco no Peito: É muito mais do que fazer barulho!” produzida pelo Grupo Corpo Negro, e apresentada durante o Festival Abayomi, no Teatro Marista, em Ribeirão Preto (SP), em 2019.

É a partir do exercício de recentrar as Periferias da cidade em suas diversas experiências e movimentos, que a possibilita ser território vivo, e igualmente ser Quilombo. Pois coloca-se em prática os compromissos com a circularidade, o retorno das trocas, sejam elas de saberes, religiosas, monetárias e demais, que comportam as relações sociais. A escolha política em compor e valorizar as movimentações que ali ocorrem, é um dos caminhos do Aquilombamento como prática política cotidiana.

A escolha política em fortalecer *a cena* nas Periferias, entendendo-se enquanto parte dos movimentos que ali se firmam, sejam estes o consumir o trabalho das mulheres pretas, mães, que matrigestam seus lares através do trabalho manual, informal e reconhecido apenas no bairro, é recentrar as Periferias e as experiências vividas e partilhadas ali. O mesmo se dá quando compreendemos nossas responsabilidades com as devolutivas com a nossa comunidade preta e periférica, sobre nossas ações e acúmulos, que as possibilidades de frequentar outros espaços nos forneceu. Como pontuado já anteriormente, Rosicler Lemos (entrevista concedida em 10/08/2022).

Essa troca de saberes através das possibilidades que teve como acessar a universidade pública, ainda que seja uma mulher preta e periférica, nos conduz a refletirmos sobre dois pontos importantes: O primeiro é que, quando dito pela mesma sobre as oportunidades de acessar outros espaços e a relação de trocas que se estabelece mediante a estes, não se trata de uma dívida que se tem com a Periferia e com quem ali está, mas o compromisso e responsabilidade com a continuidade deste território, que não de forma a sua permanência se dar de forma aprisionada as vulnerabilidades. O segundo é que, mediante ao compromisso com a socialização dos saberes e a devolutiva daquilo que foi absorvido e acumulado, que se torna possível fazer pontes para que não sejamos uma, duas ou três nas Periferias, que acessamos a universidade, ou quaisquer outros espaços que ansiamos ocupar. Sejam sempre pontes, como dito por Jéssica Cintra:

(...) Então eu nunca me incomodei de ensinar o que eu sabia. Apesar que hoje em dia aqui em Franca ... o pessoal não gosta de ensinar, né. *O pessoal, o que eles aprende eles não gosta de repassar, principalmente o público branco né, o negro nem tanto, mas os branco não passa o conhecimento que eles tem* (Jéssica Cintra, entrevista concedida em 05/09/2022).

Na fala de Jéssica Cintra em consonância às demais trazidas fica evidente o papel de co-responsabilidade nas periferias. As Periferias são como Quilombos, pois assim são

construídas as relações ali, na partilha e na possibilidade de ser ponte que se retroalimenta, pois o território só é vivo se existir movimento que supere a perspectiva que interprete a sobrevivência como o ato de viver e produzir vida.

As Periferias são como pequenos Quilombos, pois carregam em suas bases a possibilidade de se produzir e potencializar a vida a partir das perspectivas e formatos, onde a centralidade das relações e interesses comunitários se coloca cotidianamente. As relações ali presentes são políticas, o que igualmente politiza o território, atribuindo outra percepção a sua presença na vida de quem ali se constrói, que não a partir da dimensão partidária, apenas, mas diariamente presente, no espaço público e privado.

O ato de Aquilombar-se então se torna verbo, prática política cotidiana possível para se fortalecer a identidade preta e periférica e conseqüentemente os movimentos que ali se constroem em sua pluralidade, tendo a arte e cultura como fontes nutritivas para estes fortalecimentos. Evidente, sem romantizar as ausências e as necessidades de articulação e busca constante de estratégias para se reparar as ausências e isenções do Estado. A memória do Quilombo se coloca como referencial na busca pela superação da ordem social vigente, racista, que busca aniquilar a existência de quem se contrapõe a/ao branca/branco, cis, cristão e classe média. É nas Periferias que não nos deixamos esquecer que as cidades e nossos territórios contam histórias.

Assim, finalizo este tópico com a poesia de Paula Gualberto, que nos auxiliará a tratar das ausências que comportam as Periferias na cidade de Franca (SP) em específico, e no Brasil em geral. Os Quilombos e Periferias urbanas produzem tecnologias cotidianas para que as comunidades pretas permaneçam vivas e em movimentos. É a partir delas que as rodas de Samba, Capoeira, as batalhas de Slam, no Reggae, Hip-Hop, no passinho no baile Funk que nos energizamos e versamos caminhos de resistências para além da palavra, mas na elaboração e efetivação das políticas públicas. Este trabalho é parte disso. Assim Paula Gualberto versa:

“A estrutura física dos prédios  
É composta da mesma argamassa  
Quilos de infraestrutura institucional  
Quilómetros e centímetros erguidos por mãos negras  
Proletariados, pobres  
Erguem as paredes, as portas, e os portais se abrem  
Abrem para receber  
As meninas que saíram das periferias  
Os meninos que trouxeram suas maletas cheias de livros  
Transformando o racismo em poeira  
Poeira não impede os passos firmes e contínuos

Da luta imensa que é a revolução acadêmica  
Agora, percorro corredores e anfiteatros  
Munida pela tecnologia do pedreiro, da Dona Maria  
Abençoada com os ramos e folhas  
Que representam todos os meus  
Que nunca pisaram neste chão”  
(GUALBERTO, 2023, em fase de elaboração).<sup>36</sup>

### 2.3.2 Das Ausências: “ Eu acho que as informações elas são muito vaga para o bairro periférico”



**Figura 5.** Disponível no arquivo pessoal da sujeita. Na imagem, Jéssica Aparecida Pereira Cintra Vital. Uma mulher preta que sorri, de cabeça erguida e protegida é futuro e revolução!

As Periferias urbanas não são territórios românticos. Muito embora, nos concentremos neste estudo em evidenciar suas potências e possibilidades na cidade de Franca (SP), a partir de perspectivas que relacionam sua existência e continuidade com os Quilombos (Anny Ribeiro, entrevista concedida em 21/08/2022), bem como a presença da força

---

<sup>36</sup> A presente poesia “Abre Alas” de Paula Gualberto, me foi encaminhada pessoalmente, para ser utilizada neste trabalho, logo, até o momento presente, a mesma ainda não pode ser encontrada em publicações outras, que não a partir da própria autora.

Matricomunitária (RIBEIRO, 2020) exercida por nós, mulheres pretas. Não pretendemos ocultar as vulnerabilidades e ausências que se fazem presentes no cotidiano de quem ali se constrói. A atuação do Estado, que quando não ausente e distante da população, é ativo na execução de políticas de morte nos territórios. Tais ações, são respondidas através dos movimentos e articulações destas mulheres pretas, agentes fundamentais na elaboração e implementação das políticas públicas para suas comunidades na cidade.

A ausência do alcance e da efetivação das políticas públicas em seus territórios são apontadas pelas cinco sujeitas como o maior desafio vivenciado por elas, e também por suas companheiras pretas de bairro. O sucateamento dos equipamentos públicos e suas atuações concentradas no imediatismo das demandas e até mesmo na criminalização da pobreza, por vezes as coloca em posição de recorrerem a estes como últimos recursos, sobretudo quando se tratam de demandas emergenciais como o acesso ao alimento.

Estas por vezes são atendidas mais rapidamente através da atuação autônoma de coletivos e projetos cunhados por pessoas pretas em movimento na cidade. O que nos remete a situação de sucateamento das políticas públicas e sociais em decorrência ao avanço do neoliberalismo, porém, igualmente ao valor civilizatório da coletividade presente nestes territórios.

É possível tratarmos destas relações a partir da fala de Jéssica Cintra, quando a mesma se refere a Política de Assistência Social, sobretudo durante os anos de 2020-2021, período de crise social e sanitária, ocasionada e agravada pela Pandemia<sup>37</sup> do vírus da COVID-19:

O CRAS, o atendimento é bom, só que eu percebi também que assim, por conta de tudo que a gente vivenciou nessa pandemia, eu acho que acumulou muita coisa, e eles também não deu conta de atender a população de Franca, então assim, eu achei que os pedido foi muito demorado, eu achei que existem família naquela época que estava realmente numa extremidade de fome, de pobreza, e o pedido não foi alcançado, por isso que esses projeto social que tem aqui em Franca é muito importante para poder ajudar assim, outras famílias porque infelizmente o CRAS não dá conta (Jéssica Cintra. Entrevista concedida em 05/09/2022).

---

<sup>37</sup> O período pandêmico mundial ocasionado pelo vírus da COVID-19, se estendeu no Brasil, de março de 2020, até dezembro de 2022, muito embora ainda durante o período de produção deste estudo, ainda estejam sendo aplicadas doses de reforço à vacina de prevenção ao contágio. Tal período escancarou as desigualdades sociais existentes no país, sobretudo com a negligência e isenção do Estado e do ex-presidente do Brasil, que assumiu postura negacionista quando negou a ação efetiva da vacina contra o vírus, relativizou a letalidade do vírus quando o país enfrentava alto índice de mortes em decorrência ao contágio, incentivou a população a consumir medicamentos ineficazes para o tratamento do vírus, e constantemente a atacar as políticas públicas e sociais, deixando a população, sobretudo os grupos mais vulnerabilizados, para morrer, seja de COVID-19 ou de fome.

Evidente que a última frase, muito anteriormente ao período pandêmico já é reproduzida por muitas pessoas assistidas pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social)<sup>38</sup>. Seu sucateamento é uma realidade antiga, porém que toma maiores proporções a partir deste período. Não é o intuito aqui ocultar a importância fundamental das políticas e equipamentos públicos durante este e tantos outros períodos, para a população preta, periférica e pobre, porém, chamar atenção para uma outra dimensão deste fazer e desta relação com a política, que não é institucional, necessariamente.

As relações destas mulheres pretas com a política pública muitas vezes não se dão a partir dos equipamentos públicos, sobretudo vinculados à Política de Assistência Social, mas possuem dimensões multifacetadas do fazer, pois, mesmo quando a política a partir de seu aparato institucional não chega, estas organizam-se para fazê-las em seus territórios de maneira autônoma. Quando não, organizam-se junto às equipes multiprofissionais, dos espaços sócio-ocupacionais a partir dos Conselhos de Direitos, e demais espaços de participação social, para elaborarem junto às mesmas, tais políticas. Quando não atuam de ambas as maneiras.

A saúde, quando eu... Como que eu vou te explicar a minha relação com a saúde? Eu me preocupo. Na saúde eu fui atrás uma hora em Maio, do Conselho Municipal da Saúde e do Conselho Municipal da Condição Feminina. Eu conversei com a presidente, conversa que a gente conversou numa reunião, porque eu queria saber como é que tava sendo aplicado o DIU nas meninas né, nas mulheres aqui em Franca sabe? Porque eu fiquei sabendo assim, conversa de bastidor, que tinha comprado num sei quantos DIU pra mulherada. Ai eu falei assim, peraí mas comprou esses DIU, mas porque ninguém tá, cadê esses DIU que as menina tá tudo perguntando né, cadê? Quem vai poder me falar disso? Porque eu sou dessas né, não vou ver a questão da saúde pra mim, mas eu quero saber do coletivo, por ser Conselheira Tutelar, cê entendeu (Walquiria de Castro. Entrevista concedida em 30/08/2022).

A fala de Walquiria nos evidencia que nossos movimentos e fazeres políticos enquanto mulheres pretas, sejam estes nos pressionamentos para a efetivação de direitos negados e transformação social, se estendem ao seu exercício profissional cotidiano, porém também aos

---

<sup>38</sup> O SUAS é o modelo de gestão responsável pela operacionalização dos conteúdos específicos relacionados à Assistência Social no Brasil, no campo da proteção básica. Instituído em 2005, tem caráter participativo e descentralizado, consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.

Disponível

em:

<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/>

seus laços comunitários. Logo, suas relações com a política são viscerais, não se separam, mas se retroalimentam na esfera pública e privada, casa/rua.

O cargo de Conselheira Tutelar exercido por Walquiria Castro, é comprometido com a garantia de direitos da população como prevê o Código de Ética Profissional de Assistentes Sociais<sup>39</sup>. Assim, isso se estende a socializar as informações com suas companheiras/es/os de bairro. Tal relação é o que possibilita o fortalecimento dos vínculos com as comunidades atendidas, que não se restringe ao lugar institucional, apenas. O mesmo é possível de ser visualizado nas falas de Rosicler Lemos, em trechos de sua entrevista trazidos nos tópicos anteriores.

A esse respeito é possível observarmos em Araújo (2021), que as relações estabelecidas entre as nós, mulheres pretas com o espaço público/privado, casa/rua, não são dicotômicas, mas se complementam, pois nossas atuações nos mesmos sempre foram fundamentais para o provimento de nossos lares. Diferente do que ocorreu entre as mulheres brancas, que quando organizadas em movimentos feministas, concentram suas lutas no combate ao patriarcado, que lhes confere a esfera doméstica, dos cuidados com o lar e família nuclear, como inferior e improdutivo (ARAÚJO, 2021). Assim a mesma complementa (2021, p.86):

(...) Essa presença das mulheres negras nas ruas nos leva à constatação da participação ativa dessas mulheres nas articulações políticas de resistência da população negra. No entanto, essa percepção não significa de forma rasa a confirmação da dicotomia casa/rua como esferas do privado/público. Diferentemente, a presença das mulheres negras em ambos os espaços pode apontar um caminho para a desessencialização dos mesmos, de modo que um não exclua necessariamente o outro, ou não sejam construídos necessariamente de forma antagônica. Ao observar as trajetórias de lideranças negras extremamente comprometidas e envolvidas com lutas políticas, fica evidente que tais agências transcendem o binarismo dessas classificações, ainda que essas possam fazer sentido na compreensão das histórias das mulheres não-negras,

Neste sentido, torna-se pertinente pontuarmos, ressaltando ainda a fala de Walquiria Castro, que seus movimentos como mulher preta e Conselheira Tutelar, não se restringem unicamente na busca pela efetivação dos direitos do segmento do gênero mulher cis, mas carrega em seu cerne toda a família, não como instituição nuclear/convencional, mas a ideia de comunidade. A preocupação com o avanço da criminalidade e tráfico de drogas que se

---

<sup>39</sup> O Código de Ética da/e/o Assistentes Sociais trata-se de uma das principais normativas para o exercício da profissão. Nele, constam-se normativas que regem a prática profissional a partir do Projeto Ético Político e da Constituição Federal de 1888. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) Acesso em 15 jun. 2023.

estendem às escolas públicas do bairro, é pauta frequente na conversa com Walquiria Castro e Jéssica Cintra, na mesma que já indicam caminhos, a partir da efetivação das políticas públicas, para a sua amenização. Assim, a mesma diz, ao se referir a juventude preta e francana:

Mas eu acho que falta muito isso, falta um pouco também Jaqueline, é... mais curso para os nossos jovens sabe? Os meninos enquanto tão ali na pré-escola, no básico, eles são bem assistidos. Quando vão pra escola Estadual também, mas fica uma lacuna ali, entendeu? Isso que eu tô querendo trazer pro bairro, mas tá difícil, que é um curso de informática nesse momento que os meninos tão ali... porque ali Jaqueline, essa faixa etária diminui muito a oportunidade dos meninos. Tia Wal, como assim? Diminui por causa do transporte, hoje em dia faz as contas, são 50 reais por semana pra um jovem fazer um curso de informática no centro da cidade. Ou que seja no bairro, entendeu, mas assim, é isso o que tá faltando, entendeu. É isso que vejo, eu vejo muito isso essa oportunidades ali não precisarem sair do bairro, e vai diminuindo né (Walquiria Castro. Entrevista concedida em 30/08/2022).

A não efetivação e alcance das políticas públicas e sociais na garantia de direitos das juventudes em Franca (SP) de forma específica, também podendo se aplicar aos demais segmentos da sociedade, se estende evidentemente ao não acesso aos bens e serviços presentes na cidade, como a inclusão tecnológica, o trabalho formal e qualificado, que lhes aproxima de determinadas possibilidades sobretudo aquelas relacionadas à ordem de sobrevivência, mas que ainda não são suficientes, pois por vezes institui-lhes desafios no acesso a espaços que não relacionados ao trabalho, como o ensino institucional universitário, sobretudo o público, como apontado por Jéssica Cintra:

A cultura, eu vou ser bem sincera, eu comecei a ter esse contato agora, eu nunca tinha ido lá na acho que é... não é a UNESP que fala. Ali perto do antigo fórum tem uma faculdade, ali não tem? A UNIFACEF. Eu nunca tinha entrado num auditório, nunca tinha entrado. Eu tive esse contato ano passado ou esse ano, que começou a ser presencial. Acho que foi no ano passado, teve uma feira lá de exposição e eu participei, então eu nunca tinha entrado numa faculdade, né.

Na Unifran eu já entrei no setor veterinário mas não especificamente nas salas, e aqui na faculdade eu tive esse contato com arte né. O pessoal foi declamar poesias, e assim foi extremamente encantador porque eu não tive esse contato. Por mais assim que eu morar na cidade de Franca, eu assim, não tenho um hábito de ir na Casa da Cultura, não.

Eu nunca nem fui, vou ser bem sincera ainda não tive a oportunidade de ir na Casa da Cultura, que foi inaugurada aqui no centro né, reformada. Eu ainda não tive a oportunidade de ir lá ainda, então não conheço, tá. Então esse contato com artes é... esse movimento, eu to tendo mais hoje em dia, tá. Eu não participava por não conhecer mesmo assim, não sabia... não sabia se às

vezes poderia entrar *qualquer um*. Eu acho que as informações, elas são muito vaga para o bairro periférico porque tem muita coisa que hoje eu sei, que já existia, e eu fiquei sabendo que tem agora, entendeu. Eu acho que falta um pouco mais de informação para o bairro periférico, para as mulheres ter esse contato, em geral do que tem na cidade para ter esse contato de lazer, né (Jessica Cintra. Entrevista concedida em 05/09/2022).

A partir da fala de Jéssica Cintra, podemos trazer dois apontamentos essenciais para este estudo. O primeiro é que, quando questionada sobre sua relação com a arte e cultura, esta faz menção aos contatos que obteve com duas universidades privadas (UNIFACEF e UNIFRAN) existentes na cidade, mesmo que em atividades de caráter específico e pontual, relacionadas às suas demandas cotidianas. O espaço da universidade, é atribuído a mesma, como fonte possível de promoção de cultura, pois justamente carrega esta responsabilidade. O que não quer dizer, que nas Periferias essa presença não exista.

Porém, ainda, demarca que mesmo sendo uma *francana da gema*<sup>40</sup>, nunca acessou espaços como a Casa do Artista Francano “Abdias Nascimento”<sup>41</sup>, responsável por comportar inúmeras atividades culturais, sobretudo reuniões do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, do município de Franca (SP). As dificuldades no que tange mobilidade urbana e demais são fundamentais para tal, porém, quando a mesma diz que “(...) Não sabia se às vezes poderia entrar *qualquer um*(...)” evidencia que não existe identificação com os espaços localizados nas áreas centrais, por parte da população periférica, que devido a inúmeros fatores se sentem “O outro do outro” (CARNEIRO, 2009), ou mesmo o “qualquer um”, como apontado por Jéssica.

Outro ponto é sua relação com a Universidade Pública, a UNESP (Universidade Estadual Paulista), que segundo a mesma, basicamente não existe, pois apenas a conhece pelo nome. As universidades privadas, devido a questões relacionadas a mercantilização da educação sobretudo, chegam anteriormente a Pública, nas Periferias, ainda que estas tenham responsabilidade institucional com o tripé universitário: Ensino, Pesquisa e Extensão. Ela não chega, e quando chega, é como um desafio, ou anseio distante.

---

<sup>40</sup> Expressão utilizada para se referir a população natural da cidade de Franca (SP).

<sup>41</sup> A Casa do Artista Francano, que carrega o nome de Abdias Nascimento após pressão da comunidade negra, foi inaugurada em 2014, com o intuito de promover e fortalecer a memória das produções na área da arte e cultura produzida pela população francana. Está localizada na região do centro, funcionando apenas de Segunda a Sexta-Feira, das 08:00 às 18:00, limitando a ocupação e participação das populações que residem nos territórios periféricos as atividades que lá ocorrem.

Abdias Nascimento, natural da cidade de Franca (SP), foi ator, diretor e dramaturgo e senador, mas sobretudo homem negro e militante e exilado político, que se dedicou a produzir denúncias sobre a condição das pessoas negras no Brasil, bem como, construir caminhos a partir do Quilombismo, em direção a valorização da identidade e cultura negra, sendo também o primeiro a teorizar sobre as Ações Afirmativas na década de 1950 no Brasil.

A realidade denunciada por Jéssica Cintra e pela comunidade francana preta, pobre e periférica, é que a comunidade universitária presente na UNESP, é maioria composta por pessoas vinda de outras cidades localizadas no Estado de São Paulo, enquanto que a população francana é minoria, além de enfrentar diversas dificuldades para experienciar a rotina universitária com a mesma qualidade de quem reside próximo ao campus, e acessa os privilégios que estão ali dispostos, como a possibilidade de acessar o Restaurante Universitário, a biblioteca, as atividades e eventos nos horários comerciais, e demais. A UNESP é pública, mas está longe de ser para todas/es/os.

A democratização do Ensino Universitário, sobretudo público, é pauta fundamental para a elaboração e efetivação de políticas públicas que de fato, por meio institucional alcance as maiorias sociais, juntamente a Políticas de caráter reparatório, como a Lei 10.639/2003<sup>42</sup> e a Lei 12.711/2012<sup>43</sup>, compreendendo-as como resultantes das organizações e movimentações políticas de negras/es/ em direção a justiça social, ainda que não se concretizem como deveriam, são parte fundamental no processo de transformação social, e na politização das políticas públicas.

Por fim, ressaltamos as Periferias e quem ali se constrói como agentes políticos fundamentais para a concretização de novos caminhos de transformação social no país, pois estas e estes, a partir dos aquilombamentos e demais tecnologias de produção de vida, em meio a execução de políticas de morte executadas pelo Estado, reflete, constrói e executa as políticas públicas, mesmo que não institucionalmente. O trabalho de reciclagem executado por Jéssica Cintra e seu companheiro são exemplos disto, o mesmo pode se dizer de Paula Gualberto com a Horta de Cuidados, projeto fundamental, que auxiliou no pressionamento para a implementação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Franca (SP), o qual faz parte.

Evidente que as movimentações e articulações destas mulheres pretas não podem ser romantizadas neste processo, pois por vezes são compreendidas pela unilateralidade da

---

<sup>42</sup> Lei que sanciona o estudo da História e Cultura da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)

<sup>43</sup> A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html> Acesso em 15 jun. 2023.

militância política, que retira o teor científico e intelectual de suas reflexões e ações. Atribuindo às mulheres pretas e periféricas ao lugar do cuidado, apenas. Portanto, trataremos no capítulo que segue, sobre o processo de construção das identidades das mulheres negras no Brasil, a partir da perspectiva de Lélia Gonzalez (1984) e Vania Maria da Silva Bonfim (2020).

## CAPÍTULO III - IDENTIDADES E TERRITÓRIO.

*“Quebrar o espelho colonial  
Todos os dias  
Para não me ver menor,  
Insuficiente  
Faltosa  
E retomar o agbê de Oxum  
Como reflexo de nossa imagem  
Ancestral  
Astuta  
Leve  
Mas pronta pra guerra!”*  
(Obirin Odara, 2022, @naomecolonize)

### 3.1. “Ser mulher preta e periférica nesse lugar (...)”

*“Para mim, ser mulher preta na periferia, nesse lugar, é... Eu me sinto assediada o tempo inteiro nesse lugar. Principalmente de pessoas que não são do bairro, apenas visitantes, eu me sinto violentada, né”*(Anny Ribeiro. Entrevista concedida em 21/08/2022).

De início, nosso capítulo foi organizado em dois momentos para que tratemos enfim dos processos de construção de nossas identidades como mulheres pretas no Brasil, em diálogo com as experiências nos territórios periféricos. Primeiramente, nos dedicaremos a compreender tal processo a partir da lente da afrocentricidade, com o artigo de Vânia Maria da Silva Bonfim (2020), que irá retratá-lo como construção contraditória. Já em seguida, entraremos em diálogo com o pensamento de Lélia Gonzalez (1984), e com as sujeitas deste estudo, amadurecendo a fala de Anny Ribeiro, exposta no início do capítulo.

Como posto por Anny de início e no decorrer deste trabalho, nossas múltiplas experiências sendo mulheres pretas e periféricas não são e nem devem ser romantizadas, o que não significa que estas sejam binárias, ou seja, ou boas ou ruins de todo modo, mas que se constroem a partir do fundamento da contradição. Pois é a partir da compreensão de que nossos movimentos se dão anteriormente ao marco da escravização (BONFIM, 2020), ainda que esta seja a estória contada pelo escravizador.

Ainda segundo Bonfim (2020), o período de escravização das comunidades africanas e pertencentes as comunidades Abya Yala , vem sendo utilizado enquanto marco histórico utilizado para compreensão das violências e situações de vulnerabilidades que atravessam nossos corpos cotidianamente de maneira sistêmica e estrutural, porém, apresenta certas insuficiências para o aprofundamento de suas origens, uma vez que “parte-se de um marco em que os lugares subalternos e hegemônicos já estavam, em essência, bem definidos, chegando

ao território colonizado bastante estruturado” (BONFIM, 2020, p.222). Esta ainda ressalta o elemento do modelo social e econômico vigente naquele período enquanto ponto a ser considerado, pois auxiliam no processo de hierarquização e transformação do corpo negro, em outro/coisa, em contraposição ao homem cis, branco europeu e cristão, que se coloca como *Aquele que é*.

Neste sentido trazemos o fundamento da contradição como parte que constrói nossas identidades como mulheres negras no Brasil e não só, pois ao termos nossas experiências e memórias reduzidas aos quinhentos anos das mais diversas violências que nos acometeram, nos restringe a acessar a história e a memória que rompa com o lugar da subalternidade, que nem sempre foi nossa realidade. Os racismos e o sexismo presentes na sociedade brasileira, se compromete em aprisionar a imagem das comunidades negras e pertencentes as comunidades Abya Yala , e por isso, dificulta pois busca justamente aniquilar o acesso às narrativas que nos retratam como povo original. Assim, a autora salienta:

Deve-se ir, inicialmente, além do marco da escravização da mulher negra no Brasil - marco geralmente dissociado das elaborações históricas anteriores ao século XV-, sem deixar de dispensar atenção à importância desse processo como momento fundamental de reelaboração da imputação de subalternidade para esse grupo de mulheres num novo contexto territorial, social, político e histórico. É fundamental que a interpretação do sexismo como fenômeno histórico não obscureça sua *intrínseca articulação* em outro fenômeno também de profundidade histórica e de caráter estruturante nas sociedades, o racismo (BONFIM, 2020, p.223).

Anteriormente ao advento do cristianismo e do Islã em África, as sociedades africanas possuíam caráter matrilinear e matrifocal (BONFIM, 2020). Nós, mulheres pretas em África, detínhamos posição social elevada e fundamental para a continuidade da humanidade, pois éramos e assim permanecemos sendo responsáveis pela potencialização e matri-gestão de nossas comunidades (RIBEIRO, 2020).

Evidente que o colonialismo impôs mudanças nas dinâmicas de funcionamento destas comunidades, porém, a matrilinearidade enquanto tradição milenar, que atribui à mulher africana o poder e participação política, militar, na medicina, e demais campos da produção científica, foi e assim permanece sendo uma realidade vivida e rememorada, a partir de produções de intelectuais pretas/es/os como Cheikh Anta Diop (1989), Abdias Nascimento (2020), Akilah Raawiya (2021), Katuscia Ribeiro (2020), Oyèrónké Oyewùmí (2021) e tantas outras/es/os.

Diante da caracterização centrípeta da sua posição social numa extensa história de protagonismo, a degradação brutal da posição da mulher africana na sociedade acontece somente com o tráfico negreiro e a escravização racial dos africanos no Oriente Médio (séculos IX a XVI) e nas Américas (século XVI a XIX). Foram essas as ocasiões em que, para a mulher africana escravizada, operou-se uma mudança total de perspectiva na direção da coisificação: mulher-objeto, mulher-sexo, mulher-labor (BONFIM, 2020, p.225).

Pertinente apontar que houve, e assim permanece, resistências ao sistema racista e patriarcal imposto aos corpos que fogem da norma cis-heteronormatividade branca e europeia, pela Igreja Católica sobretudo, neste processo. Não à toa, é possível visualizar a permanência da tradição matrilinear nas famílias pretas não só no continente Africano, mas em suas extensões, como o caso do Brasil, quando voltamos nossos olhos para nossos modelos de família e comunidades, sobretudo nas regiões norte e nordeste do país. Os espaços do terreiro são exemplos disto, e/ou mesmo, nas Periferias urbanas, onde nossa participação é massiva.

As cosmopercepções e valores civilizatórios trazidos pelas comunidades africanas e pelas populações pertencentes às comunidades *Abya Yala* que aqui já estavam, foram submetidas às violências do cristianismo onde as noções de pecado e subordinação das mulheres africanas (BONFIM, 2020) que assim como seus companheiras/es/os e filhas/es/os, sequer eram consideradas humanas, foram postas como justificativas para tamanhas perversidades. Ainda que intituladas como perversas, manipuladoras, raivosas, animais, vulgares e inferiores, é a partir de tais valores trazidos no corpo e memória, que conseguimos nos forjar nesta sociedade.

As ferramentas que elas utilizaram para se reconstituir nesse marco de dominação tiveram como base 1) o mundo civilizatório que trouxeram consigo, nesse contexto esmagado pelo modelo civilizatório dominante; 2) o mundo civilizatório e estrutural imposto a elas, no qual vigorava a subalternização de seu corpo e a assunção das concepções civilizatórias do europeu (xenofobia, falocentrismo, visão judaico-cristã da vida, culto à virgindade feminina). Com isso, a mulher negra brasileira se reconstituiu com duas ferramentas contraditórias, com as quais mantém em segredo uma identidade também contraditória (...) (BONFIM, 2020, p.240).

A partir de diversas tentativas de apagamentos de nossas histórias, memórias e saberes políticos e científicos coletivos, que antecedem este período, o corpo surge como território que nos rememora deste passado anterior ao tráfico, mas também do durante e após, pois guarda a memória do trauma. No nome e sobrenome que nos foram dados, no banzo que chamamos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico, nas doenças hereditárias que somos acometidas/es/os como a hipertensão, diabetes, e cânceres, as interações com as substâncias

psicoativas que têm o potencial de destruir nossas famílias, nos conduzir ao encarceramento em massa, dentre outras. Nossos corpos-territórios guardam as violências as quais nossas/es/os antepassadas/es/os foram submetidas/es/os, e estas se manifestam cotidianamente, ainda que permanecemos em movimentos, o que reflete de maneira direta nas construções de nossas identidades e subjetividades.

O que pode ser visto ao retomarmos a fala que abre este capítulo, quando Anny Ribeiro, atrela seus processos de construção como mulher preta no território da Periferia em que vive há 27 anos de idade, ao assédio sexual o qual está acometida, sobretudo por parte das pessoas que não residem no bairro. Em sua fala, ela evidencia que, apesar de seus movimentos dentro e fora deste território, a violência do racismo, lhe arranca sua humanidade e se reproduz mesmo em sua *goma*,<sup>44</sup> assim como a violência patriarcal que atribui ao seu/ nosso corpo e existência o status de coisa pública.

Isto posto, tais reflexões serão amadurecidas a partir do pensamento de Lélia Gonzalez (1989), quando a mesma retrata o racismo e sexismo na cultura brasileira enquanto advento colonial, que atribui à mulher preta, a dinâmica da ocupação dos três lugares na sociedade, sendo estes o da Mulata, Doméstica e da Mãe Preta. Assim, adentramos sobre a produção da autora a seguir, em articulação às entrevistas concedidas pelas sujeitas.

Levando em considerações as contradições que comportam as construções das nossas identidades raciais e sociais no Brasil, Gonzalez (1989) ao analisar os processos de propagação do Mito da Democracia Racial, busca localizar-nos enquanto mulheres pretas neste discurso, considerando o racismo como CISTema<sup>45</sup> de opressão que nos atravessa em todas as dimensões de nossas vidas, sobretudo a nossa memória coletiva. Logo, tem potencial de nos atribuir um *lugar*; socialmente construído, determinado e justificado por tal mito.

É a partir da interação do racismo com o sexismo, segundo a autora, mas também com a cisheteronormatividade, enquanto eixos de opressão advindos deste CISTema, que atribui a imagem do corpo preto, sobretudo feminino, mas também aquele que subverte a ordem branca cisheterossexual e binária de gênero, ao lugar da subalternidade. A exemplo disso, refere-se a mulata e sua rápida transformação em doméstica e sua relação com a mucama.

A mulata, mulher preta objetificada e sexualizada, tem seu corpo atribuído ao lugar da coisa pública, logo, um corpo passivo, que não detém capacidade e agenciamento sobre si, a fim de articular resistências e movimentações. O corpo da dita mulata, além de coisificado, é

---

<sup>44</sup> Goma é uma gíria utilizada para se referir ao lugar em que se reside, podendo ser casa, apartamento e ademais.

<sup>45</sup> CISTema, é conceito cunhado por pessoas transexuais, travestis e não-binárias, dentro e fora das instituições de ensino, para se criticar o caráter cis-heteronormativo e binário (homem x mulher) que fundamenta todos os sistemas de opressão, pois considera apenas a existências das pessoas cisgenero.

tido como em desagência, receptivo e passivo, segundo as histórias para ninar os da Casa Grande. E por isso, transforma-se na imagem da doméstica, sobretudo quando relacionado a figura da mucama, mulher preta escravizada, que além de destinada a cuidar das tarefas domésticas nas Casas Grandes para o conforto das mulheres brancas, também foram responsáveis por nutrir e alimentar de forma literal os futuros sinhôs e sinhás com o leite de seus seios, além de sofrerem constantes estupros e violências físicas.

A este respeito, é possível visualizarmos na música da artista preta Bia Ferreira (2019), a herança colonial presente nas relações de raça/etnia e também de gênero, que atribui às mulheres brancas o lugar do privilégio da segurança, docilidade e humanidade, enquanto a nós pretas, o lugar do “outro do outro” (KILOMBA, 2019), da Anti-musa (ARAÚJO, 2021) e recorte. Assim ela diz:

*De dentro do apê  
Ar condicionado, macbook, você vai dizer  
Que é de esquerda, feminista, defende as mulher  
Posta lá que é vadia, que pode chamar de puta  
Sua fala nem condiz com a sua conduta  
Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai  
Pra você vê, não sabe o que é trabalho  
E quer ir lá dizer  
Que entende sobre a luta de classe  
Eu só sugiro que cê se abaixe  
Porque meu é tiro certo e vai chegar direto na sua hipocrisia  
O papo é reto, eu vou te perguntar  
Cê me responde se cê aguentar, guria  
Quantas vezes você correu atrás de um busão  
Pra não perder a entrevista?  
Chegar lá e ouviu um  
"Não insista,  
A vaga já foi preenchida, viu  
É que você não se encaixa no nosso perfil"  
Quantas vezes você saiu do seu apartamento  
E chegou no térreo com um prato de alimento*

*Pra tia que tava trampando no sinal  
Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?  
Quando foi que cê parou pra perguntar o nome  
E pra falar sobre seu ativismo?  
Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu  
Fe-mi-nis-mo?  
Sempre deixando pra amanhã  
Deixando pra amanhã  
Há miliano que cês tão queimando sutiã  
Sempre deixando pra amanhã  
Deixando pra amanhã  
Há miliano que cês tão queimando sutiã  
Sempre deixando pra amanhã  
Deixando pra amanhã  
Há miliano que cês tão queimando sutiã  
Sempre deixando pra amanhã  
E nós, as mulher preta?  
Nós só serve pra você mamar na teta  
Ama de leite dos brancos  
Sua vó não hesitou quando mandou a minha lá pro tronco*  
(Bia Ferreira - De Dentro do Apê, 2019).

Importante pontuar que as mucamas, foram figuras importantes para as construções de rebeliões e resistências nas Senzalas, junto às suas famílias, bem como, fundamentais para as articulações e organizações de fugas para os Quilombos. As mucamas a partir de seus saberes trazidos na memória, produziram tecnologias de sobrevivência utilizadas por nossa comunidade de forma cotidiana mesmo posterior a este período, as tranças são um exemplo destas que para além de serem utilizadas como registro de trajetórias de fuga para as/es/os companheias/es/os nas senzalas, também eram meios de esconder ouro e quaisquer outros objetos de valor, que pudessem ser vendidos e/ou trocados para atender suas demandas. Além de serem meios de valorização da estética e cultura preta no Brasil.

Já quanto a Mãe Preta, figura responsável pela prestação do cuidado maternal, para além do amamentar, surge como aquela que, desde que reduzida a este papel perverso daquela

que gerencia o lar dos brancos, bem como seus filhos, problemas e ademais, mas para ser a mãe, não basta gerenciar, deve também acolher, ninar, suportar e cuidar. A Mãe Preta é quem pari e cuida, mas não os seus e suas, da forma que gostaria e deveria, mas os brancos. Assim, é tolerada em trânsito na Casa Grande.

É possível visualizarmos a relação da Mãe Preta, através da personagem Val, interpretada pela atriz Regina Casé, no filme nacional de 2015 “Que Horas Ela Volta?”, onde a trabalhadora doméstica Val, migra de sua cidade natal no nordeste, deixando sua filha e companheiro, para desempenhar o trabalho doméstico para uma família branca, classe média, em São Paulo, onde sobrevive no quarto dos fundos em troca de ser “quase da família”. Sua presença é tolerada pelos patrões aos quais dedica-se, mesmo após o encerramento de seu expediente, ao cuidado e afeto do filho branco dos patrões, enquanto se vê distante de sua filha, Jéssica.

Esta relação da Mãe Preta é possível ser visualizada não muito distante do espaço de nossos lares e relações comunitárias, onde somos tidas como responsáveis em dedicar o cuidado, afeto e acolhida incondicional, enquanto que este mesmo cuidado é por vezes ofertado por nossas semelhantes, outras mulheres pretas. É possível visualizarmos o mesmo nas Periferias urbanas e não só. O lugar perverso do cuidado enquanto uma exigência, além de reproduzir o racismo nas relações sociais, nos adoce e caminha em sentido contrário a nossa humanização, pois como figuras fundamentais para os movimentos e organizações em busca das transformações sociais, também precisamos do afeto, acolhida e cuidado enquanto tecnologia política de produção de vida.

Por fim, tendo em vistas os elementos expostos acerca dos processos de construção das nossas identidades enquanto mulheres pretas, é fundamental pontuarmos que estes conceitos e ideias devem ser movimentados, pois, a realidade está em movimento, levando em considerações suas relevâncias para que existem outras teorias capazes de abarcar nossas múltiplas realidades e experiências neste país, e em nossos territórios.

A fala de Anny Ribeiro, expressa no início do capítulo não consiste em um caso isolado das origens do racismo e sexismo que permeiam também os territórios das Periferias, mas reforça a origem racista do sistema patriarcal, que apreende a existência de nossos corpos pretos, ao lugar da coisificação.

Diversas são as produções dedicadas às complexidades que comportam a construção de nossas identidades, e os desafios para que esta se dê de maneira positivada, também são muitos os caminhos que nos apontam estratégias coletivas e individuais de alcançarmos (e que

bom!). A busca e compreensão acerca de nossa Ancestralidade (ponto a ser desenvolvido no capítulo 4), é um deles.

O resgate das tecnologias e estratégias desenvolvidas por quem veio antes, a partir de nossos trânsitos nas Casas Grandes, nas fugas para os Quilombos e os cultos nos terreiros foram, e assim permanecem, caminhos produzidos para a busca por nossa humanidade. Tal busca se dá de forma constante, não só nas Periferias, mas é a partir destas realidades diversas nestes territórios, no fazer política pública em meio as ausências, que cada uma das sujeitas deste estudo, apontam caminhos sobretudo com seus movimentos, que se dediquem em meios de romper a história do racismo, enquanto centralidade em nossas existências.

Como ensina-nos Obirin Odara (2022), é preciso limpar o espelho que reflete a branca e/ou o branco que queriam que nós fossemos!

### 3.2 Deslocamentos: Entre o se sentir a Outra e ter um nome: “Lá eu sou a Rosicler, a “Rosi”, né? Agora na área central ninguém me conhece!”



**Figura 5.** Foto disponível no arquivo pessoal da sujeita. Na foto Rosicler Lemos Silva. “Liberta a sua mente que é pra ela não desandar. Lembra que é valente como as águas do mar!”<sup>46</sup>

Eu não me identifico com a área central, sabe? a minha identidade é lá na Zona Leste mesmo. As pracinhas, os serviços públicos dali. A área central parece que não me acolhe, não é acolhedora. Você é tratado como Outro. Lá eu sou a Rosicler, a “Rosi”, né? Agora na área central ninguém me conhece,

---

<sup>46</sup> Faz menção a música de título “Valente” da artista brasileira MC Tha. A música torna-se importante em minha jornada pessoal, a partir de uma conversa com Rosicler Lemos, quando a convidei para participar deste estudo, e ela aceitou. Dialogamos em uma reunião realizada através do Google Meet sobre a pesquisa, as possibilidades e desafios que a envolviam, e ao final da noite, “Rosi” cuidadosamente a enviou para mim, como forma de incentivo para que eu não desistisse de parir este trabalho. Somos valentes como as águas do mar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e-aEr8jDilo> Acesso em 15 jun. 2023

então eu prefiro a Zona Leste mesmo (Rosicler Lemos. entrevista concedida em 10/08/2022).

Embora a fala que inicia este tópico e finda o Capítulo III se reporte a relação de Rosicler Lemos com as áreas centrais da cidade de Franca (SP), a partir de suas experiências enquanto mulher preta e periférica, que se desloca para o centro diariamente para desempenhar sua profissão de Assistente Social- Coordenadora do CRAS-Centro, alguns pontos trazidos por ela são partilhados também pelas demais sujeitas deste estudo, que denunciam não apenas a relação de *Outridade* (KILOMBA, 2020) estabelecida com este suposto centro e demais espaços ocupados pela população branca francana, mas evidenciam que esta também é reflexo de como veem-se na própria cidade em que se constróem.

A relação de distanciamento que se estabelece com esta região, se dá devido a diversos fatores, dentre eles a falta de acesso aos bens e serviços ali presentes, a não identificação com o que está ali presente, a necessidade de um “padrinho” para ali circular, como pontuado por Anny Ribeiro e que mais adiante será desenvolvido, mas sobretudo o racismo que atribui aos nossos corpos, bem como aos nossos deslocamentos, o lugar de inapropriado, ou mesmo, o suspeito, embora tais ataques não nos privem de circular por estes. Assim, Rosicler Lemos coloca:

(...)Então eu acho que ser mulher negra periférica é tudo isso, mas também junto tem toda a discriminação, o racismo né, que infelizmente ele tá atrelado a isso também, né. Então, dependendo dos lugares que você sai, a partir do momento em que você sai da quebrada e vai para outro lugar, as pessoas começam a te olhar de forma diferente, de uma forma racista, principalmente se você vai no shopping, se você vai num local mais frequentado não pela periferia, né. Então você é olhada como *A diferente*, né (Rosicler Lemos. Entrevista concedida em 10/08/2022).

A partir de Carneiro (2005) e Kilomba (2020) é possível compreendermos o lugar da “Outridade”, trazido por Rosicler Lemos em sua fala. O sentir-se a “Outra”, “A Diferente”, em espaços como o Centro, não é fenômeno que ocorre apenas nas relações socioespaciais nas cidades, mas apresentam-se enquanto um dos resultados do Mito do Universal (Kilomba, 2020), que centraliza e valoriza aquilo que a branquitude se apropria e produz em suas narrativas racistas que buscam aprisionar-nos nas Margens da história, nos Quartos de Despejo (Jesus, 2010) das cidades, e no encarceramento em massa. Entretanto, a autora diz-nos que muito embora existam processos históricos de violência do colonialismo que atribuem-nos a estes lugares sociais (a Margem), tal condição não foi capaz de minar e

descredibilizar nossas produções. O lugar da margem que ocupamos, evidente que longe das romantizações, também é chão fértil para as nossas movimentações. Assim ela diz:

(...) A margem se configura como um “espaço de abertura radical”(hooks, 1998, p.149) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão. É aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. Nesse espaço crítico, “podemos imaginar perguntas que não poderiam ter sido imaginadas antes; podemos fazer perguntas que talvez não fossem feitas antes” (Mirza, 1997, p.4), perguntas que desafiam a autoridade colonial do centro e os discursos hegemônicos dentro dele. Assim, a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos. Falar sobre margem como um lugar de criatividade pode, sem dúvidas, dar razão ao perigo de romantizar a opressão. Em que medida estamos idealizando posições periféricas e ao fazê-lo minando a violência do centro? No entanto, bell hooks argumenta que este não é um exercício romântico, mas o simples reconhecimento da margem como uma posição complexa que incorpora mais de um local. A margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência (hooks, 1990). Ambos os locais estão sempre presentes porque *onde há opressão, há resistência*. Em outras palavras, a opressão forma as condições de resistência (KILOMBA, 2020, p.68).

O sentir-se a Outra se dá quando a/e/o branca/e/o e seus interesses localizam-se no centro, seja ele da história, da cultura, da literatura, da linguística, da política e da economia (ASANTE, 2020), também sendo possível de se observado na lógica de organização e funcionamento das cidades brasileiras de forma geral, e de Franca (SP) em particular. Tal fato, nos abrem caminhos para que as Periferias sejam compreendidas para além do território organizado dentro da divisão socioespacial das áreas urbanas, mas também enquanto localização discursiva, histórica, psicológica e econômica (ASANTE, 2020). Entretanto, é possível que este lugar sofra transformações, mediante a nossa capacidade coletiva de deslocamentos/ movimentos, como proposto pela Afrocentricidade (ASANTE, 2009).

É a partir da possibilidade de deslocamento e recentralização, ou seja, compreender a Periferia de onde parte, onde se *tem um nome “Rosi”* enquanto território central em suas experiências e movimentos, que este Centro branco, torna-se margem. É evidente que o sentimento de não pertencimento a este espaço, de acordo com o que foi descrito pela sujeita, não se resolve quando esta opta por não frequentá-lo, pois não se trata unicamente do não acesso aos bens e serviços nele disponíveis, mas a ausência de identificação e representatividade que indiquem aquilo que já sabemos que embora a história “oficial” de Franca (SP) não nos revele, estivemos ali, construindo as ruas e trabalhando no

desenvolvimento da cidade, muito embora sejamos retratadas/es/os a partir do lugar da desagência política.

A esse respeito, trazemos a imagem a seguir com a intenção de compreendermos a fundo, a partir dela, a ausência de representações positivadas e o não sentimento de pertencimento apontado pela população preta em Franca (SP), enquanto um dos maiores desafios enfrentados pelas mesmas, uma vez que, a cidade é apontada constantemente como solo racista e conservador.



**Figura 6.** Imagem disponível no arquivo pessoal de [@gustavo\\_cronicasdocinza\\_orl](#). A imagem registra manifestação política ocorrida na cidade de Franca em torno da pauta “Black Lives Matter”<sup>47</sup>, em frente a estátua “Memorial Padre José Anchieta”, localizada no Bairro Nova Franca em Junho de 2020.

### **“Para uns as estátuas, para outros as pedras!”<sup>48</sup>**

A valorização da memória do crime da escravização se faz presente em diversas escalas, entre elas, a sua presença nas praças, ruas e bairros no espaço urbano, sobretudo quando ocupados pela maioria branca. Fato este, não exclusivo apenas na cidade de Franca

<sup>47</sup> As manifestações mundiais em torno da pauta “#Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam), obtiveram repercussões após se tornar público o assassinato de George Floyd, homem preto de 46 anos, que foi brutalmente asfixiado por um policial branco em Minneapolis (Minnesota, EUA).

<sup>48</sup> Em Outubro de 2021 tive a oportunidade de participar de forma remota do 9 Festival Curau, em São Paulo. Entre as diversas atividades ofertadas pela organização, pude participar do minicurso com o Prof. Dr. Salloma Salomão, que estava divulgando a primeira edição do livro “Pretos, Prussianos, Índios e Caipiras”. Dentre nossas diversas conversas, trocamos sobre as reverências a escravistas nas cidades e seus significados, assim ele me disse esta frase, seguido pela provocação “Qual memória queremos deixar na cidade?”. Nossa conversa foi fundamental para a construção deste estudo e de minhas próximas produções enquanto continuidade a esta temática.

(SP), mas em todo o país. A homenagem, a partir de monumentos, tem o objetivo de nos deixar um recado, valorar a narrativa do massacre contra as populações originárias.

Embora tamanhas violências estejam expostas e protegidas enquanto patrimônio histórico nacional (lembremos do caso do incêndio à estátua do escravizador Borba Gato na Zona Sul de São Paulo, em 2021<sup>49</sup> e a reação da polícia militar. Lembremos também do descaso desta mesma instituição com a destruição da estátua de Mãe Stella de Oxóssi em Salvador em 2022<sup>50</sup>), estas nos dizem muito sobre as histórias que desejam ser reverenciadas no Brasil.

A existência de tais monumentos busca transmitir-nos a mensagem sobre o poder, sendo possível de visualizar na postura do homem originário, de joelhos e cabeça caixa, enquanto o catequizador está em pé, de cabeça erguida e segurando uma cruz em frente ao seu rosto. A memória que se quer propagar para quem ali a visualiza é a de que estivemos passivas/es/os este tempo todo na história. O escravizador em pé, se coloca como centro, já a figura masculina percentence as comunidades Abya Yala, em representação a violência da catequização, de joelhos, é o Outro, passivo e em desagência.

Tais representações impactam-nos de diversas maneiras, a não identificação e a ausência de pertencimento a estas regiões é uma delas, por isso, a Periferia que como associada por Anny Ribeiro, são como pequenos Quilombos, onde de Outra eu passo a ter um nome, junto ao resgate da memória e história que se assentam nas lutas, resistências e na força matricomunitária que as organiza, a partir da Agência destas mulheres pretas.

Diversos são os desafios postos a nossos corpos, que historicamente sempre estiveram em trânsito nas ruas das cidades (ARAÚJO, 2021), dentre os que já foram aqui abordados, Anny Ribeiro, coloca a partir de sua fala, a necessidade de se ter um “padrinho”, para que possa desempenhar suas atividades na área central em Franca (SP):

Bom, eu assim... na verdade eu não tenho tanto uma relação com o centro né. Porque assim, por mais que eu moro no Seminário, que é um bairro periférico, mas também é considerado uma parte central. Para mim, assim, eu consigo ter acesso ao centro, mas não as coisas que estão tipo, uma Casa da Cultura “Abdias do Nascimento”, eu não tenho acesso a alguns lugares centrais da cidade. Assim, eu consigo chegar, caminhar até ele, mas eu não tenho as portas abertas para poder fazer algumas atividades. Eu tenho essa

---

<sup>49</sup> É possível apropriar-se do caso a partir do link que segue: <https://www.geledes.org.br/o-que-faz-o-brasil-se-comover-quando-estatuas-sao-incendiadas/> Acesso em 15 jun. 2023.

<sup>50</sup> É possível se apropriar do caso de racismo religioso, bem como do legado da Ialorixá Mãe Stella de Oxóssi a partir de link que segue: <https://www.geledes.org.br/incendio-na-estatua-de-mae-stella-de-oxossi-foi-terrorismo-religioso-diz-mae-marcia-de-ogum/> Acesso em: 15 jun. 2023.

leitura porque eu sou uma mulher preta né, e para conseguir chegar nesses lugares eu preciso ter tipo, um padrinho para poder me apadrinhar para eu poder ocupar esse espaço, né. E sozinha eu não consigo chegar, nem mesmo com o movimento abraçando a minha causa (Anny Ribeiro. Entrevista concedida em 21/08/2022).

A necessidade em se ter um “padrinho” para que suas movimentações no centro de Franca (SP), sobretudo em espaços destinados à promoção da arte e cultura na cidade, se dá mediante ao seu lugar de mulher preta e periférica. A possibilidade de se caminhar até ali não é suficiente para que uma relação seja estabelecida, o que coloca a sujeita e aos demais corpos pretos e pertencentes às comunidades Abya Yala, que ali buscam construir e ampliar movimentações, a criação de estratégias individuais e coletivas, para que tudo ocorra.

Evidente, que dentre tais estratégias, a escolha pela valorização dos territórios periféricos para a realização de suas atividades surge enquanto uma possibilidade, mas que ainda não responde de forma suficiente os desafios enfrentados por nossos corpos em trânsito nos centros. Logo, o estabelecimento de acordos e negociações, é apontado como um dos caminhos para que seja possível chegar e comunicar aquilo que se deseja, no caso de Anny Ribeiro, com o teatro preto.

Importante salientar que o ocupar não é entendido neste estudo, tampouco entre as sujeitas como fim desejado para a construção de uma relação com o centro, que como pontuado de início, é um espaço branco que não as acolhe e tampouco representa. Não é território que fortalece e expande seus movimentos, muito embora estes existam ali, mediante as resistências às diversas ações racistas, que desejam nos expulsar.

O que se coloca portanto, compreendendo o que foi posto até aqui e será melhor desenvolvido no capítulo que se segue, é que nossas existências são movimentos, são fluidas e compostas por estratégias coletivas que impossibilitam que sejamos freadas/es/os em nossos fazeres, sendo estes dentro e/ou fora das áreas urbanas centrais e/ou periféricas.

O não acesso ao transporte público para chegar até ali, é apontado como problemática entre as sujeitas, assim como a violência em ser seguida nas lojas e estabelecimentos ocupados pela branquitude, o que não foi suficiente para paralisar-nos, pelo contrário, nos fez reformularmos a rota, colocando a Periferia enquanto centro em nossas existências.

Longe de dar continuidade a máxima de que “se não nos abrem as portas, pulamos as janelas”, o caminhar em comunidade nos espaços onde nossas existências são valorizadas e reverenciadas é estratégia coletiva capaz de potencializar e expandir nossos fazeres e a mensagem que se quer transmitir com estes, pois em trânsito sempre estivemos.

## CAPÍTULO IV - SEMPRE EM TRÂNSITO: MEMÓRIA E MOVIMENTOS DE MULHERES PRETAS

*Dia 25 de Julho, dia de Tereza de Benguela.  
Mas a real é que o dia das preta é todo dia.  
A real é que nois tá falando de africanidade,  
Sim nois é africana, e aqui vocês não se cresce.  
Forjadas na proteção dos ancestrais,  
Tamo falando de rainhas, que decepam os pescoço dos racista sem dó.  
Ninguém abriu carruagem pra nois, e quando a gente gritou foi Osun quem escutou.  
Vim falar pra cada preta, que a gente não caminha só,  
Nossos passos vem de longe,  
Somos comunidade,  
Sejamos na pluralidade,  
Somos grandiosidade,  
Africanidade.  
Foi as preta velha que me segurou nos braços, quando eu desmoronei em lágrimas,  
Quando os racista atravessou minha jornada.  
Acolheram meu choro no peito, me disseram que tinha caminho.  
Me levaram pro terreiro,  
Me deram banho de folhas,  
Me trouxeram de volta pro ringue.  
Eu não levantei meus pedaço e descí pra arena,  
Eu me levantei mais inteira do que nunca.  
Porque o líquido aminoático do útero de minha mãe, me nutriu de asê.  
Falar sobre mulher preta é falar sobre vitória,  
Sobre mãos que curam,  
Mãos que nutrem,  
Mãos que alimentam,  
Mãos que dengam,  
Mãos que trocam,  
Mãos que aconchegam,  
Mãos que dão caminhos,  
Mãos que abençoam.  
Modupé, eu agradeço a cada preta que esteve, está e estará comigo.  
Somos ancestrais do futuro em movimento.  
Somos terra, somos água, somos vento, somos fogo, somos ar que respira.  
Eu reverencio aqui todas as minhas mães, a Ancestralidade é tão potente que me trouxe várias.  
Isso é Sankofa, olhar pra quem veio antes pra saber quem somos.  
Sem a caminhada das senhoras, eu não seria quem sou.  
Reverencio minhas mais novas, por cada enfrentamento junto.  
A Ancestralidade que vive em mim, saúda a Ancestralidade que vive em você preta.  
Que você aprenda a se olhar com denço, a respeitar teu tempo.  
A permanecer somente onde sua presença é valorizada, a se retirar do raso.  
A não carregar o peso do mundo nas costas.  
Dandara do meu Quilombo me faz livre voar.  
Rainha do meu Congo,  
Me daí forças pra lutar.  
(SANTOS, 2023, em elaboração).<sup>51</sup>*

<sup>51</sup> A presente poesia, “25 de Julho”, foi-me encaminhada pela própria autora, estando até o presente momento, disponível neste trabalho, bem como, a partir da palavra falada pela própria autora.

**4.1.1 A política para além da palavra, a prática: “Para mim, não existe nada pior do que o não fazer”.**



**Figura 7.** Imagem disponível no arquivo pessoal da sujeita. Na foto, Paula Gualberto em sua Horta de Cuidados, acompanhada pela poesia de sua autoria:

*Arrastando as Espadas  
E riscando as ruas  
Traçando meu none  
No corpo dos alheios  
A jaula do leão está aberta!  
A prova dos mares!*

De início, é importante pontuarmos que muito embora este trabalho atenha-se em interpretar os movimentos de mulheres pretas nas periferias urbanas de Franca (SP), compreendemos aqui que nem todas as mulheres pretas no país ou mesmo no mundo, estão localizadas em tais territórios, ou mesmo destinam suas articulações e organizações às

demandas existentes nos mesmos, de maneira direta. Tal colocação nos abre caminhos para realizarmos aquilo que trouxemos no capítulo anterior, a necessidade de compreensão de nossos diversos deslocamentos e transições.

Como posto por Araújo (2022), muito embora sejamos o corpo majoritário nas bases de movimentos sociais e políticos, estes não necessariamente se concentram nas pautas de Raça/Etnia e/ou Gênero, justamente por nossas experiências nas cidades, dentro e/ou fora das Periferias não serem óbvias, mas múltiplas.

O que nos mobiliza igualmente a compreensão de que nossos fazeres, dentro e/ou fora do Brasil, não se iniciam igualmente a partir de nossas resistências a colonização e escravidão, tampouco a partir da criação dos Movimentos Feministas (levando em considerações suas multiplicidades e as participações de mulheres pretas nestas correntes), e/ou mesmo em quaisquer outras movimentações que giram em torno das pautas tecidas por mulheres brancas. Assim, Araújo (2021, p.82) coloca:

Assim, considero aqui ao menos duas premissas para se pensar a agência política de mulheres negras. A primeira é que não se pode considerar sua organização como algo recente, ou a partir dos mesmos processos organizativos de mulheres brancas. Isso ocorre, entretanto, quando se reconstrói a história da movimentação política de mulheres negras no Brasil, voltando-se o olhar para as décadas de 1970 e 1980, quando há a formação e o fortalecimento de muitas organizações femininas negras, configurando-se um movimento de mulheres negras.

A este respeito, a autora traz a reflexão de que, para além de se pensar em movimentos de mulheres negras, é necessário pensarmos em mulheres negras em movimentos, uma vez que deixamos nossas marcas em diversos movimentos sociais, ainda que as mesmas possam ter sofrido rasuras (ARAÚJO, 2021).

A nossa participação política, ou melhor, os nossos fazeres políticos são matrigestados, como trazido anteriormente por Ribeiro (2020) e pelas sujeitas, como ação cotidiana de sobrevivência de nossas comunidades e continuidades. Entretanto, não o sobreviver apenas, mas o potencializar de vidas, o compromisso com o sonho, as partilhas das estratégias de sobrevivência, do matar a fome com o Angu de fubá, o cuidado com o filho da vizinha por compreendê-lo como meu filho. Logo, também minha responsabilidade na execução do afeto e cuidado enquanto fazer político capaz de transformar a sua realidade na rua de terra da Periferia. O afeto, afeta necessariamente, logo, é político.

Eu considero que viver na periferia, me fez ter consciência desse corpo político e de como as minhas ações são necessárias. Mas eu tenho uma

consciência hoje de que a gente não pode cair numa ideia caritativa, que a gente tem que lutar por políticas públicas sim. Porque no lombo da mulher preta fica, se não tem feijão a gente faz fubá, não tem comida? da água com açúcar! Já ouviu falar disso, assim? Mas é... eu sempre faço isso né, de falar que a Horta é o lugar da poesia porque eu fico muito pensando nesse lugar de que a gente não quer só comida, não é só no modo de um refrão de uma música, a gente quer muito mais mesmo, né. A gente quer poesia, quer políticas públicas, a gente quer se ver. E esse lugar da política que não é partidária, é um lugar de ações mesmo, porém, por isso que eu acho que é necessário seguir caminhando, seguir com as ações, independente de qualquer atropelo que a gente vai tendo também, porque você ser uma pessoa que se mexe, é ser uma pessoa que incomoda também (Paula Gualberto. Entrevista concedida em 06/08/2022).

Paula Gualberto traz por último a chave para a nossa reflexão em torno de nossos fazeres políticos e mesmo de nossa relação com a política, para além do campo político-partidário e institucionalizado, o qual também compomos, muito embora não sejamos ali representadas.

Outro ponto é que, tais fazeres não são românticos, sobretudo quando geridos nas Periferias, onde as políticas públicas não acessam a população através dos Serviços, mas a partir da teimosia, das pessoas pretas em movimento que ali se constroem, em busca da garantia de seus direitos e acessos. No caso de Paula, o projeto Horta de Cuidados, surge como caminho para o alcance da alimentação de sua família e comunidade, em seu sentido de segurança alimentar e nutricional do combate à fome qual passa a alimentá-la espiritualmente a partir das potencialidades do manuseio da terra e das ervas, tecnologia milenar de promoção de curas e cuidados entre mulheres pretas. Porém, também enquanto resultado da ausência do Estado brasileiro, que se faz ativo em tais territórios e nas vidas de nossas famílias pretas por meio da violência. O Estado deixa viver e faz morrer a população preta (RAMOS, 2019).

Se tem uma das coisas que eu tenho pavor é de não fazer, sabe? Por isso que eu sempre faço, com pouco, com nada, com muita vontade. Quando me falta forças eu busco forças nessas parcerias que eu tenho, nessas amigas, e a gente vai. Porque eu acredito que é isso, assim (Paula Gualberto. Entrevista concedida em 06/08/2022).

A partir da fala de Paula, é possível se captar o lugar do *não fazer* como uma não possibilidade em nossas trajetórias. Ainda que, “*com pouco, com nada, com muita vontade*”, os laços comunitários, que fortalecem na construção de estratégias para a superação do imediato, se mantêm na construção de resistências e denúncias à condição social de vulnerabilidade em que estamos inseridas/es/os.

E eu falo que é um lugar de validação de existência, né. Porque se é difícil esse lugar de acesso, e existe essa falta de acesso, se existe essa burocratização para a gente alcançar, eu fico pensando: E se eu não for fazer, sabe? (Paula Gualberto. Entrevista concedida em 06/08/2022).

O fazer como validação de existência, como posto pela sujeita, se torna caminho fértil para a potencialização de vida e continuidade nas Periferias, o que torna possível que ainda estejamos em constante articulação, organização e movimentos, mesmo quando expostas a violência dos racismos. Nossos fazeres e movimentações, são responsáveis pelas nossas milenares existências e resistências (EVARISTO, 1998).

As relações de tais mulheres pretas em movimentos com a política se dão no fazer do dia-a-dia, nos construtos das relações sociais e comunitárias, na teimosia do, se caso necessário, para além dos abaixo-assinados e demais estratégias repassadas das mais velhas as mais novas, posteriormente cooptadas pelas mulheres brancas para a garantia de suas pautas, realizar greves, manifestações, intervenções político-culturais, e demais.

A este respeito, Davis (2016), chama-nos atenção para as ricas experiências de organização e articulação política adquiridas pelas mulheres brancas, inseridas nos movimentos abolicionistas, durante o início do período de Revolução Industrial, nos estados unidos da américa<sup>52</sup>. Assim, a mesma nos diz:

(...) As abolicionistas acumularam experiências políticas de valor incalculável, sem as quais não teriam conseguido organizar de modo efetivo a campanha por seus direitos mais de uma década depois. As mulheres desenvolveram habilidades de captação de recursos e aprenderam a distribuir publicações e a organizar encontros – algumas delas se tornaram poderosas oradoras. Mais importante de tudo, elas se tornaram eficientes no uso da petição, que se revelaria uma arma tática central na campanha pelos direitos das mulheres. Ao organizar petições contra a escravidão, foram compelidas a defender ao mesmo tempo o próprio direito de se envolver em ações políticas (DAVIS, 2016, p.55).

Evidente que, a inserção de mulheres brancas norte americanas, ou em outros quaisquer contextos geográficos que possa haver, quando em contato com movimentos relacionados a pauta racial não as isenta de seu lugar de privilégio e consequentemente de violência, não nos encontramos no mesmo lugar. Porém, é inegável, como pontua Davis (2016) que para que os Movimentos Feministas (considerando a diversidade de suas vertentes ideológico-metodológico-política) bebem das fontes dos acúmulos e formas de resistir organizadas por mulheres e homens pretos.

---

<sup>52</sup> Mobilizada pelas produções de Audre Lorde, utilizo as iniciais em letra minúscula para referir-me a tal país, como forma de minimizar seu poder global. Tal reflexão pode ser visualizada no livro *Zami: Uma nova grafia do meu nome, uma biomitografia* (1982).

Muito embora a política enquanto prática nos seja apresentada por vezes pela via político-partidária, qual é insuficiente para comportar nossas demandas e experiências, não representa e acolhe a multiplicidade dos formatos de nossas relações com a mesma. O nosso fazer político é múltiplo, é comprometido em acolher a diversidade, por isso, se dá no cotidiano. Entretanto, quando cooptado e manipulado pelas pessoas brancas, gera afastamentos, não reconhecimento e identificação da dimensão política com que nos relacionamos com o mundo. Como dito de forma assertiva por Walquiria Castro “(...) A gente faz o movimento político, até quando a gente vai no supermercado” (Entrevista concedida em 30/08/2022).

Partindo, portanto, de tais colocações, compreendemos que os movimentos em que estamos inseridas/es/os, bem como nós mesmas, não são/estão estáticos (Araújo, 2021), muito embora sofram alterações em suas bases de organização e funcionamento, mediante o movimento da realidade. Mas estão em trânsito, assim como nós.

Eu acho que é sempre esse lugar de uma estar sempre passando conhecimento para a outra, né. E aí é outro tipo de conhecimento, outra hierarquia. Não é essa hierarquia de academicismo né, é uma coisa mesmo de coletividade, de se conectar com uma história real mesmo. Tipo “Olha, eu já não tive isso, e me virei com isso”. Por isso que quando eu estou falando com outras mulheres periféricas, eu faço questão de falar para elas que as situações de vulnerabilidades que elas passam, são as que eu passo todo dia. A diferença é só o caminho, né. E que eu acredito que passar esses conhecimentos e que eu sempre acredito que todas as mulheres que passam pela horta, pelas oficinas, ou por mim, elas tem um conhecimento para me passar, e eu tenho algo para passar para elas assim. Então assim, essa troca intensa entre essas mulheres da periferia, sejam as da minha família, sejam as do meu redor, são minhas vizinhas, as que fazem parte do mesmo CRAS que eu faço, para mim é uma partilha muito grande e eu sei e tenho certeza que é uma troca grande de saberes (Paula Gualberto. Entrevista concedida em 06/08/2022).

O entendimento de que, uma ação executada em coletivo tem potenciais de “parir” (no sentido literal da palavra), movimentos outros, capazes de mobilizar demais mulheres pretas para organizá-los, o que ocorre nas Periferias (e não só), como via de aproximação destas com pautas políticas que digam respeito às suas/nossas realidades.

É em contato com as irmãs/irmãos de caminhada, que a referência do perfil do homem/mulher branco, ligado à política institucional-partidária, se desloca para o enxergar aquela parceira de “correr”, qual a história/vivência lhe é semelhante. A dificuldade em se acessar o transporte público na última rua da cidade de Franca (SP), é um dos desafios enfrentados por mim, pois compromete meu deslocamento, entretanto, também é sentido por

todas as sujeitas e suas comunidades. Os caminhos e estratégias em direção a transformação de tal realidade é o que tensiona, para que outros movimentos, articulados por outras/es/os pessoas pretas, sejam paridos e assim tenham continuidades.

Não à toa, ao circularmos pela cidade de Franca (SP), nossos movimentos encontram-se, embalam-se, fortalecem-se e multiplicam, dentro de suas particularidades e similaridades, possibilitando que cheguem onde as políticas públicas e sociais, que por vezes, não nos alcançam. Para nós, mulheres pretas e periféricas, não existe a possibilidade do não fazer.

**4.1.2 Memória e Ancestralidade: “(...) Saber que a minha presença, não sou só eu. Eu trago toda uma comunidade negra comigo.”**



**Figura 8.** Walquiria Ester Gonçalves da Silva Castro, ou “Dona Walquiria” como a chamo carinhosamente (Foto disponível em seu acervo pessoal).

Muito foi posto até o presente momento sobre as diversas estratégias, articulações e fazeres políticos tecidos no cotidiano das cinco, comigo seis, mulheres pretas com quem construí este estudo. A partir do acesso às memórias, ensinamentos partilhados de suas/seus

mais velhas/velhos, estas dão continuidade, bem como forjam as próprias ferramentas, individuais e coletivamente, para manterem-se em movimentos na cidade de Franca (SP).

Walquiria é a mulher preta mais velha com quem diálogo neste estudo, e em suas falas, é possível visualizar a materialização do método científico com que nos comprometemos nesta produção, a interpretação de nossas experiências a partir do lugar do centro. O centro, como posto por Asante (2009), nos atribui a possibilidade de entendermo-nos em ação.

Assim a sujeita o faz, quando foge do lugar de colocar-se ora como mulher preta e periférica, ora como mãe, e/ou como Conselheira Tutelar na cidade de Franca (SP). Estes e os demais lugares que constroem e constituem “Dona Walquiria” em sua inteireza, são entendidos como responsáveis por forjar sua humanidade, ainda que envolta em complexidades.

Logo, seu fazer político, se constitui no “dentro” e no “fora”, não se aprisiona na via binária da casa, ou do trabalho. Ser mãe de cinco jovens pretos, na periferia da Zona Norte da cidade de Franca (SP), lhe institui a responsabilidade política de estender seu cuidado não somente aos seus filhas/os, mas igualmente aos filhos e filhas das companheiras de bairro.

O mesmo ocorre em dimensão mais íntima de sua prática religiosa, onde até pouco tempo, sua família correspondia uma das poucas a frequentarem a escola dominical aos domingos, ou mesmo os círculos de oração. O espaço institucional da Igreja também é compreendido como reprodutor de racismos, entretanto, igualmente como possível para se abordar e enfrentar as violências reproduzidas.

Neste sentido, as dimensões de totalidade e particularidade são movimentadas, de forma a serem compreendidas num só todo. Seus fazeres em seus espaços de circulação neste sentido, são geridos e orientados a partir de valores civilizatórios comunitários comprometidos com as continuidades, responsáveis sobretudo para que estas sejam pontes para que as demais pessoas pretas os acessem, e o contrário. “(...) Saber que a minha presença, não sou só eu, eu trago toda uma comunidade negra comigo”. (Walquiria Castro. Entrevista concedida em 30/08/2022).

A comunidade negra mencionada por Walquiria, como força que lhe acompanha em seus fazeres, pode ser compreendida a partir de duas dimensões, a física-material, onde o coletivo de pessoas pretas constrói resistências juntamente a esta, bem como, a comunidade negra espiritual, da Ancestralidade, de quem veio antes, e se manifesta a partir da energia vital que lhe nutre com saberes capilarizados a partir do Corpo e Memória.

Neste sentido, Manjate (2023) aponta-nos que a Ancestralidade representa um conceito complexo e multidimensional, logo, “convoca múltiplos aspectos configurados a partir de um passado, um presente e em alguns casos, paradoxalmente, um futuro” (p.15, 2023). Ao se tratar de um passado a autora nos coloca:

(...) A ancestralidade está ligada às origens de práticas e valores que, de certa forma, apelam para a reconstrução de um ideal, à procura de um mundo perdido (como era, como sempre foi), inscrevendo uma história, tal como diz o provérbio chope: “Tolo a nga hundze (Ontem / o passado não morre)”. Na verdade, dispõe para um mundo de utopias por evocar realidades hipotéticas ou idealmente vividas. Como foi? Como teria sido? Essa visão concorre para associar a ancestralidade a uma categoria que explica os modos de pensar e de fazer como princípio básico na organização dos ritos que regem e legitimam a vida material e imaterial, para além das relações sociais dos membros de comunidades em espaços internos e externos (MANJATE, 2023, p. 15).

Já enquanto presente, coloca-se enquanto continuidade, reintegrando práticas e valores sociais culturais herdados do passado, que permanecem vivos “recuperados e/ou recuperáveis no seio das comunidades” (MANJATE, 2023, p. 15). Assim, a autora continua, ao nos apontar que está ainda no presente em que estamos, institui-se como marca de resistências coletivas e individuais, mas sobretudo coletivas, pois nos fornece elementos “para a afirmação (também criação e/ou invenção) de identidades locais num mundo cada vez mais globalizado.” (MANJATE, 2023, p.16).

Enfim, no futuro é responsável por “transcender a cosmovisão das origens”, pois supera a dimensão do passado e passa a ser também projeção de sociedades de “maior homogeneidade social”, ou seja, “imaginariamente referenciadas, na ótica de uma interculturalidade valorizada que reflita quem somos como humanidade plural e inclusiva”. (MANJATE, 2023, p.16). Sendo capaz de apregoar, portanto, transformações nos construtos das relações intra e intergrupais, provendo um mundo com respeito às diferenças. (MANJATE, 2023).

É relevante pontuarmos, a partir dos apontamentos trazidos pela autora, em diálogo com a fala de Walquiria trazida no início deste tópico, que leva o título deste capítulo final, que o conceito de Ancestralidade aqui é político, pois coloca-se como marca fundamental nos processos de nossas identidades, sobretudo coletivas, quando nos apresenta narrativas de resistência, para além da sobrevivência, indicando-nos valores sociais, culturais e civilizacionais responsáveis por nossa continuidade. Estes, estão arrançados em todo o

decorrer deste estudo, nas falas das sujeitas, mas não só, pois estas trazem em seus corpos, em movimentos, também para esta encruzilhada.

Ainda que, as mulheres pretas com quem dialogo neste trabalho não se aproximem das produções teóricas em torno da Ancestralidade, como posto anteriormente está se traduz em seus corpos em movimentos, bem como na força matricomunitária (RIBEIRO, 2020), que gere e organiza seus territórios de morada na cidade de Franca (SP).

Segundo Fonseca (2000), a população negra no Brasil, tem as mulheres negras, sobretudo mais velhas, enquanto porta-vozes da memória, responsáveis por resgatar as histórias e identidades de suas comunidades, utilizando-se sobretudo da Oralidade enquanto ferramenta de partilha e disseminação de saberes “não escritos e não ditos a qualquer um(a). Enfim, ali elas promovem o reconhecimento de si, são mães, mulheres e filhas, falando do passado, mediadas pelo presente e pelo futuro.” (FONSECA, 2000, p.10).

Assim sendo, o corpo, segundo o autor já citado, ganha sua dimensão no universo da Memória, pois é concebido como guardião dos saberes e acúmulos de experiências, bem como, de sua forma de estar no mundo através do tempo (FONSECA, 2000, p.10). Assim ele continua:

Ele porta a história e a memória da humanidade, perpetuando em si a nossa existência, sendo proprietário incontestado de consciência. O corpo, desta forma, é mediador, emissor e receptor de um saber, e de um poder que transmite a memória da humanidade às gerações futuras.

Tais apontamentos podem ser visualizados a partir das falas das sujeitas no decorrer deste estudo, à medida que as Memórias sejam de um passado distante conhecido, ou não, colocam-se enquanto marcadores fundamentais para as suas construções políticas.

As Periferias, portanto, igualmente se colocam enquanto território de memórias de resistência e organização coletiva, onde o acesso às estratégias tecidas por quem veio antes, constrói o solo sagrado, para quem veio depois, de forma que, como pontuado por Rosicler Lemos, se torne um território vivo, pois foi e o é forjado nas resistências e resiliências de quem por ali passou e ali permanece.

Não à toa, quando questionadas sobre suas aspirações em mudarem-se das Periferias em que vivem na cidade de Franca (SP), as sujeitas demonstram não existir tal vontade. Evidente que suas respostas não correspondem de forma hegemônica à realidade de todas as mulheres pretas e periféricas.

Porém em suas respostas e motivações, indicam que, as Periferias não correspondem o real problema da cidade de Franca (SP) em específico e no Brasil em geral, mas as condições de desvantagem e privação de direitos em que a população negra se encontra no país.

Se eu mudaria de bairro se eu pudesse? Eu acho que não. Eu adoro meu quintal de terra, passei um tempo no apartamento de uma amiga e a todo tempo eu problematizava, “como alguém pode morar num lugar onde não tem terra?” E eu acho que se existisse algum porque, alguma possibilidade de eu não estar ali na minha casa por alguma escolha minha, ali no meu bairro... Eu tenho vontade de viajar, de conhecer outros lugares, mas de retornar para este lugar onde eu vivo agora (Paula Gualberto. Entrevista concedida em 06/08/2022).

A presente fala de Paula Gualberto é importante pois traduz aquilo que para nós, que nos construímos nas Periferias das cidades do Brasil é óbvio, assim como nossos corpos pretos, guardam e reterritorializam memórias, ora sejam aquelas que nos foram passadas pelas/pelos mais velhas/velhos através da oralidade, ora sejam aquelas que não conhecemos a partir das próprias experiências cotidianas, mas que correspondem ao passado que reflete o presente, mas não nos é conhecido, às Periferias também corresponde a um corpo coletivo, que carrega memórias e conta histórias.

Nossa Jaque, eu gosto de viver no bairro, sabe por quê? Porque assim ó, eu vi o Prézinho construir, eu vi a Escola de Iniciação também construir; Escola de iniciação como é que é? Lá é EMEB, iniciação básica e depois tem o outro que é de primeira série mas não é mais né, de Primeira Série até Fundamental. Eu vi as duas escolinhas construindo né, e torcendo assim, sabe? E na época, sabe quem era a secretária da educação? Mariana Coelho, foi a primeira Secretária da Educação negra da cidade, entendeu. Porque assim, dava quinze pra uma era aquela renca assim sabe de menino e mãe subindo para o Florestan.<sup>53</sup> Então que que acontecia, o Florestan não tinha aramado, né, era livre, então a gente ficava ali, e as mães se organizavam, começavam a conversar um pouco e tal tal, aí de repente todo mundo ia embora, aí de repente todo mundo vinha. Então por exemplo, quando um menino ficava ali porque a mãe demorou, ou atrasou, ou alguma coisa assim, às vezes a inspetora de aluno por já conhecer a gente deixava a gente levar, mas às vezes não, então que que a gente fazia, ficava três quatro mães na porta da escola esperando essa mãe chegar, cê acredita? A gente se organizava assim porque assim, a criança não pode ir, ou tipo, sabe, a gente ficava esperando porque se não aparecer vocês vão ter que dar pra gente, pra gente levar pra casa da gente, deixar avisado, pra mãe ir buscar na casa da gente. Olha que coisa linda né? outro movimento (Walquiria Castro. Entrevista concedida em 30/08/2022).

---

<sup>53</sup> A sujeita se refere a EMEB Prof. Florestan Fernandes, localizada no bairro residencial Jardim Vera Cruz, na Zona Norte da cidade de Franca (SP).

A partir do relato de Walquiria Castro, onde seu corpo e o de suas vizinhas de bairro, se colocam, de forma literal, como ferramenta de promoção do cuidado e proteção das crianças, movimentando também a instituição de educação, seja a escola ou a creche, a fazer o mesmo. Importante pontuar igualmente que, a prática do cuidado estendida às crianças, também se dá umas às outras, mediante a compreensão de que, o cuidado com a criança em uma comunidade, se estende também aos adultos.

Estas e tantas outras memórias acionadas pelas sujeitas colocam-se em suas narrativas enquanto continuidade daquilo que aprenderam, mediante a observação e partilha de saberes e informações repassadas por suas mais velhas, e que estas, compartilham com suas filhas, irmãs, vizinhas e demais.

A troca, desde que recíproca, é fundamento para a continuidade da Memória, bem como, necessária para a concepção de laços comunitários e solidários, sobretudo no interior das Periferias. O dar e receber, é princípio e valor civilizacional africano, que constrói e potencializa as relações sociais no Mercado (Nogueira, 2020), de forma que estas possam configurar-se a partir da justiça ancestral e da boa sorte.

Assim, Nogueira (2020) e Santos (2022) ao tratar do grande Mercado, colocam o Orixá Exu Olojá - Senhor do Mercado, no centro da encruzilhada, pois este representa nas Comunidades Tradicionais de Terreiro a divindade de toda a sorte de trocas sejam elas econômicas, sexuais, emocionais, corporais, orgânicas e inorgânicas, linguísticas e afins (NOGUEIRA, 2020).

Nós estamos aqui para fazer trocas, para negociar de forma recíproca. O mercado para nós não é lugar de roubo e acumulação de riquezas em detrimento da dor de outros. O capitalismo, enquanto um sistema branco colonial, está sempre roubando algo de nós. Exu é uma proposta de outra forma de organização de civilizações (SANTOS, 2022, p. 21).

Segundo Santos (2022), as nossas ações cotidianas, ou seja, nosso “proceder” (como se diz nas Periferias), carregam Ancestralidade e Oralidade, pois nós, pessoas pretas, não nos entendemos separados e repartidos de nossas tradições. Ou seja, a Ancestralidade se coloca para nós, como continuidade e Memória de nossa existência. Assim, ela continua:

Por ancestralidade entendemos a continuidade africana, significa que enquanto tivermos nosso nome lembrado seremos continuidade (Lopes, 2021). Perpassando pôr a morte não ser o fim para nossas tradições, nossa energia vital segue ao ser reverenciada (SANTOS, 2022, p.22).

“(…) Saber que a minha presença, não sou só eu. Eu trago toda uma comunidade negra comigo.” (Walquiria Castro. Entrevista concedida em 30/08/2023). A partir das afirmações trazidas até aqui, a frase dita por Walquiria, pode ser melhor apreciada de forma que, possamos compreendê-la como continuidade do legado da Ancestralidade. “*Eu sou uma, mas não sou só*”.<sup>54</sup>

Quando não, nos encaminha a retomada da filosofia e ética Bantu, o termo *Ntu*, o *UBU-NTU* (*Eu sou, porque nós somos!*), qual está sendo mobilizado por diversas/diversos intelectuais, dentro do espaço acadêmico, porém, também consegue alcançar a partir de diversos outros movimentos sociais e culturais, que comunicam seus princípios. Como na música da artista Sued Nunes, de título “Povoada”, que carrega a máxima “*Sou uma, mas não sou só*”.

*Povoada*  
*Quem falou que eu ando só?*  
*Nessa terra, nesse chão de meu Deus*  
*Sou uma mas não sou só*  
*Povoada*  
*Quem falou que eu ando só?*  
*Tenho em mim mais de muitos*  
*Sou uma mas não sou só*  
(NUNES, 2021).

“Tenho em mim mais de muitos. Sou uma mas não sou só” e “(…) Saber que a minha presença, não sou só eu. Eu trago toda uma comunidade negra comigo” (Walquiria Castro. Entrevista concedida em 30/08/2022), nos comunica de forma certa que, nossas existências, bem como nossos fazeres políticos, ainda que considerando suas multiplicidades, sobretudo de intenção, não são unos e não se esgotam em si mesmos. Pois, aquilo que nos mantém em movimentos, longe de romantização, é o princípio da coletividade.

Seja nas Periferias ou fora delas, é a partir das Memórias impressas em nossos corpos em movimentos, que parimos e somos paridas/es/os energia vital e a força matricomunitária (Ribeiro, 2020), que rege e organiza, não só o solo em que partimos, pois estamos lá e o fazemos, mas potencializamos e matrigestamos vidas em torno de nossas comunidades, mas igualmente civilizações e organizações até os dias atuais e futuros. Como aprendi com minhas Mais velhas (Bença?), somos Correntezas, Continuidades, e somos Muitas.

---

<sup>54</sup> Trecho presente na música “Povoada”, de Sued Nunes, faixa disponível no álbum de título Travessia (2021).

*A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.*

*A minha voz ainda  
ecoava versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.*

*A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.*

(EVARISTO, 2017, p.25).

## CONCLUSÕES FINAIS

*“Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos!”*  
(Racionais MC's, “Racistas Otários”, 1993)<sup>55</sup>

Com o findar deste trabalho, adianto que este se trata de um estudo construído por diversas mãos, logo, como me ensina minha grande irmã Rosicler Lemos, de forma sábia e assertiva, “trata-se de um projeto vivo”, e por isso, impossível de se encerrar nas palavras aqui escritas e descritas. A palavra, como me ensinou a vivência na Barroca, e depois de minha inserção no espaço acadêmico através do contato com autoras e autores pretas/es/os, quando não é prática e verdadeira, perde seus valores, é facilmente esquecida, pois não se reconhece em si mesma. Entretanto, nas palavras da “Pedagogia da rua” , da qual sou “ cria”, “as palavras tem poder!”

Logo, esse trabalho (por ser justamente vivo), não se pretende encerrar nestas linhas, tampouco apontar caminhos necessariamente para que aquilo que foi aqui evidenciado em conjunto as vozes das sujeitas, bem como a das/es//os autoras/es/os (incluindo a minha própria), seja imediatamente solucionado na cidade de Franca (SP).

A construção de quaisquer narrativas que se pretenda compreender as relações entre Periferias e as comunidades negras, como no caso deste estudo, de mulheres pretas, exige que quem o constrói se movimente. Não existe a pesquisa ou mera aproximação com pessoas pretas periféricas ou não, em movimentos, sem que a/e/o pesquisadora/or faça o mesmo.

O que nos faz retomar o método de fazer-científico tecido neste trabalho, qual consiste e se concentra justamente em se não dar continuidade aos discursos que nos retratam em inércia, a partir de perspectiva única, binária e insuficiente. Este trabalho toma forma, à medida que me coloco como continuidade, em movimentos, e então, estes se cruzam, se envolvem e seguem, junto aos de Walquiria Castro, Rosicler Lemos, Jéssica Cintra, Paula Gualberto e Anny Ribeiro.

Nós seis (me incluo neste processo e não me retiro daquilo que escrevo), mulheres pretas em movimentos na cidade de Franca (SP), experienciamos e apontamos os desafios que marcam nossas existências e resistências no município a partir de lugares diversos, pois entendemos que, nossas identidades, memórias, trajetórias, não são óbvias. Logo, as perspectivas se distinguem, quando consideradas nossas multiplicidades enquanto fundamento

---

<sup>55</sup> Faz menção a faixa “Racistas Otários” do Grupo Racionais MC 's 1993.

de nossa humanização. O fato de sermos mulheres pretas vindas das periferias nas cidades, não nos torna mais complexas, ou intocáveis, pelo contrário.

Assim, as estratégias e articulações, compartilhadas e bem guardadas naquilo que o gravador não capta, que foram relatadas neste estudo, são e estão responsáveis por nossa humanização e continuidade enquanto comunidade, pois vem de longe, por isso, se incorporam em nossos corpos, na cabeça trançada pelas mãos de Jéssica, no gingar do corpo capoeirista de Anny, na Poesia-Paulada de Paula, no trabalho ético e político (que muito o Serviço Social tem a aprender), de Walquiria e Rosicler, que não se faz repartido de suas lutas fora dos muros institucionais.

As Periferias, territórios vivos, solo sagrado e contraditório, organizado e regido pela força matricomunitária, na ancestralidade e na política da coletividade, do Quilombo, mas também território onde o Estado põe em prática suas tecnologias de violência, atribuindo aos nossos corpos-movimentos, o lugar que sempre nos foi comum, o do fazer. Pois como me ensinou Araújo (2022), e Fonseca (2022), mas também minha mãe, minhas tias, minhas irmãs e sobrinha, nós escorremos política.

Ainda há muito a ser produzido, sistematizado e compreendido no que se refere ao universo das Periferias em Franca (SP), e de quem se constrói nestes territórios, e produz vida e perspectivas para quem ali está. E nós, as mulheres pretas, que sempre estivemos em trânsitos, temos muito a contar, com a palavra falada, escrita, com o corpo e até mesmo em silêncio. Pois como me ensinou meu mais velho, (Bença Vô?!), **Tinha que ser Preta!**



**Figura 9.** Imagem registrada por Carlos Eduardo “Dú”. Na imagem, registro da oficina “Vamos falar de Racismos?” ministrada pelo GT Luana Barbosa em 2022 na cidade de Franca (SP), onde discuto, junto a Fabricio Silva, o Racismo Epistêmico.

## REFERÊNCIAS

ADÃO, Cláudia Rosalina. **Territórios de morte:** Homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. 2017. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, Ayni Estevão. **Peço licença às minhas mais velhas:** Mulheres negras, Agência política e Ancestralidade, em São Paulo. 2021. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

\_\_\_\_\_ ; ROCHA, Leila Rodrigues. **Mulher, Corpo e Memória:** Experiência de movimentos de mulheres negras com políticas públicas de saúde. In: PEREIRA, Denise (Org.). Tendências Epistemológico - Teóricas das Ciências Sociais Aplicadas 2. – Ponta Grossa: Atena, 2020.

BÂ Amadou Hampâté. **A Tradição Viva.** In: KI-ZERBO, Editor Joseph. História Geral da África – Vol. I – Metodologia e pré- história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

BIA FERREIRA. **De dentro do apê.** 2019. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=xITsc4nm\\_NI](https://www.youtube.com/watch?v=xITsc4nm_NI). Acesso em 15 Abril 2023.

BONFIM, Vania Maria da Silva. **A identidade contraditória da mulher negra brasileira:** Bases históricas. In: NASCIMENTO, Elisa. Larkin. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2020.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BRASIL. Decreto nº 145, de 11 de julho de 1893. Autoriza o Governo a fundar uma colônia correccional no próprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, e dá outras providências. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html>. Acesso em 10 Abril 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4> Acesso em: 10 Abril. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (USP), São Paulo.

CARRERA Fernanda; CARVALHO Denise. “**Precisamos voltar para o centro da encruzilhada**”. Entrevista com Sidnei Nogueira. *Libero*. ISSN 2525-3166, ano 25,n. 5, maio/ago. 2022 | São Paulo, Brasil | p. 10-23 Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/download/1775/1386>. Acesso em: 03 Abril 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DORALYCE. Miss Beleza Universal. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uRlGdab5OKQ>. Acesso em 14 Jun. 2023.

DOVE, Nah. **Uma crítica africano-centrada à lógica de Marx**. In: Revista Ensaíos Filosóficos, Volume XVI, 2017.

EVARISTO, Conceição. “**A noite não adormece nos olhos das mulheres**”. In: QUILOMBHOJE, 1998. Cadernos Negros: os melhores poemas. São Paulo: Quilombhoje, p.42-43.

\_\_\_\_\_. **Da calma e do silêncio**. In: Poemas da recordação e outros movimentos. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2017.

\_\_\_\_\_. “**A minha escrita é profundamente contaminada pela minha condição de mulher negra**”. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo->

%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99. Acesso em 03 Abril 2023.

\_\_\_\_\_. **Escrevivência**. 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>. Acesso em: 10 Abril 2023.

\_\_\_\_\_. **Vozes-Mulheres**. In: Poemas da recordação e outros movimentos. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2017.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES**. 2019. Disponível em:

<https://comunica.ufu.br/noticia/2019/05/pesquisa-revela-perfil-do-estudante-universitario-brasileiro>. Acesso em: 03 Abril. 2023.

FRANCA. Prefeitura de Franca. **Ação Social- GT Luana Barbosa**. Disponível em:

<https://franca.sp.gov.br/administracao-municipal/administracao-direta/acao-social/gt-luana-barbosa>. Acesso em 03 Abril. 2023.

FONSECA Dagoberto José. **A Linguagem no Universo Negro e Feminino**. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, Ano II, 1994.

\_\_\_\_\_. **Negros corpos (i)maculados: mulher, catolicismo e testemunho**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O corpo do afro-brasileiro, a saúde e a violência na maca e em coma: uma abordagem necessária** In: Leituras afro-brasileiras: Ana Cristina de Souza Mandarin; Estélio Gomberg (Org.): Territórios, Religiosidades e Saúdes. São Cristóvão: Editora UFS; EDUFBA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. Políticas Públicas e Ações Afirmativas. São Paulo: Summus, 2009.

\_\_\_\_\_. **O fazer científico e o conhecimento africano:** pistas e esboços - um breve diálogo, mas necessário. Revista da ABPN, v. 13. n.36. p. 07-31, 2021.

FREYRE Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. rev. São Paulo : Global, 2003.

GOMES, Arilson dos Santos. **Primeiro Congresso Nacional do Negro Brasileiro realizado em Porto Alegre no ano de 1958.** Porto Alegre. VI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos - PUCRS. 2006.

GONZALES, Lélia. **O racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GUALBERTO, Paula. **A mulher invisível.** Em fase de elaboração, 2023.

GUALBERTO, Paula. **Abre Alas.** Em fase de elaboração, 2023.

IPEA. Instituto de pesquisa e economia aplicada. **Relatos das desigualdades de gênero e raça.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acesso em: 10 Abril de 2023.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960; Ática, 1993.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

LISBOA, Armando de Melo. **De América a Abya Yala - Semiótica da descolonização.** In: R. Educ. Públ. Cuiaba v. 23 n. 53/2 p. 501-531 maio/ago. 2014 Acesso em 16 jun. 2023.

LORDE, Audre. **Irmã outsider:** ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

\_\_\_\_\_. **Zami:** Uma nova grafia do meu nome, uma biomitografia. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

MANJATE, Teresa. **A ancestralidade e a figura da mulher:** entre rupturas e continuidades. *In:* Mulher negra e Ancestralidade. Org: Josildeth Gomes Consorte e Marise de Santana. Selo Negro, São Paulo: 2023

MC FH-KING. Bocas e Botecos. 2021. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=pCDgkDopNJo>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

\_\_\_\_\_. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra.** *In:* UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NOGUEIRA, Sidnei Barretos. **Intolerância Religiosa.** São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2020.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES DE FRANCA. **Mapa da Desigualdade Social da Região Administrativa de Franca 2021.** Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zpwm2eUi4ZQ>. Acesso em: 03 Abril 2023.

ODARA, Obirin. **Quebrar o espelho colonial todos os dias.** Disponível em:  
[https://www.instagram.com/p/Cc3U6z7Jdiv/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/p/Cc3U6z7Jdiv/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em 14 Jun. 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: Construindo sentidos africanos para os discursos de gênero. Bazar do tempo. Rio de Janeiro: 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. O que faz o Brasil se comover quando estátuas são queimadas? Portal Geledés: 2022. Disponível em:  
<https://www.geledes.org.br/o-que-faz-o-brasil-se-comover-quando-estatuas-sao-incendiadas/>  
Acesso em 15 Abril 2023.

PORTAL GELEDÉS. Mulher negra com renda mensal de R\$285 é perfil de maioria no Cadastro Único. 2020. Disponível em:  
<https://www.geledes.org.br/mulher-negra-com-renda-mensal-de-r-285-e-perfil-de-maioria-no-cadastro-unico/> Acesso em: 10 Abril 2023

\_\_\_\_\_. **"Incêndio na estátua de Mãe Stella de Oxossi foi terrorismo religioso"**. 2020. Disponível em:  
<https://www.geledes.org.br/incendio-na-estatuade-mae-stella-de-oxossi-foi-terrorismo-religioso-diz-mae-marcia-de-ogum/> Acesso em 15 Abril 2023

PREFEITURA DE FRANCA. Conheça Franca. Disponível em:  
<https://www.franca.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 Abril. 2023

QUE HORAS ELA VOLTA?. Direção de Anna Muylaert. Brasil: Netflix, 2015.

RACIONAIS, MC'S. **Vida Loka Parte II**. 2006. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=ZDE\\_kuSAzXk](https://www.youtube.com/watch?v=ZDE_kuSAzXk)

\_\_\_\_\_. Racistas Otários. 1990. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=2nLLihbYNFs> Acesso em 14 Jun. 2023.

RAMOS, Debora Oliveira. Estado brasileiro, **Dispositivo de Colonialidade e Seguridade Social**: Entre fazer e deixar morrer a população negra. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade de Brasília, 2019.

RIBEIRO, Katiúscia. **Mulheres negras e a força matricomunitária**. Revista Cult, 27 de janeiro de 2020. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-negras-e-a-forca-matricomunitaria> Acesso em 02 de Abril. 2023.

SANTOS, Maria Lorrana Melquiades dos. **SANKOFA: o retorno ancestral como caminho necessário**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2022.

SANTOS, Maria Lorrana Melquiades dos. **Dia 25 de Julho**. Em fase de elaboração, 2023.

SILVA, Maria Nilza. **Nem Para Todos é a Cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e Racismo Ambiental na diáspora africana: Promoção da justiça ambiental através do direito**. Salvador: Edufba, 2015.

SUED NUNES. Povoada. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIFzUVxAb8c&t=20s>. Acesso em 14 jun. 2023

YZALÚ **Mulheres Negras**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6p9cthjjMa4> Acesso em: 14 Jun. 2023

## ANEXO I:

1.

- 1) Você poderia por favor me dizer seu nome completo, cor/raça, idade, estado civil, se tem filhos, orientação sexual, identidade de gênero, religião, sua atual ocupação, renda individual, e em qual bairro e região que vive em Franca (SP)?
- 2) Há quanto tempo você vive aqui em Franca? E neste bairro?
- 3) Antes de viver neste bairro, morou em outro lugar?
- 4) Você se lembra como você e sua família chegaram aqui? Pode me contar?
- 5) Você gosta de viver neste bairro? Por quê?
- 6) Tem alguma memória neste bairro que gostaria de compartilhar?

2.

- 1) O que você considera ser a “Quebrada” em Franca? E a Periferia em Franca?
- 2) Para você, o que é ser uma mulher negra na Quebrada e/ou na Periferia de Franca?
- 3) Você convive com outras mulheres negras aqui? Se sim, de que forma? Qual a sua relação com elas?
- 4) Participa de algum grupo, coletivo, movimento que trate das questões das mulheres pretas?
- 5) Qual o maior desafio que você e as demais mulheres com que convive enfrentam no bairro? E na cidade?

3.

- 1) Você considera que viver na periferia influenciou na sua trajetória política? Como?
- 2) Qual a sua relação com a política?
- 3) Se você pudesse, viveria em outro lugar que não aqui? Por quê?
- 4) Qual a sua relação com os serviços públicos da cidade? Naquilo que diz respeito à Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e renda, Cultura e Lazer.
- 5) Qual a sua relação com as áreas centrais da cidade? Consegue acessá-las com frequência?
- 6) Você considera que seus movimentos e as ações em que faz parte ocorrem de forma majoritária em seu território ou nas áreas centrais da cidade? Pode me contar o motivo desta percepção?

4.

- 1) Como você e sua família vivenciaram a Pandemia da Covid-19 aqui no bairro e região? Conseguiram cumprir o isolamento social? Tiveram acesso aos produtos básicos de higiene, tal como máscara, álcool em gel e distanciamento social?
- 2) Você e/ou alguém de sua família foram contaminados pelo vírus da COVID-19? Se sim, tiveram acesso aos equipamentos de saúde pública e assistência social ?
- 3) Você participou e/ou presenciou de ações de solidariedade no que diz respeito ao combate das desigualdades sociais provocadas pela Pandemia em seu bairro e região? E na cidade?
- 4) Você e sua família foram vacinados contra o vírus da COVID-19? Saberá me dizer se as pessoas do seu bairro e região, foram?